

Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Relatório Anual do Agente Fiduciário

2017

14ª Emissão de Debêntures Simples

ELETROPAULO METROPOLITANA
ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.



Abril/2018

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018

Senhores Debenturistas
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Comissão de Valores Mobiliários
Banco Bradesco BBI S.A.
CBLC
CETIP

Prezados Senhores,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 14ª emissão de debêntures da **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.** apresentamos a V.Sas. o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 583/2016, na alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei 6.404/76 e na escritura de emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas informações fornecidas pela Emissora, demonstrativos contábeis e controles internos deste Agente Fiduciário.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da companhia emissora; na Simplific Pavarini DTVM, na Comissão de Valores Mobiliários e na instituição que liderou a colocação das debêntures.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à companhia emissora, estando também disponível em nosso website www.simplificpavarini.com.br.

Atenciosamente,

Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Agente Fiduciário

Emissora

Denominação social	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Endereço da sede	Av Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, nº 939, Lojas 1 e 2 Térreo II, município de Barueri, Estado de São Paulo - SP
CNPJ/MF	61.695.227/0001-93
Diretor de Relações com Investidores	Marcelo Antonio de Jesus Eletropaulo.ri@eletropaulo.com.br
Atividade	A Emissora tem por objeto: (i) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão n.º 162/98 para Distribuição de Energia Elétrica, celebrado entre a União e a Emissora, e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (ii) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; (iii) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; (iv) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infra-estrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; (v) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; (vi) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário; e (vii) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.
Situação	Operacional
Controle acionário	Privado nacional
Auditor independente	Ernst & Young Auditores Independentes S.S

Características das Debêntures

Título	Debêntures simples
Deliberação	Reunião do Conselho de Administração ("RCA") da Emissora realizada em 9 de novembro de 2011
Emissão / Séries	14ª / Única
Valor Total da Emissão	R\$ 600.000.000,00
Valor Nominal	R\$ 1.000.000,00
Quantidade de Títulos	600
Forma	Escritural
Espécie	Quirografária
Data de Emissão	28 de novembro de 2011
Data de Vencimento	28 de novembro de 2021
Repactuação	As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.
Subscrição e Integralização	O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.
Remuneração	DI + 1,5% aa
Datas de Pagamento das Amortizações	A amortização será realizada em 04 (quatro) parcelas anuais, sendo a 1ª parcela com vencimento após o período de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 28/11/18 e o último em 28/11/21, conforme tabela abaixo.
Datas de Pagamento da Remuneração	O pagamento da remuneração das Debêntures será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de maio de 2012 e o último pagamento devido em 28 de novembro de 2021, conforme tabela abaixo.
Registro da Oferta Pública CVM	A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, de acordo com o artigo 6º dessa instrução, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976.
Registro da Oferta Pública ANBIMA	A Emissão não será registrada na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, de acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Códigos CETIP / Códigos ISIN	EMSP14 / BRELPLDBS0K9
Coordenador Líder	Banco Bradesco BBI S.A.
Instituição Depositária	Banco Bradesco S.A.
Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A. Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros / Sr. João Batista de Souza Telefone: (+55 11) 3684-9444 / 3684-7911 Fac-símile: (+55 11) 3684-2714 4010.persia@bradesco.com.br / 4010.jbsouza@bradesco.com.br
Relatórios do Agente Fiduciário	Anuais
Rating	Fitch AA-(bra) em 19/05/2016
Publicidade	Valor Econômico Diário Oficial de São Paulo
Status da Emissão	ATIVA
Status da Emissora	ADIMPLENTE

Destinação dos Recursos

Os recursos a serem captados na distribuição das Debêntures foram utilizados para recomposição de caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

Posição das Debêntures

Data	Emitidas	Adquiridas	Resgatadas	Canceladas	Tesouraria	Circulação
28/11/2011	600	-	-	-	600	-
31/12/2011	600	-	-	-	600	-
05/01/2012	600	-	-	-	-	600
31/12/2012	600	-	-	-	-	600
31/12/2013	600	-	-	-	-	600
31/12/2014	600	-	-	-	-	600
31/12/2015	600	-	-	-	-	600
31/12/2016	600	-	-	-	-	600
31/12/2017	600	-	-	-	-	600

Garantia

As debêntures são da espécie quirografária sem garantia adicional.

Remuneração

4.3.3.1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios nos termos do item 4.3.1. acima, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data da primeira Subscrição e Integralização das Debêntures ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (conforme definido no item 4.4.8.1. abaixo), conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) (a "Remuneração").

4.3.3.2. Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da primeira Subscrição e Integralização das debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente seguinte.

4.3.3.3. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.3.3.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração. Semestral, a partir da Data de Emissão, conforme previsto no item 4.4.8.1 abaixo.

4.3.3.5. Fórmula para cálculo da Remuneração. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

J= valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe= Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros= fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

onde:

FatorDI= produtório dos fatores das Taxas DI com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

n= número total de fatores das Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k= número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k = fator da Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

onde:

spread= 1,5000;

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo " n " um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDIk})$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDIk})$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Resgate Antecipado

Resgate Antecipado

4.8.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 28 de dezembro de 2013 ("Data de Início do Resgate Antecipado"), resgate antecipado parcial ou total das Debêntures ("Resgate Antecipado"). A Emissora realizará o Resgate Antecipado das Debêntures por meio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e de publicação de aviso aos Debenturistas a ser realizada no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, observados os termos do item 4.10 desta Escritura ("Comunicação de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (i) o número de Debêntures a serem resgatadas e o valor previsto do Resgate Antecipado, que corresponderá ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.3.3.5 desta Escritura; e (b) do valor do prêmio de resgate incidente sobre o valor de resgate, equivalente a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento); (ii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (iii) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado;

(a) A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência. Sem prejuízo da Comunicação de Resgate Antecipado, o Banco Mandatário deverá receber comunicação formal no dia anterior à data do Resgate Antecipado contendo (i) o valor efetivo do Resgate Antecipado, que corresponderá ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.3.3.5 desta Escritura; e (b) do valor do prêmio de resgate incidente sobre o valor de resgate, equivalente a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento); (ii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (iii) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.;

(b) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado ("Valor de Resgate") será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.3.3.5 desta Escritura, sendo devido, adicionalmente, pela Emissora aos Debenturistas, um prêmio, incidente sobre o Valor de Resgate, equivalente a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), apurado conforme fórmula a seguir:

$$P = 0,0125 \cdot (VNe + J)$$

onde:

P = prêmio de Resgate Antecipado, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

J = valor dos juros devidos na Data do Resgate Antecipado, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture na Data de Resgate Antecipado, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

4.8.2. O Resgate Antecipado parcial será precedido de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. A operacionalização do Resgate Antecipado parcial será realizada através da operação de compra e venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas de resgate antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a ser resgatada por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.8.3. Uma vez exercido pela Emissora a opção de Resgate Antecipado, esta tornar-se-á obrigatória (i) a todos os Debenturistas, no caso do Resgate Antecipado total; e (ii) aos Debenturistas titulares das Debêntures a serem resgatadas conforme sorteio, no caso de Resgate Antecipado parcial.

4.8.4. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.8.5. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário e/ou Agente Escriturador, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

Covenants

Manutenção, até o Vencimento das Debêntures, e desde que haja Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros, apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, a serem calculados trimestralmente, a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011, inclusive:

(i) O índice obtido da divisão da Dívida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não poderá ser superior a 3,5.

Onde:

“Dívida Financeira” significa o somatório de (a) todas as obrigações por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo, (b) todas as obrigações evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas, inflação ou preço de energia), ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, em relação a aceites bancários; excluindo-se (i) empréstimos setoriais compulsórios (“Empréstimos Compulsórios”), e (ii) empréstimos concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (“Empréstimos Eletrobrás”). As exclusões mencionadas nos itens “i” e “ii” acima somente serão aplicadas se a Emissora estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

“EBITDA” significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”, e (iv) os ajustes positivos e negativos da CVA - Conta de Compensação de Variação de Valores do Custo de Aquisição de Energia Elétrica, desde que não incluídos no resultado operacional acima.

(ii) O índice obtido da divisão do EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras (conforme definido abaixo) não poderá ser inferior a 1,75.

Onde:

“Despesas Financeiras” significam as despesas em qualquer período dos últimos 12 (doze) meses, relacionadas ao total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo

comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos a medida que tais financiamentos constituam Dívida (conforme definida acima). As despesas financeiras excluem aquelas relacionadas (i) aos Empréstimos Compulsórios (conforme definido acima) e (ii) aos Empréstimos Eletrobrás (conforme definido acima), desde que a Emissora esteja atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades

Alteração aprovada pela AGD 12/09/12:

(n) **não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos**, dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Emissora, e apurados e revisados trimestralmente pelos auditores contratados pela Emissora, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, ao final de cada trimestre, **a partir de 30 de setembro de 2012, inclusive**, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

(i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA

(conforme definidos abaixo) não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(ii) O índice obtido da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras (conforme definidos abaixo) não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

Onde:

"Dívida Líquida Financeira" significa a Dívida em base consolidada de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras.

"Dívida" significa o somatório de (a) todas as obrigações por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fins de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas, inflação ou preço de energia), ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis; (e) todas as obrigações, condicionais ou não na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, em relação a aceites bancários; excluindo-se (i) empréstimos setoriais compulsórios ("Empréstimos Compulsórios"); (ii) empréstimos concedidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás ("Empréstimos Eletrobrás") e (iii) o valor da dívida equivalente aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos contra o patrimônio líquido. As exclusões mencionadas nos itens "i" e "ii" acima somente serão aplicadas se a Emissora e/ou subsidiárias estiverem atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

"EBITDA" significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "custo de operação"; e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima.

"Despesas Financeiras" significam as despesas da Emissora e das suas subsidiárias em qualquer período dos últimos 12 (doze) meses, relacionadas ao total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos a medida que tais financiamentos constituam Dívida. As despesas financeiras excluem aquelas relacionadas (i) aos Empréstimos Compulsórios e (ii) aos Empréstimos Eletrobrás, desde que a Emissora e/ou subsidiárias estejam atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades."

Alteração aprovada pela AGD 26/03/13:

(n) não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Emissora, e apurados e revisados trimestralmente pelos auditores contratados pela Emissora, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, ao final de cada trimestre, a partir de 30 de

setembro de 2012, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

(i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não poderá ser superior a (a) 5,5 vezes até apuração relativa a 31 de março de 2013, inclusive; (b) 4,5 vezes na apuração relativa a 30 de junho de 2013 e (c) 3,5 vezes a partir da apuração relativa a 30 de setembro de 2013, inclusive; e

(ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA pelas Despesas Financeiras (conforme definido abaixo) não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

Onde:

“Dívida” significa o somatório de (a) todas as obrigações da Emissora por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo, (b) todas as obrigações da Emissora evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas, inflação ou preço de energia), ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Emissora, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Emissora; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora em relação a aceites bancários; excluindo-se (i) os empréstimos setoriais compulsórios (**“Empréstimos Compulsórios”**), (ii) os empréstimos concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (**“Empréstimos Eletrobrás”**), (iii) os empréstimos concedidos por entidades governamentais a fim de neutralizar os impactos no fluxo de caixa das distribuidoras causados pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa, e (iv) o valor da dívida equivalente aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. As exclusões mencionadas nos itens “i” e “ii” acima somente serão aplicadas se a Emissora estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

“Despesas Financeiras” significam as despesas da Emissora e das suas subsidiárias em qualquer período dos últimos 12 (doze) meses, relacionadas ao total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos a medida que tais financiamentos constituam Dívida. As despesas financeiras excluem aquelas relacionadas a (i) Empréstimos Compulsórios, (ii) Empréstimos Eletrobrás; e (iii) empréstimos concedidos por entidades governamentais a fim de neutralizar os impactos no fluxo de caixa das distribuidoras causados pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa. As exclusões mencionadas nos itens “i” e “ii” acima somente serão aplicadas se a Emissora estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

APURAÇÕES DOS COVENANTS DO ATUAL EXERCÍCIO

As apurações anteriores podem ser obtidas nos [Relatórios do Agente Fiduciário](#).

ELETROPAULO - CONSOLIDADO - R\$ mil	31/03/2017	30/06/2017	30/09/2017	31/12/2017
EBITDA 12M				
Resultado Operacional	7.088	32.918	205.639	1.264.270
Depreciação e Amortização	502.279	512.506	521.688	524.054
Despesas Financeiras	682.806	678.636	647.150	2.142.481
Receitas Financeiras	388.620	363.204	349.146	340.065
Amortização RTE	0	0	0	0
Despesas Financeiras FCESP	374.527	392.086	392.336	392.715
CVA (Ativos e passivos regulatórios)	0	0	0	0
EBITDA 12M	1.163.904	1.252.942	1.417.667	1.454.916
Despesas Financeiras	511.829	517.063	533.964	445.055

DÍVIDAS				
Dívida em Moeda Externa	0	0	0	0
Dívida em Moeda Interna	3.313.562	3.305.999	3.445.339	3.569.012
Dívida Fundo de Pensão - Fundação Cesp	1.292.943	1.277.949	1.264.899	1.248.228
DÍVIDAS	4.606.505	4.583.948	4.710.238	4.817.240
Disponibilidades	1.264.162	931.889	1.065.721	601.277
Dívida líquida	3.342.343	3.652.059	3.644.517	4.215.963
Covenants I (a/b)	2,27	2,42	2,65	3,27
>=	1,75	1,75	1,75	1,75
	OK	OK	OK	OK
Covenants II (c/a)	2,87	2,91	2,57	2,90
<=	3,50	3,50	3,50	3,50
	OK	OK	OK	OK

Eventos de Pagamento

R\$/debênture

Data do Evento	Data do Pagamento	Evento	Parcela	Valor R\$/deb	Evento	Parcela	Valor R\$/deb	Status
28/05/2012	28/05/2012	-	- -	-	Juros	1 /20	42.649,715999	Pago
28/11/2012	28/11/2012	-	- -	-	Juros	2 /20	45.809,336999	Pago
24/04/2013	24/04/2013	-	- -	-	Prêmio	- -	15.000,000000	Pago
28/05/2013	28/05/2013	-	- -	-	Juros	3 /20	41.226,529000	Pago
28/11/2013	28/11/2013	-	- -	-	Juros	4 /20	50.994,392000	Pago
28/05/2014	28/05/2014	-	- -	-	Juros	5 /20	56.432,848000	Pago
28/11/2014	28/11/2014	-	- -	-	Juros	6 /20	63.235,646999	Pago
28/05/2015	28/05/2015	-	- -	-	Juros	7 /20	65.130,213000	Pago
28/11/2015	30/11/2015	-	- -	-	Juros	8 /20	76.659,988999	Pago
28/05/2016	30/05/2016	-	- -	-	Juros	9 /20	74.429,432000	Pago
28/11/2016	28/11/2016	-	- -	-	Juros	10 /20	76.064,541000	Pago
13/01/2017	13/01/2017	-	- -	-	Prêmio AGD 19/12/16	- /-	9.000,000000	Pago
28/05/2017	29/05/2017	-	- -	-	Juros	11 /20	67.910,759000	Pago
28/11/2017	28/11/2017	-	- -	-	Juros	12 /20	51.533,2209999	Pago
06/12/2017	06/12/2017	-	- -	-	Prêmio AGD 01/09/17	- /-	10.296,769220	Pago
28/05/2018	28/05/2018	-	- -	-	Juros	13 /20	-	-
28/11/2018	28/11/2018	Amort	1 /4	100.000,00	Juros	14 /20	-	-
28/05/2019	28/05/2019	-	- -	-	Juros	15 /20	-	-

28/11/2019	28/11/2019	Amort	2 / 4	300.000,00	Juros	16 / 20	-	-
28/05/2020	28/05/2020	-	- -	-	Juros	17 / 20	-	-
28/11/2020	30/11/2020	Amort	3 / 4	300.000,00	Juros	18 / 20	-	-
28/05/2021	28/05/2021	-	- -	-	Juros	19 / 20	-	-
28/11/2021	29/11/2021	Amort	4 / 4	300.000,00	Juros	20 / 20	-	-

Avisos Debenturistas

Não houve publicação de avisos aos debenturistas da presente emissão.

Assembleias de Debenturistas

Ata da AGDEB realizada em 01/09/2017

DELIBERAÇÕES: Instalada validamente a assembleia e após a discussão da matéria, o Debenturista aprovou: (A) pela Migração para o Novo Mercado; (B) pelo consentimento prévio (waiver) para a alteração do controle acionário indireto da Emissora, em decorrência da conclusão da Migração para o Novo Mercado, de modo que a AES Corporation, a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, dentre outros, não deterão mais o controle acionário indireto da Emissora, sem que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 5.1, alínea (g), da Escritura de Emissão; (C) uma vez concluída a Migração para o Novo Mercado, o aditamento à Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão para (i) alterar a alínea (g), a qual passará a vigorar com a seguinte redação e (ii) incluir as alíneas (o) e (p), as quais passarão a vigorar com as seguintes redações: “(g) se qualquer pessoa, acionista ou não, adquirir, por meio de uma única ou de operações sucessivas, ou se tornar titular de ações de emissão da Emissora em quantidade igual ou superior que o obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Emissora, observado o disposto no estatuto social da Emissora e nas leis e regulamentações vigentes, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; (o) Alteração no estatuto social da Emissora que resulte na mudança do percentual de aquisição de ações que dispare a obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Emissora, 3 exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; e (p) Caso a Emissora realize uma oferta pública de aquisição de ações para saída do segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.” (D) pela autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para que possam (i) praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações ora tomadas; (ii) celebrar todos os aditamentos e realizar todos os atos societários necessários à implementação das deliberações ora tomadas e (iii) para que os referidos aditamentos sejam devidamente formalizados, inclusive mediante os registros nos respectivos órgãos competentes, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da efetiva conclusão da Migração para o Novo Mercado; e (E) Em razão das deliberações acima, o Debenturista fará jus a um prêmio de 1,00% (um por cento) flat calculado sobre o saldo devedor na data da assembleia geral de debenturistas (“AGD”), acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de pagamento da última Remuneração até a data desta AGD (“Prêmio”). O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis contados da data de divulgação de ato societário na qual confirmar a efetiva Migração para o Novo Mercado pela empresa e a confirmação da conversão das ações preferenciais para ordinárias.

Declaração



Barueri, 26 de março de 2018.

Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Sr. Carlos Alberto Bacha

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA EMISSORA

Para os propósitos da Cláusula 6.1.1, da Escritura Particular da 14ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, declaro que, até onde é de meu conhecimento, a Emissora cumpriu com as suas obrigações constantes da Escritura até a presente data.

Os termos iniciados em letra maiúscula aqui empregados e não definidos de outra forma são utilizados com os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura.



Charles Lenzi
Diretor-Presidente



Marcelo Antonio de Jesus
Vice-Presidente Finanças
e Relações Investidores

Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 - Torre II - 6º andar - 06460-040
Bairro Sítio Tamboré - Barueri - São Paulo - Brasil

Eventos Societários e Alterações Estatutárias

Assembleias

Ata da AGE realizada em 09/01/2017

DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e da proposta objeto da ordem do dia, os acionistas presentes, após o exame, discussão e votação das matérias, deliberaram o quanto segue: 6.1. Aprovar, por unanimidade de votos, a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. 6.2. Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas com direito a voto presentes, com abstenção da Acionista AES Holdings Brasil Ltda., a eleição do Sr. Wilfredo João Vicente Gomes, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Patrício Farias, n.º 131, Itacorubi, CEP 22750-660, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.376.630-9, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 591.561.989-49, conforme indicação da acionista Gaspart Participações S.A., a eleição de membro efetivo do Conselho de Administração, na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, com mandato até a data da realização da assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017, ficando vago o cargo de suplente. 6.2.1. Consignar que, com base nas informações fornecidas pela acionista Gaspart Participações S.A., nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que o conselheiro ora eleito apresentou a declaração de desimpedimento constante no artigo 147, § 4.º da Lei das Sociedades por Ações, bem como no artigo 2.º da Instrução CVM n.º 367, de 29 de maio de 2002. 6.2.2. Consignar que o conselheiro de administração efetivo ora eleito será investido em seu cargo mediante a assinatura de termo de posse datado de 10 de janeiro de 2017, observado o previsto no item 6.2.3 abaixo. 6.2.3. Consignar que a investidura do conselheiro de administração ora eleito fica condicionada: (1) à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e (2) à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). 6.3. Em razão da eleição acima, fica consignado que o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a data da realização da assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017, será composto pelos membros titulares e suplentes conforme consta abaixo: (a) Vincent Winslow Mathis, norte-americano, casado, advogado, residente e domiciliado em 17.008 Birch Leaf Terrace, Bowie, Maryland, 20.716, Estados Unidos da América, portador do passaporte norte-americano de número 113542760, emitido pelos Estados Unidos da América, como conselheiro de administração efetivo; (b) Kazi Kamrul Hasan, americano, engenheiro, casado, portador do passaporte norte-americano de número 476046589, emitido pelos Estados Unidos da América, residente e domiciliado em 46521 Hampshire Station Drive, Sterling, Virginia, 22180, Estados Unidos da América, como conselheiro de administração suplente do Sr. Vincent Winslow Mathis; (c) Britaldo Pedrosa Soares, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, nº 2513, apartamento 501, Bairro Lagoa, CEP 22470-002, portador da Carteira de Identidade RG n.º 9228.266, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 360.634.796-00, como conselheiro de administração efetivo; (d) Teresa Cristina Querino Vernaglia, brasileira, casada, engenheira, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, n.º 939, 7.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 16.383.270 expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 039.977.338-05, como conselheira de administração suplente do Sr. Britaldo Pedrosa Soares; (e) Julian Jose Nebreda Marquez, venezuelano, casado, advogado, portador do passaporte n.º 121154314, emitido por República Bolivariana de Venezuela, domiciliado nos Estados Unidos da América, na Cidade de Arlington, Estado da Virgínia, em 4300 Wilson Boulevard, 11.º andar, 22203, como conselheiro de administração efetivo; (f) Marcelo Antonio de Jesus, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.105.907-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 140.355.128-69, como conselheiro de administração suplente do Sr. Julian Jose Nebreda Marquez; (g) Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, brasileiro, divorciado, advogado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Carteira de Identidade RG n.º 061.768.818, expedida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 890.310.677-68, como conselheiro de administração efetivo; (h) Airton Ribeiro de Matos, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 13294949,

expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.093.858-99, como conselheiro de administração suplente do Sr. Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira; (i) Francisco Jose Morandi Lopez, venezuelano, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador do RNE n.º V864350- K, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 235.561.198-03, como conselheiro de administração efetivo; (j) Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7.º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.845.699-3, inscrito no CPF/MF nº 102.374.638-7, como conselheiro de administração suplente do Sr. Francisco Jose Morandi Lopez; (k) Berned Raymond Da Santos Ávila, venezuelano, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado no endereço 4300 Wilson Blvd. Arlington, VA 22203, Estados Unidos da América, portador do passaporte n.º 6.557.231, emitido pela República Bolivariana da Venezuela, como conselheiro de administração efetivo; (l) Clarissa Della Nina Sadock Accorsi, brasileira, casada, economista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6.º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 39.294.294-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 070.425.117-51, como conselheira de administração suplente do Sr. Bernerd Raymond Da Santos Ávila; (m) Fernando Quintana Merino, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG n.º 35.613.295-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 984.745.377-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Seraphico Assis de Carvalho, nº 103, apto. 32, bloco Lautrec, CEP 05614-050, como conselheiro de administração efetivo; (n) Marcelo de Carvalho Lopes, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua 25 de julho, nº 586, apartamento 301, Centro, CEP 95650-000, portador da Carteira de Identidade RG n.º 102.258.398-1, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 592.612.500-68, para o cargo de conselheiro de administração suplente do Sr. Fernando Quintana Merino; (o) Alexandre Meduneckas, brasileiro, casado, técnico em eletrotécnica, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cariri Velho, nº 76, casa 5, Vila Carmosina, CEP 08295-280, portador da Carteira de Identidade RG n.º 32.028.748-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 285.553.898-01, eleito por unanimidade de votos dos presentes (77,81% votaram a favor), como conselheiro de administração efetivo, na qualidade de representante indicado pelos empregados da Companhia nos termos do § 2.º do art. 9.º do estatuto social; (p) José Luiz Borges Andreoli, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nelson Washington Pereira, nº 215, Vila Santa Catarina, CEP 04372-120, portador da Carteira de Identidade RG n.º 7.633.723-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 859.656.698-87, eleito por unanimidade de votos dos presentes (77,81% votaram a favor), como conselheiro de administração suplente do Sr. Alexandre Meduneckas, na qualidade de representante indicado pelos empregados da Companhia nos termos do § 2.º do art. 9.º do estatuto social; (q) Marcelo Gasparino da Silva, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Esteves Júnior, 605, apto. 1411 - Centro, CEP 88015- 130, portador da Cédula de Identidade RG nº 2302967, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 807.383.469-34, eleito em votação em separado, sem a participação da Acionista Controladora, por maioria dos votos dos titulares de ações preferenciais da Companhia, dos quais 23,92% votaram a favor e 0,13% se abstiveram, nos termos do artigo 141, § 4.º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações e do § 2.º do art. 9 do estatuto social, como conselheiro de administração efetivo, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o § 3.º do artigo 9.º do estatuto social da Companhia e com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, restando vago o cargo de suplente; e (r) Wilfredo João Vicente Gomes, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Patrício Farias, n.º 131, Itacorubi, CEP 22750-660, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.376.630-9, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 591.561.989-49, como conselheiro de administração efetivo, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o § 3.º do artigo 9.º do estatuto social da Companhia e com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA restando vago o cargo de suplente.

Ata da AGE realizada em 22/02/2017

DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e da proposta objeto da ordem do dia, os acionistas presentes, após o exame, discussão e votação das matérias, deliberaram o quanto segue: 6.1. Aprovar, por unanimidade de votos, a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. 6.2. Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas com direito a voto presentes, a criação e instalação de um Comitê de Partes Relacionadas para incrementar a governança corporativa da Companhia, dar maior efetividade à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, conferindo maior transparência às negociações da Companhia com partes relacionadas. Para a criação do Comitê, faz-se necessária a alteração do estatuto social da Companhia, para inserção do Capítulo que tratará do funcionamento e composição do

Comitê, bem como os ajustes necessários para a exclusão da referência ao Comitê de Gestão da Companhia, uma vez que o novo acordo de Acionistas celebrado entre AES Holdings Brasil Ltda. e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR em 30 de dezembro de 2016 não tem mais a previsão deste comitê, além dos ajustes de redação necessários para fazer referência ao novo Acordo de Acionistas em vigor, conforme segue: (a) Criação do Comitê de Partes Relacionadas, mediante a inclusão de novo artigo 12 no estatuto social da Companhia, o qual deverá vigorar com a seguinte redação: "Artigo 12 - A Companhia terá um Comitê de Partes Relacionadas cuja constituição e instalação será deliberada pelo Conselho de Administração, observados os seguintes parâmetros: Parágrafo Primeiro - O Comitê de Partes Relacionadas terá funcionamento permanente e será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dentre os quais (i) a totalidade dos conselheiros independentes da Companhia, assim definidos em conformidade com o Regulamento de Listagem do Nível 2 da BM&FBOVESPA; e (ii) até 2 (dois) membros indicados pela acionista controladora direta da Companhia, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Parágrafo Segundo - O funcionamento do Comitê de Partes Relacionadas será regido por este Estatuto, pela Política de Partes Relacionadas e pelo Regimento Interno do Comitê, o qual será aprovado pelo Conselho de Administração. Parágrafo Terceiro - Compete ao Comitê de Partes Relacionadas (i) analisar as transações com partes relacionadas e verificar se estão em condições de mercado, nos termos e condições previstos na Política de Transações entre Partes Relacionadas e em consonância com as demais práticas de governança corporativa da Companhia; (ii) analisar as vantagens da transação para a Companhia e verificar se referida transação atende ao previsto na referida Política e, ainda, se beneficia qualquer das partes de forma indevida; (iii) deliberar, previamente à submissão ao Conselho de Administração, sobre todas as transações da Companhia e suas controladas com partes relacionadas, conforme definidas na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (iv) acompanhar o cumprimento da Política de Transações entre Partes Relacionadas, propondo sua revisão ao Conselho de Administração, sempre que necessário; e (v) contratar consultores externos para avaliar a comutatividade das transações com partes relacionadas, se assim julgar pertinente. Parágrafo Quarto - As deliberações do Comitê de Partes Relacionadas serão tomadas por maioria e dependerão do voto afirmativo de pelo menos um conselheiro independente da Companhia. Em caso de empate nas deliberações do Comitê, a matéria em deliberação será submetida ao Conselho de Administração com essa observação. Parágrafo Quinto - Os membros do Comitê de Partes Relacionadas farão jus a remuneração na forma estabelecida pelo Conselho de Administração." (b) Exclusão do atual artigo 12 e alteração do parágrafo único do atual artigo 15 do estatuto social da Companhia, para eliminar as referências ao Comitê de Gestão do estatuto social, o qual deverá vigorar com a seguinte redação: "Artigo 15, parágrafo único: A Diretoria Executiva deverá disponibilizar todas as informações solicitadas pelos membros do Comitê de Partes Relacionadas e do Conselho de Administração." (c) Adaptação da redação no parágrafo segundo do artigo 10, parágrafo único do artigo 22 e artigo 38, para constar a correta referência ao atual Acordo de Acionistas vigente da Companhia: "Artigo 10 O Conselho de Administração (...) Parágrafo Segundo - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião, observadas, quando aplicáveis, as condições estabelecidas para o exercício do voto dos Conselheiros previstas no artigo 118 parágrafos 8º e 9º da Lei n.º 6.404/76, e no Acordo de Acionistas da AES Eletropaulo, celebrado em 30 de dezembro de 2016 e arquivado na sede da Companhia. (...)" "Artigo 22 - As deliberações da Assembleia Geral serão tornadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas. Parágrafo Único - O exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais sujeitar-se-á, quando for o caso, às condições estabelecidas no Acordo de Acionistas da AES Eletropaulo, celebrado em 30 de dezembro de 2016 e arquivado na sede da Companhia." "Artigo 38 - A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo os Presidentes das Assembleias Gerais e das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia absterem-se de computar votos contrários aos seus termos. Encontra-se arquivado na sede da Companhia o Acordo de Acionistas da AES Eletropaulo, celebrado em 30 de dezembro de 2016." 6.2.1. Em razão da deliberação ora tomada, consolidar referido estatuto social, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I à ata da presente assembleia, ora aprovada. 6.3. Aprovar, por maioria de votos dos acionistas com direito a voto presentes, com abstenção da Acionista AES Holdings Brasil Ltda. e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, a eleição do Sr. Andriei José Beber, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Nereu Ramos, nº 463/203, Centro, CEP 89010-400, portador da Cédula de Identidade RG n. 20.291.744, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.789.149-39, conforme indicação da acionista Gaspart Participações S.A., a eleição de membro suplente do Sr. Wilfredo João Vicente Gomes no Conselho de Administração, na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, com mandato até a data da realização da assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017. 6.3.1. Consignar que, com base nas informações fornecidas pela acionista Gaspart Participações S.A., nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que o conselheiro ora eleito apresentou a declaração de desimpedimento constante no artigo 147, § 4.º da Lei das Sociedades por Ações, bem como no artigo 2.º da Instrução CVM n.º 367, de 29 de maio de 2002, a qual ficará arquivada na sede da Companhia. 6.3.2. Consignar que o conselheiro de administração suplente ora eleito será investido em seu cargo mediante a assinatura de termo de posse datado de 23 de fevereiro de 2017, observado o previsto no item 6.3.3 abaixo. 6.3.3. Consignar que a investidura do conselheiro de administração ora eleito fica condicionada: (1) à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e (2) à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). 6.4. Em razão da eleição acima, fica consignado que o Conselho de Administração da Companhia, com mandato

até a data da realização da assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017, será composto pelos membros titulares e suplentes conforme consta abaixo: (a) Vincent Winslow Mathis, norte-americano, casado, advogado, residente e domiciliado em 17.008 Birch Leaf Terrace, Bowie, Maryland, 20.716, Estados Unidos da América, portador do passaporte norte-americano de número 113542760, emitido pelos Estados Unidos da América, como conselheiro de administração efetivo; (b) Kazi Kamrul Hasan, americano, engenheiro, casado, portador do passaporte norte-americano de número 476046589, emitido pelos Estados Unidos da América, residente e domiciliado em 46521 Hampshire Station Drive, Sterling, Virginia, 22180, Estados Unidos da América, como conselheiro de administração suplente do Sr. Vincent Winslow Mathis; (c) Britaldo Pedrosa Soares, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, nº 2513, apartamento 501, Bairro Lagoa, CEP 22470-002, portador da Carteira de Identidade RG nº 0228.266, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 360.634.796-00, como conselheiro de administração efetivo; (d) Teresa Cristina Querino Vernaglia, brasileira, casada, engenheira, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 7.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, portadora da Carteira de Identidade RG nº 16.383.270 expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 039.977.338-05, como conselheira de administração suplente do Sr. Britaldo Pedrosa Soares; (e) Julian Jose Nebreda Marquez, venezuelano, casado, advogado, portador do passaporte nº 121154314, emitido por República Bolivariana de Venezuela, domiciliado nos Estados Unidos da América, na Cidade de Arlington, Estado da Virginia, em 4300 Wilson Boulevard, 11º andar, 22203, como conselheiro de administração efetivo; (f) Marcelo Antonio de Jesus, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.105.907-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.355.128-69, como conselheiro de administração suplente do Sr. Julian Jose Nebreda Marquez; (g) Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, brasileiro, divorciado, advogado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Carteira de Identidade RG nº 061.768.818, expedida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 890.310.677-68, como conselheiro de administração efetivo; (h) Airton Ribeiro de Matos, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 13294949, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.093.858-99, como conselheiro de administração suplente do Sr. Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira; (i) Francisco Jose Morandi Lopez, venezuelano, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador do RNE nº V864350-K, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 235.561.198-03, como conselheiro de administração efetivo; (j) Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.845.699-3, inscrito no CPF/MF nº 102.374.638-7, como conselheiro de administração suplente do Sr. Francisco Jose Morandi Lopez; (k) Bernerd Raymond Da Santos Ávila, venezuelano, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado no endereço 4300 Wilson Blvd. Arlington, VA 22203, Estados Unidos da América, portador do passaporte nº 6.557.231, emitido pela República Bolivariana da Venezuela, como conselheiro de administração efetivo; (l) Clarissa Della Nina Sadock Accorsi, brasileira, casada, economista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portadora da Carteira de Identidade RG nº 39.294.294-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 070.425.117-51, como conselheira de administração suplente do Sr. Bernerd Raymond Da Santos Ávila; (m) Fernando Quintana Merino, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 35.613.295-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 984.745.377-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Seraphico Assis de Carvalho, nº 103, apto. 32, bloco Lautrec, CEP 05614-050, como conselheiro de administração efetivo; (n) Marcelo de Carvalho Lopes, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua 25 de julho, nº 586, apartamento 301, Centro, CEP 95650-000, portador da Carteira de Identidade RG nº 102.258.398-1, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 592.612.500-68, para o cargo de conselheiro de administração suplente do Sr. Fernando Quintana Merino; (o) Alexandre Meduneckas, brasileiro, casado, técnico em eletrotécnica, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cariri Velho, nº 76, casa 5, Vila Carmosina, CEP 08295-280, portador da Carteira de Identidade RG nº 32.028.748-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 285.553.898-01, eleito por unanimidade de votos dos presentes (77,81% votaram a favor), como conselheiro de administração efetivo, na qualidade de representante

indicado pelos empregados da Companhia nos termos do § 2.º do art. 9.º do estatuto social; (p) José Luiz Borges Andreoli, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nelson Washington Pereira, nº 215, Vila Santa Catarina, CEP 04372-120, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.633.723-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 859.656.698-87, eleito por unanimidade de votos dos presentes (77,81% votaram a favor), como conselheiro de administração suplente do Sr. Alexandre Meduneckas, na qualidade de representante indicado pelos empregados da Companhia nos termos do § 2.º do art. 9.º do estatuto social; (q) Marcelo Gasparino da Silva, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Esteves Júnior, 605, apto. 1411 - Centro, CEP 88015-130, portador da Cédula de Identidade RG nº 2302967, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 807.383.469-34, eleito em votação em separado, sem a participação da Acionista Controladora, por maioria dos votos dos titulares de ações preferenciais da Companhia, dos quais 23,92% votaram a favor e 0,13% se abstiveram, nos termos do artigo 141, § 4.º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações e do § 2.º do art. 9 do estatuto social, como conselheiro de administração efetivo, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o § 3.º do artigo 9.º do estatuto social da Companhia e com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, restando vago o cargo de suplente; e (r) Wilfredo João Vicente Gomes, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Patrício Farias, nº 131, Itacorubi, CEP 22750-660, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.376.630-9, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 591.561.989-49, como conselheiro de administração efetivo, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o § 3.º do artigo 9.º do estatuto social da Companhia e com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; e (s) Andriei José Beber, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Nereu Ramos, nº 463/203, Centro, CEP 89010-400, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.291.744, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.789.149-39, como conselheiro de administração suplente do Sr. Wilfredo João Vicente Gomes, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o § 3.º do artigo 9.º do estatuto social da Companhia e com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

Ata da AGO/E realizada em 20/04/2017

DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia, o Presidente da Mesa indagou se algum dos acionistas presentes fisicamente à Assembleia havia apresentado voto por meio do boletim de voto a distância e se desejava manifestar seu voto presencialmente na presente Assembleia, para efeitos de se desconsiderar o voto a distância, na forma do artigo 21-W, § 5º, inciso I, da Instrução CVM nº 481/2009. Em seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do Mapa de Votação Sintético divulgado ao mercado, conforme previsto no artigo 21-W, § 4º, da Instrução CVM nº 481/2009. Dando continuidade aos trabalhos, os acionistas presentes dispensaram a leitura dos documentos e da proposta objeto da ordem do dia e, após o exame e discussão das matérias, deliberaram o quanto segue: 7.1. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. (A) EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 7.2. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, com 54.109.437 votos favoráveis e nenhuma abstenção, as contas da Administração, as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório dos auditores independentes e o relatório anual da administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela CVM e pelas demais normas da CVM. 7.3. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, com 54.109.437 votos favoráveis e nenhuma abstenção, a proposta da administração para destinação dos resultados, face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 no montante total de R\$20.923.392,41, que (i) acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$73.460.525,60; (ii) acrescido do montante relativo a dividendos e juros sobre capital próprio prescritos no valor de R\$282.169,11; e (iii) deduzida a parcela destinada à constituição da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, no valor de R\$4.719.195,90; perfaz um lucro líquido ajustado de R\$89.946.891,22, que será destinado da seguinte forma: Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017 às 13h00. (i) o montante de R\$22.486.722,81, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 será distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas titulares de ações da Companhia na data base de 20 de abril de 2017, sendo R\$0,12597593504 por ação ordinária e R\$0,13857352854 por ação preferencial, totalizando R\$7.027.100,92 para os acionistas titulares de ações ordinárias e R\$15.459.621,89 para os acionistas titulares de ações preferenciais, conforme dispõe o artigo 24, §2º do Estatuto Social da Companhia; (ii) após a dedução do dividendo obrigatório, o montante de R\$1.603.099,64 será retido em reserva especial estatutária, nos termos do §3º do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, o qual se destina ao reforço do capital de giro da Companhia com base nas perspectivas futuras de geração de caixa, no nível de alavancagem da Companhia e nos investimentos previstos para os próximos anos; e (iii) o montante de R\$65.857.068,77 será destinado ao capital social da Companhia, caso seja aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital proposto. 7.3.1. Consignar que os dividendos propostos nos termos do item (i), acima, serão pagos até o final do exercício social de 2017, em

data a ser definida pela Diretoria da Companhia, alterando, desta forma, a data de pagamento dos dividendos anteriormente prevista na Proposta da Administração, de forma a garantir à Diretoria o melhor gerenciamento do caixa da Companhia, bem como assegurar o pagamento em data que melhor atenda aos interesses de todos os seus acionistas. O valor do dividendo proposto não está sujeito à atualização monetária ou remuneração correspondente entre a data de declaração pela assembleia geral e a data de seu efetivo pagamento, bem como está isento de IRRF, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme alterada. 7.3.2. Consignar que farão jus ao recebimento dos dividendos ora aprovados os acionistas que estiverem inscritos nos livros da companhia na data base de 20 de abril de 2017, de modo que as ações de emissão da Companhia deverão ser negociadas “ex-dividendos” a partir do primeiro dia útil subsequente à esta Assembleia Geral, ou seja, dia 24 de abril de 2017. Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017 às 13h00. 7.4. Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas titulares de ações preferenciais presentes com 15.684.881 votos favoráveis e 32.412.413 abstenções, após a análise do currículo e demais informações pertinentes, a eleição, para cargo de membro suplente no Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as demonstrações financeiras do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2017, do Sr. Daniel Carlin Epstein, estadunidense, casado, banqueiro, portador do passaporte nº 459030423, com endereço na 205 East 77th St. #14D, New York, NY 10075, eleito sem a participação da Acionista Controladora, nos termos do artigo 141, § 4º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações e do § 2º do artigo 9º do Estatuto Social, como conselheiro de administração suplente do Sr. Marcelo Gasparino da Silva, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o § 3º do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 2”). 7.5. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, com 41.523.221 votos favoráveis e 12.586.216 abstenções, após a análise do currículo e demais informações pertinentes, a eleição para o cargo de membro suplente no Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as demonstrações financeiras do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2017, do Sr. Vinicius Oliveira da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 56.227 e no CPF/MF sob nº 949.329.800-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, eleito conforme indicação da Acionista Controladora, como conselheiro de administração suplente do Sr. Britaldo Pedrosa Soares. 7.6. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, com 41.523.221 votos favoráveis e 12.586.216 abstenções, após a análise do currículo e demais informações pertinentes, a eleição para o cargo de membro suplente no Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as demonstrações financeiras do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2017, do Sr. Carlos Renato Xavier Pompermaier, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 138.928, inscrito no CPF/MF sob nº 191.285.138-51, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, eleito conforme indicação da Acionista Controladora, como conselheiro de administração suplente do Sr. Francisco Jose Morandi Lopez. 7.6.1. Consignar que, nos termos da legislação aplicável, foram recebidas as declarações mencionadas no artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 2º da Instrução CVM nº 367/2002, ficando tais declarações arquivadas na sede da Companhia. 7.6.2. Nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia, a efetiva investidura dos membros eleitos nos respectivos cargos fica condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Nível 2. 7.6.3. Observado o disposto no item 7.6.2 acima, os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos nos seus cargos por meio da assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração em até 30 dias contados desta data. 7.6.4. Fica registrado que o acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR absteve-se de votar nas deliberações objeto dos itens 7.5 e 7.6 acima, com a ressalva no sentido de que a Companhia formule uma política de indicação de conselheiros que tenha por objeto o aumento (ainda que gradual) do percentual de conselheiros independentes no Conselho de Administração. 7.7. Tendo em vista a eleição dos membros elencados acima, resta consignado que a composição do Conselho de Administração da Companhia, até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que examinará as demonstrações contábeis do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2017, será a seguinte: (a) Vincent Winslow Mathis, norte-americano, casado, advogado, residente e domiciliado em 17.008 Birch Leaf Terrace, Bowie, Maryland, 20.716, Estados Unidos da América, portador do passaporte norte-americano de número 113542760, emitido pelos Estados Unidos da América, como conselheiro de administração efetivo; (b) Kazi Kamrul Hasan, americano, engenheiro, casado, portador do passaporte norte-americano de número 476046589, emitido pelos Estados Unidos da América, residente e domiciliado em 46521 Hampshire Station Drive, Sterling, Virginia, 22180, Estados Unidos da América, como conselheiro de administração suplente do Sr. Vincent Winslow Mathis; (c) Britaldo Pedrosa Soares, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, nº 2513, apartamento 501, Bairro Lagoa, CEP 22470-002, portador da Carteira de Identidade RG nº 228.266, expedida pela SSP/MG,

inscrito no CPF/MF sob nº 360.634.796-00, como conselheiro de administração efetivo e Presidente do Conselho de Administração; (d) Vinicius Oliveira da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 56.227 e no CPF/MF sob nº 949.329.800-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, como conselheiro de administração suplente do Sr. Britaldo Pedrosa Soares; (e) Julian Jose Nebreda Marquez, venezuelano, casado, advogado, portador do Registro Nacional de Estrangeiros - RNE nº G270141-K, expedido pelo DPF/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.866.548-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, no 7º Andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, como conselheiro de administração efetivo; (f) Marcelo Antonio de Jesus, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.105.907-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 140.355.128-69, como conselheiro de administração suplente do Sr. Julian Jose Nebreda Marquez; (g) Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, brasileiro, divorciado, advogado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017 às 13h00. II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Carteira de Identidade RG nº 061.768.818, expedida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 890.310.677-68, como conselheiro de administração efetivo; (h) Airton Ribeiro de Matos, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 13294949, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 031.093.858-99, como conselheiro de administração suplente do Sr. Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira; (i) Francisco Jose Morandi Lopez, venezuelano, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador do RNE nº V864350-K, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob nº 235.561.198-03, como conselheiro de administração efetivo; (j) Carlos Renato Xavier Pompermaier, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 138.928, inscrito no CPF/MF sob nº 191.285.138-51, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, como conselheiro de administração suplente do Sr. Francisco Jose Morandi Lopez; (k) Berned Raymond Da Santos Ávila, venezuelano, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado no endereço 4300 Wilson Blvd. Arlington, VA 22203, Estados Unidos da América, portador do passaporte nº 6.557.231, emitido pela República Bolivariana da Venezuela, como conselheiro de administração efetivo; Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017 às 13h00. (l) Clarissa Della Nina Sadock Accorsi, brasileira, casada, economista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portadora da Carteira de Identidade RG nº 39.294.294-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 070.425.117-51, como conselheira de administração suplente do Sr. Berned Raymond Da Santos Ávila; (m) Fernando Quintana Merino, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 35.613.295-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 984.745.377-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Seraphico Assis de Carvalho, nº 103, apto. 32, bloco Lautrec, CEP 05614-050, como conselheiro de administração efetivo; (n) Marcelo de Carvalho Lopes, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua 25 de julho, nº 586, apartamento 301, Centro, CEP 95650-000, portador da Carteira de Identidade RG nº 102.258.398-1, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 592.612.500-68, como conselheiro de administração suplente do Sr. Fernando Quintana Merino; (o) Alexandre Medunecas, brasileiro, casado, técnico em eletrotécnica, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cariri Velho, nº 76, casa 5, Vila Carmosina, CEP 08295-280, portador da Carteira de Identidade RG nº 32.028.748-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 285.553.898-01, como conselheiro de administração efetivo, na qualidade de representante indicado pelos empregados da Companhia nos termos do § 2º do artigo 9º do Estatuto Social; (p) José Luiz Borges Andreoli, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nelson Washington Pereira, nº 215, Vila Santa Catarina, CEP 04372-120, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.633.723-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 859.656.698-87, como conselheiro de administração suplente do Sr. Alexandre Medunecas, na qualidade de representante indicado pelos empregados da Companhia nos termos do § 2º do artigo 9º do Estatuto Social; Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017

às 13h00. (q) Marcelo Gasparino da Silva, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Esteves Júnior, 605, apto. 1411 - Centro, CEP 88015-130, portador da Cédula de Identidade RG nº 2302967, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 807.383.469-34, como conselheiro de administração efetivo, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o § 3º do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; (r) Daniel Carlin Epstein, estadunidense, casado, banqueiro, portador do passaporte nº 459030423, com endereço na 205 East 77th St. #14D, New York, NY 10075, como conselheiro de administração suplente do Sr. Marcelo Gasparino da Silva, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o § 3º do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; (s) Wilfredo João Vicente Gomes, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Patrício Farias, nº 131, Itacorubi, CEP 22750-660, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.376.630- 9, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob nº 591.561.989-49, como conselheiro de administração efetivo, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; e (t) Andriei José Beber, brasileiro, casado, engenheiro, residente na Cidade de Blumenau, Estado da Santa Catarina, na Rua Nereu Ramos, 463/203, Centro, CEP: 89010- 400, portador da Cédula de Identidade RG nº 20291744, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob nº 014.789.149-39, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob nº 591.561.989-49, como conselheiro de administração suplente do Sr. Wilfredo João Vicente Gomes, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. 7.8. Tendo em vista o pedido formal da acionista AES Holdings Brasil Ltda., na qualidade de titular de mais de 2% (dois por cento) do capital social com direito a voto, aprovar a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do artigo 161, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017 às 13h00. aprovando, por unanimidade de votos dos presentes, com 54.109.437 votos favoráveis e nenhuma abstenção, a fixação do número de 5 membros efetivos e 5 suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia com mandato previsto para encerrar-se na Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. 7.9. Aprovar, após a análise do currículo e demais informações pertinentes, a eleição, para os cargos de membros do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as demonstrações financeiras do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2017, dos Senhores: (a) Mário Shinzato, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Heloisa Ferraz Cesário de Castilho, 73, CEP 03658-040, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.901.993-3, inscrito no CPF/MF sob nº 029.963.158-39, conforme indicação da Acionista Controladora, por unanimidade de votos dos presentes, com 40.765.453 votos favoráveis e 13.342.384 abstenções, como conselheiro fiscal efetivo; (b) Newton Akira Fukumitsu, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Porto Martins, 640, Bairro Brooklin Novo, CEP 04570-140, portador da Carteira de Identidade RG nº 14.130.358-X, inscrito no CPF/MF sob nº 053.767.528-01, conforme indicação da Acionista Controladora, por unanimidade de votos dos presentes, com 40.765.453 votos favoráveis e 13.342.384 abstenções, como conselheiro fiscal suplente do Sr. Mário Shinzato; (c) Raimundo Cláudio Batista, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-910.144, expedida pela SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 268.710.176-15, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Padre Anchieta, 1081, apto. 2701, Bairro Bigorriho, CEP 80730-000, conforme indicação da Acionista Controladora, por unanimidade de votos dos presentes, com 40.765.453 votos favoráveis e 13.342.384 abstenções, como conselheiro fiscal efetivo; Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017 às 13h00. (d) Alberto Irazê Ribeiro, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 632.937-3, expedida pela SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.027.329-00, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Jaime Balão, 975, Apto. 106, Bairro Hugo Lange, CEP 80040-340, conforme indicação da Acionista Controladora, por unanimidade de votos dos presentes, com 40.765.453 votos favoráveis e 13.342.384 abstenções, como conselheiro fiscal suplente do Sr. Raimundo Cláudio Batista; (e) Wilton de Medeiros Daher, brasileiro, casado, consultor empresarial, portador da Carteira de Identidade RG n.º 2008010074941, expedido pela SSPDS/CE, inscrito no CPF/MF sob n.º 003.534.344-34, residente e domiciliado no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Barbosa de Freitas, 200/1700, Bairro Meireles, CEP 60170-020, conforme indicação da Acionista Controladora, por unanimidade de votos dos presentes, com 40.765.453 votos favoráveis e 13.342.384 abstenções, como conselheiro fiscal efetivo; (f) Maria Carmen Westerlund Montera, brasileira, solteira, economista, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua São Clemente, 398, apto 1.803, Botafogo, CEP 22.260-000, portadora da Carteira de Identidade Profissional n.º 11.885, expedida pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CPF/MF sob o n.º 362.882.927-53, conforme indicação da Acionista Controladora, por unanimidade de votos dos presentes, com 40.765.453 votos favoráveis e 13.342.384 abstenções, como conselheiro fiscal suplente do Sr. Wilton de Medeiros Daher; (g) Mário Daud Filho, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG n.º 5.276.766-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 014.632.198-73, residente e domiciliado no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda Franca, 589, Residencial 4, Alphaville, CEP 06542-010, por meio de votação em separado, sem a participação da Acionista Controladora, por unanimidade dos votos dos minoritários titulares de ações ordinárias da Companhia

presentes, com 1.600 votos favoráveis e 54.107.837 abstenções, nos termos art. 161, § 4º, alínea “a”, in fine, da Lei das Sociedades por Ações, como conselheiro fiscal efetivo; Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017 às 13h00. (h) José Luiz Barbosa Netto, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG n.º 3.494.873, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob n.º 320.595.230-87, residente e domiciliado na Rua Madre Maria Vilac, n.º 2329, ap. 428 B, Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis/SC, por meio de votação em separado, sem a participação da Acionista Controladora, por unanimidade dos votos dos minoritários titulares de ações ordinárias da Companhia presentes, com 1.600 votos favoráveis e 54.107.837 abstenções, nos termos art. 161, § 4º, alínea “a”, in fine, da Lei das Sociedades por Ações, como conselheiro fiscal suplente do Sr. Mário Daud Filho; (i) Ana Maria Loureiro Recart, brasileira, casada, advogada, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 2408002, expedido pela SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob n.º 261.320.138-06, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 6º andar, cjto 602, Itaim Bibi, CEP 04528-132, por meio de em votação em separado, sem a participação da Acionista Controladora, por unanimidade dos votos dos titulares de ações preferenciais da Companhia presentes, com 16.046.752 votos favoráveis e 32.050.642 abstenções, nos termos art. 161, § 4º, alínea “a”, prima, da Lei das Sociedades por Ações, como conselheira fiscal efetiva; e (j) Karen Sanchez Guimarães, brasileira, solteira, advogada, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 30.271.707-9, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob n.º 324.302.698-99, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 6º andar, cjto 602, Itaim Bibi, CEP 04528-132, por meio de votação em separado, sem a participação da Acionista Controladora, por unanimidade dos votos dos titulares de ações preferenciais da Companhia presentes, com 16.046.752 votos favoráveis e 32.050.642 abstenções, nos termos art. 161, § 4º, alínea “a”, prima, da Lei das Sociedades por Ações, como conselheira fiscal suplente da Sra. Ana Maria Loureiro Recart. 7.9.1. Consignar que os membros do Conselho Fiscal Wilton de Medeiros Daher e Maria Carmen Westerlund Montera foram eleitos pela Acionista Controladora conforme indicação da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”), nos termos da Cláusula 3.3. do Acordo Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017 às 13h00. de Acionistas da Companhia, celebrado entre BNDESPAR e AES Holdings Brasil Ltda. em 30 de dezembro de 2016. 7.9.2. Consignar que a União Federal, na qualidade de acionista titular de ações ordinárias de emissão da Companhia, apresentou candidatos ao Conselho Fiscal, Sra. Priscila Grecov (titular) e Sra. Nina Maria Arcela (suplente), conforme documentos arquivados na sede da Companhia, para concorrer na eleição em separado prevista no artigo 161, parágrafo quarto, alínea “a”, parte final. Considerando que a BNDESPAR já elegeu membros do Conselho Fiscal na eleição destinada aos acionistas controladores, conforme consignado no item 7.9.1 acima, a Companhia esclareceu que, em conformidade com o entendimento da Comissão de Valores Mobiliários - CVM no Processo nº SP-2016-15, a União Federal, por ser controladora do BNDESPAR, não está autorizada a participar da eleição em separado prevista no artigo 161, parágrafo quarto, alínea “a”. Em vista disso, não foi considerado o voto da União Federal na eleição em separado para membro do Conselho Fiscal destinada aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias. 7.9.3. A investidura dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos fica condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal aludido no Regulamento do Nível 2. Fica também consignado que, nos termos da legislação aplicável, foram recebidas as declarações mencionadas no artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 2º da Instrução CVM nº 367/2002, ficando tais declarações arquivadas na sede da Companhia 7.9.4. Observado o disposto no item 7.9.2 acima, os membros do Conselho Fiscal ora eleitos serão investidos nos seus cargos por meio da assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Registro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal em até 30 dias contados desta data. (B) EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 7.10. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, com 54.109.437 votos favoráveis e nenhuma abstenção, a proposta da Administração para aumentar o capital social em R\$65.857.068,78, elevando-o de R\$1.257.629.316,47 para R\$1.323.486.385,25, mediante a capitalização de parte dos lucros apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017 às 13h00. se fará sem a emissão de novas ações, conforme previsto no § 1º do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações. 7.10.1. Consignar que o caput do artigo 5º do Estatuto Social será alterado a fim de refletir o aumento do capital social, passando a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.323.486.385,25 (um bilhão, trezentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), dividido em 167.343.887 (cento e sessenta e sete milhões, trezentas e quarenta e três mil, oitocentas e oitenta e sete) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 55.781.296 (cinquenta e cinco milhões, setecentas e oitenta e uma mil, duzentas e noventa e seis) ações ordinárias e 111.562.591 (cento e onze milhões, quinhentas e sessenta e duas mil, quinhentas e noventa e uma) ações preferenciais”. 7.11. Aprovar, por maioria de votos dos presentes, com 41.523.221 votos favoráveis, 12.586.216 votos contrários e nenhuma abstenção, a fixação da remuneração global anual dos Administradores para o exercício social de 2017, no valor de R\$14.941.744,00, a título de remuneração fixa e variável, incluindo benefícios de qualquer natureza. 7.11.1. Consignar que, para o exercício social de 2017, os membros titulares do Conselho de Administração perceberão uma remuneração fixa mensal, independente da quantidade de reuniões que se realizarem no mês de competência (“Honorários Mensais – Conselho de Administração”). 7.11.2. No caso de ausência de conselheiro de administração titular em pelo menos uma reunião realizada no mês de competência, ou em qualquer sessão das referidas reuniões, o mesmo perceberá 50% (cinquenta por cento) dos Honorários Mensais – Conselho de

Administração e, em caso de comparecimento de conselheiro de administração suplente em qualquer reunião ou sessão de uma mesma reunião realizada no mês de competência, em substituição ao seu respectivo efetivo, o conselheiro de administração suplente perceberá 50% (cinquenta por cento) dos Honorários Mensais – Conselho de Administração. Esta página é parte da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada no dia 20 de abril de 2017 às 13h00. 7.11.3. Os conselheiros de administração serão reembolsados pelas despesas que, comprovadamente, incorrerem no desempenho de suas funções. 7.12. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, com 54.109.437 votos favoráveis e nenhuma abstenção, a fixação da remuneração mensal para os integrantes do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício social de 2017, no valor de R\$10.000,00, para cada membro (“Honorários Mensais – Conselho Fiscal”). 7.12.1. No caso de ausência de conselheiro fiscal titular em pelo menos uma reunião realizada no mês de competência, o membro perceberá 50% (cinquenta por cento) dos Honorários Mensais – Conselho Fiscal e, em caso de comparecimento de conselheiro fiscal suplente em qualquer reunião realizada no mês de competência ou em qualquer sessão das referidas reuniões em substituição ao seu respectivo efetivo, o conselheiro fiscal suplente perceberá 50% (cinquenta por cento) dos Honorários Mensais – Conselho Fiscal. 7.12.2. Os conselheiros fiscais serão reembolsados pelas despesas que comprovadamente incorrerem no desempenho de suas funções. 7.12.3. Consignar que, nos termos do § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, o valor dos Honorários Mensais – Conselho Fiscal não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. 8. VOTO A DISTÂNCIA: A Companhia registra o recebimento, entre 20.03.2017 e 13.04.2017, os boletins de voto a distância, devidamente computados conforme se verifica nos mapas analíticos elaborados pelo agente escriturador e pela própria Companhia, na forma do artigo 21-W, incisos I e II, da Instrução CVM nº 481/2009, os quais ficarão arquivados na sede da Companhia.

Ata da AGE realizada em 11/05/2017

DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e da proposta objeto da ordem do dia, os acionistas presentes, após o exame, discussão e votação das matérias, deliberaram o quanto segue: 6.1. Aprovar, por unanimidade de votos, a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. 6.2. Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas com direito a voto presentes, a eleição do Sr. Jerson Kelman, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 225, apto. 401, Bairro Copacabana, CEP 22030-040, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.995.351-2, expedida pelo Instituto Ricardo Daunt/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 155.082.937-87, conforme indicação da acionista AES Holdings Brasil Ltda., como membro efetivo do Conselho de Administração, na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, com mandato até a data da realização da assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017, ficando vago o cargo de suplente. 6.2.1. Consignar que, com base nas informações fornecidas pela acionista AES Holdings Brasil Ltda., nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que o conselheiro ora eleito apresentou a declaração de desimpedimento constante no artigo 147, § 4.º da Lei das Sociedades por Ações, bem como no artigo 2.º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002. Consignar, também, que a Companhia recebeu declaração do conselheiro eleito, a qual ficará arquivada na sede da Companhia, sobre a sua posição como Diretor Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, mas que as informações contidas em tal declaração não constituem impedimento à sua eleição como membro do Conselho de Administração nem prejudicam a sua condição de Conselheiro Independente, para efeitos do disposto no Regulamento de Listagem do Nível 2. 6.2.2. Consignar que o conselheiro de administração efetivo ora eleito será investido em seu cargo mediante a assinatura de termo de posse datado de 12 de maio de 2017, observado o previsto no item 6.2.3 abaixo. 6.2.3. Consignar que a investidura do conselheiro de administração ora eleito fica condicionada: (1) à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e (2) à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). 6.3. Em razão da eleição acima, fica consignado que o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a data da realização da assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017, será composto pelos membros titulares e suplentes conforme consta abaixo: (a) Vincent Winslow Mathis, norte-americano, casado, advogado, residente e domiciliado em 17.008 Birch Leaf Terrace, Bowie, Maryland, 20.716, Estados Unidos da América, portador do passaporte norte-americano de número 113542760, emitido pelos Estados Unidos da América, como conselheiro de administração efetivo; (b) Kazi Kamrul Hasan, americano, engenheiro, casado, portador do passaporte norte-americano de número 476046589, emitido pelos Estados Unidos da América, residente e domiciliado em 46521 Hampshire Station Drive, Sterling, Virginia, 22180, Estados Unidos da América, como conselheiro de administração suplente do Sr. Vincent Winslow Mathis; (c) Britaldo Pedrosa Soares, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, nº 2513, apartamento 501, Bairro Lagoa, CEP 22470-002, portador da Carteira de Identidade RG nº228.266, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 360.634.796-00, como conselheiro de administração efetivo e Presidente do

Conselho de Administração; (d) Vinicius Oliveira da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 56.227 e no CPF/MF sob nº 949.329.800-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, como conselheiro de administração suplente do Sr. Britaldo Pedrosa Soares; (e) Julian Jose Nebreda Marquez, venezuelano, casado, advogado, portador do Registro Nacional de Estrangeiros - RNE nº G270141-K, expedido pelo DPF/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.866.548-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, no 7º Andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, como conselheiro de administração efetivo; (f) Marcelo Antonio de Jesus, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.105.907-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 140.355.128-69, como conselheiro de administração suplente do Sr. Julian Jose Nebreda Marquez; (g) Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, brasileiro, divorciado, advogado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Carteira de Identidade RG nº 061.768.818, expedida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 890.310.677-68, como conselheiro de administração efetivo; (h) Ailton Ribeiro de Matos, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador da Cédula de Identidade RG nº 13294949, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 031.093.858-99, como conselheiro de administração suplente do Sr. Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira; (i) Francisco Jose Morandi Lopez, venezuelano, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador do RNE nº V864350-K, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob nº 235.561.198-03, como conselheiro de administração efetivo; (j) Carlos Renato Xavier Pompermaier, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 138.928, inscrito no CPF/MF sob nº 191.285.138-51, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, como conselheiro de administração suplente do Sr. Francisco Jose Morandi Lopez; (k) Berned Raymond Da Santos Ávila, venezuelano, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado no endereço 4300 Wilson Blvd. Arlington, VA 22203, Estados Unidos da América, portador do passaporte nº 6.557.231, emitido pela República Bolivariana da Venezuela, como conselheiro de administração efetivo; (l) Clarissa Della Nina Sadock Accorsi, brasileira, casada, economista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portadora da Carteira de Identidade RG nº 39.294.294-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 070.425.117-51, como conselheira de administração suplente do Sr. Bernerd Raymond Da Santos Ávila; (m) Fernando Quintana Merino, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 35.613.295-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 984.745.377-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Seráfico de Assis Carvalho, nº 103, apto. 32, bloco Lautrec, CEP 05614-040, como conselheiro de administração efetivo; (n) Marcelo de Carvalho Lopes, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua 25 de julho, nº 586, apartamento 301, Centro, CEP 95650-000, portador da Carteira de Identidade RG nº 102.258.398-1, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 592.612.500-68, como conselheiro de administração suplente do Sr. Fernando Quintana Merino; (o) Alexandre Meduneckas, brasileiro, casado, técnico em eletrotécnica, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cariri Velho, nº 76, casa 5, Vila Carmosina, CEP 08295-280, portador da Carteira de Identidade RG nº 32.028.748-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 285.553.898-01, como conselheiro de administração efetivo, na qualidade de representante indicado pelos empregados da Companhia nos termos do § 2º do artigo 9º do Estatuto Social; (p) José Luiz Borges Andreoli, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nelson Washington Pereira, nº 215, Vila Santa Catarina, CEP 04372-120, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.633.723-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 859.656.698-87, como conselheiro de administração suplente do Sr. Alexandre Meduneckas, na qualidade de representante indicado pelos empregados da Companhia nos termos do § 2º do artigo 9º do Estatuto Social; (q) Marcelo Gasparino da Silva, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Esteves Júnior, 605, apto. 1411 - Centro, CEP 88015-130, portador da Cédula de Identidade RG nº 2302967, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 807.383.469-34, como conselheiro de administração efetivo, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o § 3º do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; (r) Daniel Carlin Epstein, estadunidense, casado, banqueiro,

portador do passaporte nº 459030423, com endereço na 205 East 77th St. #14D, New York, NY 10075, como conselheiro de administração suplente do Sr. Marcelo Gasparino da Silva, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o § 3º do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; (s) Wilfredo João Vicente Gomes, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Patrício Farias, nº 131, Itacorubi, CEP 88034-132, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.376.630-9, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob nº 591.561.989-49, como conselheiro de administração efetivo, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; (t) Andriei José Beber, brasileiro, casado, engenheiro, residente na Cidade de Blumenau, Estado da Santa Catarina, na Rua Nereu Ramos, 463/203, Centro, CEP: 89010-400, portador da Cédula de Identidade RG nº 20291744, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob nº 014.789.149-39, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob nº 591.561.989-49, como conselheiro de administração suplente do Sr. Wilfredo João Vicente Gomes, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; e (u) Jerson Kelman, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 225, apto. 401, Bairro Copacabana, CEP 22030-040, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.995.351-2, expedida pelo Instituto Ricardo Daunt/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 155.082.937-87, como conselheiro de administração efetivo, também na qualidade de conselheiro independente, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, permanecendo vago o cargo de seu suplente.

Ata da AGE realizada em 12/09/2017

DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia, o Presidente da Mesa indagou se algum dos acionistas presentes na sede da Companhia ou remotamente, nos demais endereços oferecidos pela Companhia, havia apresentado voto por meio do boletim de voto a distância e desejava manifestar seu voto presencialmente na Assembleia, para efeitos de se desconsiderar o voto a distância, na forma do artigo 21-W, §5º, inciso I, da Instrução CVM nº 481/2009. Em seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do Mapa de Votação Sintético divulgado ao mercado, conforme previsto no artigo 21-W, §4º, da Instrução CVM nº 481/2009. Dando continuidade aos trabalhos, os acionistas presentes dispensaram a leitura da proposta objeto da ordem do dia, e após o exame, discussão e votação das matérias, deliberaram o quanto segue: 6.1. Autorizar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 40.767.053 votos favoráveis, a lavratura da ata que se refere à presente Assembleia na forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 e seus §§1º e 2º, da Lei nº 6.404/76. 6.2. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 40.767.053 votos favoráveis, a admissão da Companhia ao segmento especial da B3, denominado Novo Mercado. 6.3. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 40.767.053 votos favoráveis, como requisito à migração para o novo segmento de governança, e sujeito à ratificação desta deliberação pelos acionistas titulares de mais da metade das ações preferenciais de emissão da Companhia reunidos em Assembleia Especial, a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada uma ação ordinária, passando o capital social, no valor de R\$ 1.323.486.385,25 (um bilhão, trezentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), a ser dividido em 167.343.887 (cento e sessenta e sete milhões, trezentas e quarenta e três mil, oitocentas e oitenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. 6.4. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 40.767.053 votos favoráveis, em decorrência das deliberações tomadas anteriormente, a reforma global do estatuto social da Companhia decorrente das alterações para adaptá-lo ao regulamento de listagem do novo mercado da B3 e para incorporar os demais ajustes detalhados na proposta da Administração. Uma vez tornada eficaz a conversão das ações ordinárias em preferenciais, as disposições do estatuto social da Companhia alteradas, com as aplicáveis renumerações, passarão a vigorar com a redação abaixo, e o estatuto, já consolidado, a vigorar na forma do Anexo I à ata da presente assembleia: "Artigo 1º ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") é uma companhia aberta regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76") e pelas disposições constantes do Contrato de Concessão nº 162/98 para Distribuição de Energia Elétrica ("Contrato de Concessão"). Parágrafo Primeiro - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"). Parágrafo Segundo - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto Social, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social." (...) "Artigo 3º A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e mediante resolução da Diretoria Executiva, poderá abrir e encerrar filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do país. A abertura e o encerramento de filiais, escritórios ou outras instalações no exterior deverá ser objeto de deliberação do Conselho de Administração." (...) "Artigo 4º (...) Parágrafo Único - O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações custodiadas, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de custódia." "Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$ 1.323.486.385,25 (um bilhão, trezentos e vinte e três milhões,

quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 167.343.887 (cento e sessenta e sete milhões, trezentas e quarenta e três mil, oitocentas e oitenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. Parágrafo Segundo - Fica vedada a emissão de ações preferenciais pela Companhia." "Artigo 6º O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680.000,00 (três bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta mil reais). Parágrafo Primeiro - Dentro do limite previsto no caput deste artigo, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social mediante a emissão de ações ordinárias. (...) Parágrafo Terceiro - Os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituídos em mora e sujeitos ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, correção monetária, segundo índice a ser definido pelo Conselho de Administração, e multa de 10% (dez por cento), calculados sobre os valores em atraso, sem prejuízo das demais providências legais cabíveis." "Artigo 7º As ações que fazem parte do controle acionário da Companhia não poderão ser transferidas, cedidas ou, de qualquer forma, alienadas, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia e expressa concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL." "Artigo 8º (...) Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas respectivas eleições e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. Parágrafo Segundo - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis." "Artigo 9º O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição." "Artigo 10º O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, escolhidos pelo Conselho de Administração dentre os conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição. Parágrafo Primeiro - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. Parágrafo Segundo - Os empregados, organizados ou não sob a forma de Clube de Investimento ou Associação, terão direito de eleger um membro efetivo do Conselho de Administração. Parágrafo Terceiro - O único representante dos empregados da Companhia será eleito na forma da legislação societária e em conformidade com o item 4.3 III do Edital CP - 001/98, de 13 de março de 1998. Parágrafo Quarto - Quando, em decorrência da observância do percentual de 20% referido no parágrafo 1º deste artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado. Parágrafo Quinto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, nos seus impedimentos temporários, e na ausência deste por outro Conselheiro por ele indicado e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho. Parágrafo Sexto - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, deverá ser realizada, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger seu substituto. Parágrafo Sétimo - No caso de vacância do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente do Conselho, o substituto será nomeado pelos demais membros do Conselho de Administração, cumprindo, o substituto, a gestão pelo prazo restante. Parágrafo Oitavo - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa." "Artigo 11 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, nas datas previstas no calendário anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros, podendo dita convocação ser solicitada, de forma justificada, por qualquer membro do Conselho. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros em exercício. (...) Parágrafo Segundo - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião, observadas, quando aplicáveis, as condições estabelecidas para o exercício do voto dos Conselheiros previstas no artigo 118 parágrafos 8º e 9º da Lei n.º 6.404/76, e no(s) Acordo(s) de Acionistas da Companhia e posteriores aditamentos, arquivado(s) na sede da Companhia, se existentes. Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho de Administração poderão participar de qualquer reunião do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou outros meios de comunicação por meio dos quais todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir as demais, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração que participaram da reunião por meio de conferência telefônica deverão assinar o original da ata lavrado em livro próprio dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da realização da reunião. Parágrafo Quarto - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente e, na ausência deste, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao presidente da mesa a escolha do secretário da reunião. Parágrafo Quinto - O Conselheiro de Administração poderá, em suas ausências eventuais, apresentar seu voto mediante instrumento de procuração desde que este seja recebido pelo Presidente ou Vice-Presidente até o início da reunião e, caso haja algum voto a ser proferido, a procuração deverá conter o exato conteúdo do voto do Conselheiro representado, do contrário, o procurador deverá abster-se de votar. Nesta hipótese, o Conselheiro em questão será considerado presente para a formação de quórum de instalação e para votação. Parágrafo Sexto - Perderá o cargo, ensejando a sua vacância definitiva, o Conselheiro que deixar de participar de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado ou

licença concedida pelo Conselho de Administração.” “Artigo 12 Além das matérias previstas em lei como de competência exclusiva do Conselho de Administração, a prática dos seguintes atos e a concretização das seguintes operações pela Companhia estão condicionadas à prévia aprovação pelo Conselho de Administração: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes; (ii) aprovar, no início de cada exercício, os Planos de Negócios Anual e Quinquenal da Companhia, que compreenderão os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos, os programas de manutenção das instalações da Companhia e seus limites máximos de alavancagem, bem como suas revisões; (iii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, através do Diretor Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos, pela Companhia e pelas sociedades direta ou indiretamente controladas; (iv) avaliar formalmente o desempenho da Companhia, do Diretor Presidente individualmente, bem como aprovar a proposta de avaliação feita por este sobre os demais integrantes da Diretoria Executiva.; (v) fixar, com base em recomendação do Comitê de Remuneração e Pessoas, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios dos diretores estatutários, diretores não estatutários e do próprio Conselho de Administração e respectivos comitês de assessoramento; (vi) fixar, com base em recomendação do Comitê de Remuneração e Pessoas e observado o montante da remuneração anual global dos Administradores fixada em Assembleia Geral, a remuneração individual dos diretores quando não houver deliberação a respeito da Assembleia Geral, nos termos no artigo 18; (vii) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente; (viii) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, fixando-lhes as atribuições, inclusive designando o Diretor Vice-Presidente que cumulará a função de Diretor de Relações com Investidores; (ix) manifestar-se a respeito do relatório da administração, das demonstrações contábeis e contas da Diretoria Executiva; (x) vetar a execução de decisões da Diretoria Executiva eventualmente adotadas que tenham violado as disposições deste Estatuto. (xi) aprovar a política de dividendos da Companhia e, observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar (i) no curso do exercício social e até a Assembleia Geral Ordinária, dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral; (ii) determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio; (xii) a celebração de quaisquer acordos, contratos, documentos, títulos, instrumentos ou investimentos de capital, financiamentos, empréstimos ou mútuos, cujo valor individual ou global, no caso de uma série de operações correlatas ou idênticas, seja superior a 2,5% (dois e meio por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia, exceto (i) os especificados no Plano de Negócios Anual, inclusive no que diz respeito às suas principais condições. Dependerão ainda da aprovação prévia do Conselho de Administração quaisquer das operações acima referidas, independentemente do valor, caso o endividamento adicional por elas representado ultrapasse os limites de alavancagem previstos no Plano de Negócios Anual; (xiii) deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias Comerciais (“Commercial Papers”); (xiv) deliberar sobre a venda, locação, cessão, transferência, alienação, liquidação ou outra disposição de qualquer ativo ou participação acionária da Companhia, cujo valor individual ou global, no caso de uma série de operações vinculadas ou idênticas, seja superior a 2,5% (dois e meio por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia, exceto os especificados no Plano de Negócios Anual, inclusive no que tange às suas principais condições; (xv) deliberar sobre a aquisição de quaisquer bens cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas mais recentes da Companhia, exceto aqueles decorrentes de operações/transações especificados no Plano de Negócios Anual inclusive no que tange às suas principais condições; (xvi) autorizar a prática de qualquer ato extraordinário de gestão não compreendido, por lei ou por este Estatuto, na competência de outros órgãos societários; (xvii) autorizar prévia e expressamente a celebração, pela Companhia ou pelas sociedades direta ou indiretamente controladas, de quaisquer negócios ou contratos, cujo valor individual ou global, no caso de uma série de operações correlatas ou idênticas, exceda a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), envolvendo (i) os acionistas da Companhia, independente do seu percentual de participação no capital social, ou suas partes relacionadas, ou (iii) qualquer pessoa física ou jurídica nas quais os acionistas da Companhia, ou suas partes relacionadas tenham interesse econômico direto ou indireto, exceto: (i) os contratos de compra e venda de energia celebrados no ambiente de contratação regulado e (ii) aqueles formalmente aprovados no Plano de Negócios Anual, inclusive no que diz respeito às suas principais condições; (xviii) deliberar sobre a constituição e dissolução de subsidiárias da Companhia, no país e no exterior; (xix) a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, nos termos da legislação aplicável; (xx) deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações e bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital autorizado; (xxi) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e a criação de comitês de assessoramento do Conselho de Administração e respectivos regimentos; (xxii) aprovar a emissão de quaisquer documentos, títulos, ações ou outros valores mobiliários pela Companhia, pública ou particular, bem como a celebração de acordos pela Companhia ou a outorga de quaisquer direitos a terceiros (ou qualquer modificação subsequente dos mesmos), que possa dar direito ao proprietário ou ao beneficiário de subscrever ou adquirir documentos, títulos, ações ou outros valores

mobiliários integrantes do patrimônio da Companhia ou de sua própria emissão; (xxiii) escolher e destituir auditores independentes com base em recomendação do Comitê de Auditoria, os quais não poderão prestar à Companhia serviços que, de acordo com as normas profissionais, legislação e regulamentos que regulam a profissão do auditor independente, comprometam a sua independência durante a vigência do contrato; (xxiv) submeter à Assembleia Geral proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia; (xxv) deliberar sobre a constituição de quaisquer ônus sobre bens, móveis ou imóveis da Companhia, ou a caução ou cessão de receitas ou direitos de crédito em garantia de operações financeiras ou não a serem celebradas pela Companhia e/ou por suas sociedades direta ou indiretamente controladas, sempre que o valor total dos ativos objeto da garantia exceda a 2,5% (dois e meio por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia, exceto: (a) garantias no âmbito de processos administrativos ou judiciais da Companhia; ou (b) garantias exigidas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia celebrados no ambiente de contratação regulado. (xxvi) deliberar sobre a prestação de quaisquer garantias por obrigações de terceiros. (xxvii) deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto Social que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva ou determinados pela Assembleia Geral; (xxviii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; (xxix) definir e apresentar à Assembleia Geral lista tríplice para a escolha de instituição ou empresa especializada em avaliação econômica de empresas para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição de ações da Companhia para cancelamento do registro de companhia aberta, na forma do Capítulo XII deste Estatuto Social, ou de saída do Novo Mercado da B3, na forma do Capítulo XIII deste Estatuto Social; (xxx) aprovar as propostas de fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer operação similar que envolva a Companhia e suas subsidiárias; (xxxi) autorizar a Companhia a participar em outras sociedades; (xxxii) fixar o voto a ser dado pelo representante da Companhia nas Assembleias Gerais e reuniões das sociedades em que participe como sócia ou acionista, aprovar previamente as alterações do contrato social ou do estatuto social das sociedades em que a Companhia participa, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia; (xxxiii) aprovar as políticas da Companhia, incluindo a (i) a Política de Transações com Partes Relacionadas; (ii) a Política de Gestão de Riscos; (iii) a Política de Limite de Concessão de Crédito pela Companhia; e (iv) a Política de Negociações de Valores Mobiliários, e suas revisões; (xxxiv) aprovar a abertura e o encerramento de filiais, escritórios ou outras instalações no exterior; (xxxv) aprovar a celebração de acordos, transações ou contratos de assistência técnica ou prestação de serviços com sociedades estrangeiras, cujo valor individual ou global, no caso de uma série de operações vinculadas ou idênticas, exceda R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), exceto os especificados no Plano de Negócios Anual, inclusive no que tange às suas principais condições. Parágrafo Primeiro – As importâncias determinadas em Reais neste artigo serão ajustadas ao final de cada exercício social, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, devendo o primeiro ajuste ser realizado em 31 de dezembro de 2017. Parágrafo Segundo – A Companhia complementarará a previdência social a seus empregados na forma e meios aprovados pelo Conselho de Administração.” “Artigo 13 – A Companhia terá um Comitê de Partes Relacionadas observados os seguintes parâmetros e diretrizes previstos em seu regimento interno. Parágrafo Primeiro – O Comitê de Partes Relacionadas terá funcionamento permanente e será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, todos conselheiros independentes da Companhia, assim definidos em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado. (...) Parágrafo Terceiro – Compete ao Comitê de Partes Relacionadas (i) propor ao Conselho de Administração a Política de Transações de Partes Relacionadas da Companhia, a qual deverá observar os princípios estabelecidos por este Estatuto; (ii) analisar as transações com partes relacionadas e verificar se estão em condições de mercado, nos termos e condições previstos na Política de Transações entre Partes Relacionadas mencionada no item (i) anterior e em consonância com as demais práticas de governança corporativa da Companhia; (iii) analisar as vantagens da transação para a Companhia e verificar se referida transação atende ao previsto na referida Política e, ainda, se beneficia qualquer das partes de forma indevida; (iv) deliberar, previamente à submissão ao Conselho de Administração, sobre as transações da Companhia e suas controladas com partes relacionadas, nos termos estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas mencionada no item (i) anterior; (v) acompanhar o cumprimento da Política de Transações entre Partes Relacionadas, propondo sua revisão ao Conselho de Administração, sempre que necessário; e (v) contratar consultores externos para avaliar a comutatividade das transações com partes relacionadas, se assim julgar pertinente. Parágrafo Quarto – As deliberações do Comitê de Partes Relacionadas serão tomadas por maioria de votos. Em caso de empate nas deliberações do Comitê, a matéria em deliberação será submetida ao Conselho de Administração com essa observação. (...) Parágrafo Sexto – No desempenho de suas funções, o Comitê de Partes Relacionadas terá amplo acesso às informações de que necessitar e disporá de estrutura administrativa adequada, bem como de recursos para contratação de assessoria independente, a seu critério e mediante às condições, inclusive de remuneração, que venham a ser diretamente contratadas pelos membros do Comitê de Partes Relacionadas.” “Artigo 14 O Comitê de Auditoria,

é órgão estatutário de assessoramento e reporte direto ao Conselho de Administração, de caráter permanente.

Parágrafo Primeiro - Será governando por este Estatuto Social e por regimento interno e suas deliberações serão meramente opinativas, não vinculando àquelas do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Será formado por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros integrantes do Conselho de Administração, observada a exceção abaixo, sendo a maioria Conselheiros Independentes, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado. Terão preferência para participar de tal comitê, os conselheiros que comprovadamente tenham conhecimentos de contabilidade societária e auditoria, analise esta que será feita através de análise curricular ou comprovação que tenha ou esteja participando de algum comitê de auditoria. Pelo menos um membro deverá ter reconhecida e comprovada experiência em contabilidade societária de auditoria externa ou interna e de gestão financeira. Não havendo nenhum conselheiro com tal perfil, o Conselho de Administração poderá, em caráter excepcional, contratar profissional com referido perfil para integrar o Comitê de Auditoria.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Comitê de Auditoria devem ser eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos para o exercício do cargo.

Parágrafo Quarto - É vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria da Companhia, de seus diretores, de diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

Parágrafo Quinto - Os membros do Comitê de Auditoria farão jus a remuneração na forma estabelecida pelo Conselho de Administração que levará em consideração parecer do Comitê de Remuneração e Pessoas.”

“Artigo 15 O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração, competindo-lhe, entre outras matérias: (a) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes, a substituição de tais auditores independentes, bem como aprovar a remuneração deste e o escopo dos serviços contratados e opinar sobre a contratação do auditor independente para qualquer outro serviço; (b) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (c) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, inclusive conduzindo avaliação anual de desempenho do diretor responsável pelo departamento de auditoria interna, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias; (d) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas; (e) supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas; (f) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (g) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias; (h) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos, abrangendo riscos legais, tributários e trabalhistas; (i) manifestar-se, previamente ao Conselho de Administração, a respeito do relatório anual sobre o sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia; (j) opinar, a pedido do Conselho de Administração, na hipótese do Conselho Fiscal não estar em funcionamento, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (k) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (l) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia; (m) avaliar e monitorar os controles existentes para as transações da organização com partes relacionadas, bem como para a sua divulgação; (n) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração; (o) revisar periodicamente, com a administração da Companhia e com os auditores independentes, em reuniões conjuntas ou separadas: (i) quaisquer análises ou demais comunicações escritas elaboradas pela administração e/ou pelos auditores independentes, contendo questões relevantes sobre divulgação de informações financeiras e correspondentes entendimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras; (ii) as políticas e práticas contábeis críticas da Companhia; (iii) as operações e estruturas não refletidas nas demonstrações financeiras; (iv) quaisquer questões relevantes relativas a princípios contábeis e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo quaisquer mudanças significativas na escolha ou aplicação de princípios contábeis pela Companhia; e (v) o efeito de iniciativas ou atos, aplicáveis à Companhia, por parte de autoridades administrativas ou encarregadas de disciplina contábil; (p) monitorar o cumprimento das leis, regulamentos e sistemas de conformidade (compliance) pela organização; (q) monitorar os aspectos de ética e conduta, incluindo a efetividade do código de conduta e do canal de denúncias (abrangendo o tratamento das denúncias recebidas) e eventual existência de fraude; (r) supervisionar as atividades da auditoria interna, incluindo a qualidade dos seus trabalhos, estrutura existente, plano de trabalho e resultados dos trabalhos realizados; (s) apreciar eventuais conflitos de interesses envolvendo os membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como fornecer opinião sobre a possibilidade ou não de quaisquer de tais Conselheiros votarem qualquer matéria que possa ensejar conflito de interesses. O membro do comitê de auditoria envolvido em eventual conflito de interesses, não poderá participar das reuniões de análise e deliberação do caso em questão. Contudo, se obrigada a colaborar integralmente com as investigações, sempre que solicitado, fornecimento toda e qualquer informação relativa ao caso sob

investigação. Parágrafo Primeiro – O Comitê de Auditoria elaborará relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia. Parágrafo Segundo – O Coordenador do Comitê de Auditoria, o qual deve ser sempre um conselheiro independente, ou, na sua ausência ou impedimento, outro membro do Comitê de Auditoria por ele indicado, deve reunir-se com o Conselho de Administração, no mínimo, trimestralmente, para relatar as atividades do Comitê. Quando necessário ou conveniente, o Coordenador ou o seu substituto, conforme o caso, se fará acompanhar de outros membros do Comitê de Auditoria. Parágrafo Terceiro – O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.” “Artigo 16 O Comitê de Auditoria deverá aprovar, por maioria de votos de seus membros, proposta de Regimento Interno regulamentando as questões relativas a seu funcionamento, a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Parágrafo Único – Para o desempenho de suas funções, o Comitê de Auditoria terá acesso às informações de que necessitar e disporá de autonomia operacional, bem como de dotação orçamentária, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.” “Artigo 17 A Companhia terá um Comitê de Remuneração e Pessoas observados os parâmetros e diretrizes a seguir. Parágrafo Primeiro – O Comitê será responsável por assessorar o Conselho de Administração em questões relacionadas aos modelos de remuneração da administração da companhia e na tomada de decisões relacionadas aos recursos humanos da companhia. Parágrafo Segundo – O Comitê terá funcionamento permanente e será formado por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros integrantes do Conselho de Administração, observada a exceção abaixo, sendo a maioria Conselheiros Independentes, tal como definido no Regulamento do Novo Mercado. Parágrafo Terceiro – É necessário que ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Remuneração e Pessoas tenha experiência prévia comprovada em administração de recursos humanos e no desempenho de funções relativas ao estabelecimento de políticas de remuneração, metas corporativas e atração e retenção de pessoal. Não havendo nenhum conselheiro com tal perfil, o Conselho de Administração poderá, em caráter excepcional, contratar profissional com referido perfil para integrar o Comitê de Remuneração e Pessoas. Parágrafo Quarto – O funcionamento do Comitê de Remuneração e Pessoas será regido por este Estatuto e pelo Regimento Interno do Comitê, o qual será aprovado pelo Conselho de Administração. Parágrafo Quinto – Os membros do Comitê de Remuneração e Pessoas farão jus a remuneração na forma estabelecida pelo Conselho de Administração.” “Artigo 18 Compete ao Comitê de Remuneração e Pessoas, além de outras funções que possam vir a ser atribuídas pelo Conselho de Administração: (i) propor ao Conselho de Administração e revisar anualmente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores da Companhia, aos membros dos Comitês Consultivos e demais órgãos de assessoramento do Conselho, bem como dos reportes diretos da Diretoria Executiva da Companhia e de suas controladas; (ii) propor anualmente ao Conselho de Administração a remuneração dos administradores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral; (iii) recomendar à aprovação do Conselho de Administração, a alocação do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, dos honorários mensais de cada um dos Administradores, membros dos Comitês Consultivos e dos demais órgãos de assessoramento da Companhia; (iv) revisar e recomendar à aprovação do Conselho de Administração, com relação ao Diretor-Presidente, seu: (i) nível salarial anual, (ii) incentivo anual de remuneração e incentivo de remuneração a longo prazo, (iii) condições aplicáveis à sua contratação, em relação a demissão e mudança de cargo, e (iv) qualquer outro tipo de remuneração, indenização e benefícios; (v) revisar a proposta preparada pelo Diretor-Presidente para cada membro da Diretoria Executiva da Companhia e recomendar à aprovação do Conselho de Administração os seguintes itens: (i) nível salarial anual; (ii) incentivo anual de remuneração e incentivo de remuneração a longo prazo, (iii) condições aplicáveis à sua contratação, em relação a demissão e mudança de cargo, e (iv) qualquer outro tipo de remuneração, indenização e benefícios (vi) recomendar à aprovação do Conselho de Administração, a aprovação prévia de implementação, alteração das condições ou realização de outorgas nos termos de plano de incentivo de remuneração de longo prazo aos administradores e empregados, incluindo a outorga de opção de compra de ações a Administradores, empregados ou pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia e sociedades controladas; (vii) recomendar à aprovação do Conselho de Administração, a atribuição, aos administradores da Companhia, de sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, incluindo balanços intermediários, respeitadas as limitações e disposições estatutárias e legais; (viii) revisar e submeter ao Conselho de Administração as metas e objetivos relativos aos planos de remuneração dos administradores e reportes direto da Diretoria Executiva da Companhia, acompanhando sua implementação e realizando a avaliação do desempenho de tais administradores e funcionários em face de tais metas e objetivos; (ix) identificar pessoas aptas a se tornarem membros da Diretoria Executiva, e recomendar tais candidatos ao Conselho de Administração, obedecidas as normas legais, regulamentares e deste Estatuto Social com relação aos requisitos e impedimentos e para eleição de administradores; (x) verificar a adequação da indicação de candidatos a membro do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e da Diretoria Executiva aos critérios definidos neste

estatuto e no Regulamento do Novo Mercado, incluindo a emissão de parecer acerca do tema; (xi) desenvolver, em conjunto com o diretor presidente, planos de sucessão para garantir que os cargos nos órgãos da administração sejam sempre ocupados por pessoas preparadas, familiarizadas com as atividades da Companhia e de suas controladas, e aptas a implementar seus planos de negócios, seus objetivos de longo prazo e a garantir a continuidade da Companhia.” “Artigo 19 A Companhia terá uma Diretoria Executiva composta por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, todos de dedicação exclusiva à Companhia, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores Vice-Presidentes, sendo que um Diretor Vice-Presidente cumulará a função de Diretor de Relações com Investidores, todos residentes no País, cujo mandato terá a duração de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Parágrafo Único – Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria Executiva, a respectiva substituição, para completar o prazo de gestão, será deliberada pelo Conselho de Administração.” (...) “Artigo 23 Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, serão necessárias, para vincular a Companhia: (i) a assinatura do Diretor-Presidente; ou (ii) a assinatura de qualquer 01 (um) dos Diretores Vice-Presidentes; (iii) a assinatura de 02 (dois) Procuradores, agindo em conformidade com os limites especificamente estabelecidos na respectiva procuração que será outorgada na forma deste Estatuto Social.” (...) “Artigo 25 A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas na forma da legislação pertinente. (...) Parágrafo Segundo – A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.” (...) “Artigo 27 As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por 01 (um) membro da Diretoria Executiva. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelo Presidente da mesa. (...) Parágrafo Segundo – A fim de comparecer à Assembleia Geral, é recomendável o depósito, pelo acionista, na Companhia ou em local por esta indicado, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da realização da respectiva Assembleia: (i) do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos hábeis de sua identidade.” “Artigo 28 As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando as abstenções. Parágrafo Único – O exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais sujeitar-se-á, quando for o caso, às condições estabelecidas nos Acordos de Acionistas da Companhia e posteriores aditamentos, arquivados na sede da Companhia, se existentes.” “Artigo 29 A Assembleia Geral fixará a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. Da remuneração anual global dos Administradores fixada em Assembleia Geral, cabe ao Conselho de Administração a segregação do montante total a ser distribuído entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, observados os critérios gerais de remuneração e política de benefícios da administração fixados pelo próprio Conselho de Administração, conforme o item (v) do artigo 12 deste Estatuto Social.” (...) “Artigo 32 A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o Adquirente se obrigue a efetivar Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”) aos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante. Parágrafo Único - Para os fins deste Estatuto Social os termos Ações em Circulação, Alienação de Controle, Poder de Controle, Acionista Controlador, Acionista Controlador Alienante, Adquirente e Valor Econômico, terão o sentido que lhes é atribuído pelo Regulamento do Novo Mercado.” “Artigo 33 A oferta pública de que trata o artigo 32 também será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de Companhia que detenha o Poder de Controle da Companhia. Parágrafo Único - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 32 deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.” (...) “Artigo 35 Havendo divergência quanto à caracterização de Alienação de Controle da Companhia, quanto à obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações ou relativa às condições da mesma, será dirimida por meio de arbitragem.” “Artigo 36 A Companhia não registrará: (i) qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não inscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado; e (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não tiverem subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.” (...) “Artigo 38 Na OPA, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em

laudo de avaliação de que tratam os parágrafos 1º e 2º deste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Parágrafo Primeiro - O laudo de avaliação mencionado no caput deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo 8º. Parágrafo Segundo - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação." (...) "Artigo 40 Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar OPA aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 38 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis." "Artigo 41 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de OPA nas mesmas condições previstas no artigo 38 acima. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Parágrafo Segundo - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da OPA, no caso de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta." "Artigo 42 A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de OPA no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 38 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Parágrafo Primeiro - O Acionista Controlador deverá efetivar a OPA prevista no caput deste artigo 41. Parágrafo Segundo - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput deste artigo 41 decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a OPA. Parágrafo Terceiro - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput deste artigo 41 ocorrer em razão de ato ou fato de administração, os administradores da Companhia deverão convocar a Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Parágrafo Quarto - Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da OPA prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta." "Artigo 43 Caso ocorra Alienação do Controle da Companhia até 12 (doze) meses após a data em que a Companhia tiver deixado de integrar o Novo Mercado, o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente, conjunta e solidariamente, estarão obrigados realizar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às Alienações de Controle previstas no Regulamento do Novo Mercado e neste Estatuto Social. Parágrafo Primeiro - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída realizada de acordo com as demais disposições do Regulamento do Novo Mercado, o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente ficarão, conjunta e solidariamente, obrigados a pagar a diferença de valor apurada aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no "caput" deste artigo 43. (...) "Artigo 44 Qualquer acionista ou grupo de acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, voluntariamente, em uma única operação ou por operações sucessivas ("Acionista Comprador"), de: (i) ações de emissão da Companhia; ou (ii) outros direitos, inclusive outros direitos de sócio sobre as ações de emissão da Companhia, que representem, em ambos os casos, conjunta ou isoladamente 30% (trinta por cento) ou mais do seu capital social ("Participação Relevante"), deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade superior ao limite estipulado, submeter à ANEEL pedido para realização de uma oferta pública de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("OPA 30%"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável, os regulamentos da B3 e os termos deste artigo 44. Parágrafo Primeiro - Caso o pedido seja aceito pela ANEEL, o Acionista Comprador deverá realizar a OPA 30% no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da aprovação, procedendo na forma indicada no presente artigo. Caso o pedido seja negado, o Acionista Comprador deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da comunicação da

negação, alienar todas as ações que excedam o limite estabelecido no caput do presente artigo. Parágrafo Segundo - O Acionista Comprador deverá encaminhar ao Diretor Presidente da Companhia cópia de todos os documentos relacionados ao pedido para a realização da OPA 30% que tenham sido entregues à ANEEL ou por esta enviados. Parágrafo Terceiro - Durante o período entre a solicitação de realização da OPA 30% e a resposta, positiva ou negativa, da ANEEL, o Acionista Comprador não poderá adquirir ou alienar quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia. Parágrafo Quarto - A realização da OPA 30% não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública concorrente, nos termos da regulamentação aplicável. Parágrafo Quinto - O Acionista Comprador deverá atender a eventuais solicitações ou exigências da CVM, se aplicável, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. Parágrafo Sexto - A OPA 30% deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução nº 361/02: a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; b) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3; c) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública; d) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02; e) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no §7º deste artigo e liquidada à vista, em moeda corrente nacional. Parágrafo Sétimo - O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA 30% deve corresponder ao maior preço pago pelo Acionista Comprador nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento do percentual referido no caput. Parágrafo Oitavo - O adquirente deve divulgar a demonstração justificada do valor a ser pago na OPA 30%. Parágrafo Nono - A obrigação prevista no caput não se aplica (i) quando remanescer outro acionista titular de mais de 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia; ou (ii) caso a aquisição de participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) decorra (ii.1) de realização de OPA 30% que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia e que tenha sido realizada por preço mínimo equivalente ao preço estabelecido no parágrafo 7º deste artigo; (ii.2) de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; e (ii.3) de subscrição de novas ações de emissão da Companhia, realizada em uma única emissão primária aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, incluindo como resultado de bonificação de ações. Parágrafo Décimo - A OPA 30% nesta subseção pode ser dispensada por Assembleia Geral da Companhia, ficando impedido de votar o acionista que tenha interesse conflitante com a matéria. Nesta hipótese, o Conselho de Administração deverá convocar a Assembleia Geral para deliberar a supressão do disposto neste artigo, no todo ou em parte, hipóteses em que deverá disponibilizar aos acionistas as informações de conhecimento da administração da Companhia que justifiquem tal supressão e a manifestação do Conselho de Administração sobre a matéria. Parágrafo Décimo Primeiro - Na hipótese de o Acionista Comprador não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para a solicitação de autorização à ANEEL para realização da oferta publicada; (ii) para a realização da OPA 30%; ou (iii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista ou grupo de acionistas em questão ficará impedido de votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos seus direitos de acionista. Parágrafo Décimo Segundo - Para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, não serão computados os aumentos percentuais involuntários de participação no capital social resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, de resgate de ações de emissão da Companhia ou de redução do capital social da Companhia com cancelamento de ações." (...) "Artigo 46 A Companhia deverá observar os acordos de acionistas e posteriores aditamentos, arquivados em sua sede, se existentes, devendo os Presidentes das Assembleias Gerais e das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia absterem-se de computar votos contrários aos seus termos." "Artigo 47 A Companhia e seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado." 6.5. Aprovar, não obstante a nova versão do Estatuto Social constante do Anexo I prever a redução do número máximo de membros do conselho de administração de 11 para 9, e a extinção dos cargos de suplentes, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 40.767.053 votos favoráveis, a manutenção dos atuais 11 membros do conselho de administração efetivos e, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 28.180.837 votos favoráveis, 12.586.216 votos contrários, a manutenção dos atuais 10 membros do conselho de administração suplentes, em seus respectivos cargos até o término do mandato para o qual foram eleitos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, a partir da qual, uma vez em vigor o novo Estatuto Social, passar-se-á a observar a nova composição. 6.6. Autorizar a administração da Companhia, representada na forma de seu Estatuto Social, a praticar todos os atos e firmar todos os documentos necessários à implementação e formalização das deliberações ora tomadas. 7. VOTO A DISTÂNCIA. A Companhia registra o não recebimento, entre 10.08.2017 e 05.09.2017, de boletins de voto a distância, conforme se verifica nos mapas analíticos elaborados pelo agente escriturador e pela

própria Companhia, na forma do artigo 21-W, incisos I e II, da Instrução CVM nº 481/2009, os quais ficarão arquivados na sede da Companhia.

Ata da AGESP realizada em 12/09/2017

DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia Especial, o Presidente da Mesa indagou se algum dos acionistas presentes na sede da Companhia ou remotamente, nos demais endereços oferecidos pela Companhia, havia apresentado voto por meio do boletim de voto a distância e desejava manifestar seu voto presencialmente na Assembleia Especial, para efeitos de se desconsiderar o voto a distância, na forma do artigo 21-W, §5º, inciso I, da Instrução CVM nº 481/2009. Em seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do Mapa de Votação Sintético divulgado ao mercado, conforme previsto no artigo 21-W, §4º, da Instrução CVM nº 481/2009. Dando continuidade aos trabalhos, os acionistas presentes dispensaram a leitura da proposta objeto da ordem do dia e, após o exame, discussão e votação das matérias, deliberaram o quanto segue: 6.1. Autorizar, por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido computados 69.615.918 votos favoráveis, a lavratura da ata que se refere à presente Assembleia Especial na forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 e seus §§1º e 2º, da Lei nº 6.404/76. 6.2. Ratificar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 67.344.532 votos favoráveis, 28.660 votos contrários e 2.242.726 abstenções, a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2017, às 10:00 horas, que aprovou a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada uma ação ordinária, com vistas à migração da Companhia para o segmento especial de governança da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão o denominado Novo Mercado, com a consequente adaptação do seu estatuto social. 7. VOTO A DISTÂNCIA. A Companhia registra o recebimento, entre 10.08.2017 e 05.09.2017, de boletins de voto a distância, devidamente computados conforme se verifica nos mapas analíticos elaborados pelo agente escriturador e pela própria Companhia, na forma do artigo 21-W, incisos I e II, da Instrução CVM nº 481/2009, os quais ficarão arquivados na sede da Companhia.

Fatos Relevantes

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 23 DE FEVEREIRO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no §4º do Art. 157 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, informa que o Conselho de Administração da Companhia, com respaldo de seus acionistas AES HOLDINGS BRASIL LTDA. ("AES") e BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. ("BNDESPAR"), resolveu, nesta data, submeter aos acionistas da Companhia, em 2017, proposta de migração da Companhia para o segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeita às aprovações necessárias. Esta iniciativa, que está alinhada à estratégia de criação de valor da Companhia e ao processo de avaliação de opções estratégicas por parte de seus acionistas AES e BNDESPAR para a Companhia, tem por objetivos: (i) aumentar o nível de governança corporativa e transparência a partir da extensão do direito de voto a todos os acionistas; (ii) aumentar a capacidade de investimento necessária para fomentar o seu crescimento, na medida que facilita novas captações pela Companhia e espera-se que reduza seu custo de capital; e (iii) potencializar a liquidez das ações negociadas publicamente pela Companhia, por meio da consolidação da negociação dos valores mobiliários exclusivamente em ações ordinárias, aumentando a atratividade para novos investidores. A administração da Companhia dará início à preparação da documentação a ser apresentada aos órgãos reguladores competentes (incluindo proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia para adequá-lo às exigências do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, notadamente à conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em igual número de ações ordinárias) e, uma vez concluídas as tratativas com os emissores reguladores, convocará assembleia geral de acionistas e assembleia especial de acionistas preferenciais para deliberar sobre o tema. Além disso, os termos de algumas das dívidas atuais da Companhia requerem aprovação para listagem no Novo Mercado. A expectativa da administração da Companhia é que a migração para o Novo Mercado seja concluída no quarto trimestre de 2017. Os termos e condições da migração para o Novo Mercado serão detalhados quando da publicação do edital de convocação das assembleias gerais de acionistas e acionistas preferenciais. A conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias está sujeita à aprovação dos acionistas titulares de ações preferenciais, em assembleia especial, sendo certo que os acionistas preferenciais que (i) votarem contra a conversão, (ii) se abstiverem de votar ou (iii) não comparecerem à assembleia especial, poderão pleitear, no prazo legal, o direito de reembolso do valor patrimonial das ações de que forem comprovadamente titulares, ininterruptamente, desde a data da divulgação deste fato relevante, nos termos do Art. 137 da Lei nº 6.404/76. Não obstante, a administração da Companhia informa, desde já, que poderá fazer uso da faculdade prevista no §3º do Art. 137 da Lei nº 6.404/76 no sentido de desistir da potencial migração ao Novo Mercado, a depender do eventual resultado do exercício do direito de retirada. A Companhia informa que a operação só será viável se o custo decorrente do exercício do direito de retirada não for substancial. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados acerca da evolução das matérias objeto do presente fato relevante. Barueri, 23 de fevereiro de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 23 DE FEVEREIRO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº. 358, de 03.01.2002, e demais disposições aplicáveis, comunica aos seus acionistas que: A administração da AES Eletropaulo está comprometida e focada em seu objetivo principal de criar valor da Companhia e, consequentemente, criar valor a todos seus acionistas. A estratégia de criação de valor da Companhia está baseada em cinco frentes de trabalho: (i) recuperação dos indicadores de qualidade, com desenvolvimento de novas tecnologias e inovação de sua rede e eficácia no atendimento; (ii) gestão da receita da Companhia, com adoção de novas práticas para redução de indicadores de inadimplência e perdas; (iii) aumento da satisfação do cliente por meio da excelência dos serviços prestados; (iv) gestão das contingências e riscos; e, (v) aperfeiçoamento dos mecanismos de governança da Companhia. Como fruto das três primeiras frentes de trabalho, a administração da Companhia, divulga na data de hoje, seu Programa de Produtividade para os anos de 2017 e 2018, no qual a Companhia prevê redução, em termos reais, em relação ao custo verificado no ano de 2016, de R\$ 200 milhões para o ano de 2017 e de R\$ 150 milhões para o ano de 2018. Como custos entende-se todos os custos operacionais excluindo custos com Fundo de Pensão. A Companhia esclarece que mantém seus compromissos com a recuperação dos indicadores de qualidade e satisfação dos clientes. A redução prevista em seu Programa de Produtividade é fruto da maior eficiência em processos e dos resultados positivos dos investimentos em sua rede. Em complemento, a Companhia também divulga, nesta data, o total de investimentos previstos para o ciclo de 2017 até 2021, de R\$ 3.970 milhões, sendo R\$ 3.542 milhões de recursos próprios e R\$ 428 milhões de projetos financiados pelos clientes, voltados para a eficácia do Programa de Produtividade e melhoria da confiabilidade das operações da Companhia. Tal programa é superior ao programa de investimentos divulgado no ciclo anterior (2016 até 2020) de R\$ 3.563 milhões e está atrelado com a estratégia de criação de valor da Companhia e aumento de sua Base de Remuneração Regulatória. Tais projeções serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia e estarão disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aeseletropaulo.com.br/>, dentro do prazo legal. Barueri, 23 de fevereiro de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº. 358, de 03.01.2002, e demais disposições aplicáveis, comunica aos seus acionistas que: Conforme Fatos Relevantes divulgado em 03 de novembro de 2016, a Companhia previa um nível de sobrecontratação de 111,6% para o ano de 2016 e impacto financeiro associado de R\$ 30 milhões a R\$ 110 milhões. Considerando a performance do mercado em 2016, que registrou uma queda de 3,2% em relação ao ano de 2015, e as ações para redução dessa exposição, como a participação nos leilões do Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos ("MCSD") e as negociações bilaterais com geradores de energia, o nível de sobrecontratação da Companhia em 2016 foi de 110,87%, com impacto financeiro associado de R\$ 92 milhões. A Companhia informa que a sobrecontratação mencionada acima para o ano de 2016 é reflexo da: (i) contratação compulsória do limite mínimo no leilão "A-1" de 2015, (ii) da migração de clientes cativos para o mercado livre em 2016 e (iii) da retração do consumo de energia em seu mercado para 2016. A Administração da Companhia também esclarece que, como resultado de sua avaliação em relação à natureza da sobrecontratação, entende que toda a parcela acima do limite regulatório de 105% é involuntária, sendo, portanto, repassada às tarifas no reajuste tarifário de julho de 2017. Esse entendimento é reforçado por parecer jurídico elaborado por renomado escritório de advocacia, devendo esse montante, portanto, ser reconhecido como um Ativo Financeiro Setorial, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A Companhia ainda informa que revisou suas projeções para o nível de sobrecontratação para o ano de 2017, divulgadas em Fato Relevante na data de 03 de novembro de 2016. O nível de sobrecontratação estimado passou de 113% para 111,3%, reflexo das mesmas ações adotadas para redução do nível de contratação para o ano de 2016, como a participação do MCSD e as negociações bilaterais e da manutenção de sua visão para o crescimento do mercado total da AES Eletropaulo na faixa de 0,8% a 1,2%. O impacto financeiro associado a sobrecontratação de 2017, mantém-se no mesmo patamar da sobrecontratação reportada, tendendo a zero, considerando perspectivas de diferença entre o preço do mercado de curto prazo e o preço médio de contratação da distribuidora para o ano de 2017. A Companhia ainda esclarece que, desde agosto de 2015, atua junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e ao Ministério de Minas e Energia - MME, na busca por alternativas para redução de sua exposição a um nível de contratação inferior a 105%. Barueri, 24 de fevereiro de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 19 DE ABRIL DE 2017

FATO RELEVANTE Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (ELPL3, ELPL4) ("Companhia"), em complemento ao Fato Relevante divulgado em 23 de fevereiro de 2017 ("Fato Relevante") e ao Aviso aos Acionistas divulgado em 04 de abril de 2017, no contexto da proposta de migração da Companhia para o segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado, esclarece aos seus acionistas, no tocante ao exercício do direito de retirada, que o cálculo do valor do patrimônio líquido (seja no último balanço

aprovado, seja em balanço especial levantado) que servirá de base para determinar o valor a ser pago aos acionistas preferenciais que votarem contra a conversão, abstiveram-se de votar ou não comparecerem à assembleia especial, deve levar em consideração, na opinião dos consultores da Companhia, o fato de que a reserva especial de ágio registrada em 31 de dezembro de 2016 no seu balanço patrimonial, no valor de R\$670,9 milhões, equivalente, nesta data, a R\$ 4,01/ação, por força de deliberação da assembleia, caberá exclusivamente aos acionistas controladores, ainda que sob condição suspensiva, e, portanto, tal valor deve ser excluído da base de cálculo do direito de retirada. A confirmação desse entendimento foi objeto de consulta à CVM, cuja decisão será, quando disponível, divulgada pela Companhia. Barueri, 19 de abril de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 05 DE MAIO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") (BM&FBOVESPA: ELPL4; ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº. 358, de 03 de janeiro de 2002, e demais disposições aplicáveis, comunica aos seus acionistas que revisou suas projeções para o nível de sobrecontratação divulgadas em Fato Relevante na data de 24 de fevereiro de 2017 para este ano, o qual passou de 111,3% para 105,9%. Referida redução é reflexo das ações empreendidas pela Companhia, tais como a participação nos leilões do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits ("MCSD") e as negociações bilaterais com geradores de energia, e resultam em um impacto financeiro positivo estimado em R\$ 45 milhões para 2017, considerando perspectivas de diferença entre o preço do mercado de curto prazo e o preço médio de contratação da distribuidora. A visão para o crescimento do mercado total da AES Eletropaulo se manteve estável na faixa de 0,8% a 1,2%. A Companhia comunica que as negociações bilaterais com geradores realizadas para redução do nível de contratação para o ano de 2017 e a revisão da garantia física de usinas hidrelétricas em Cotas de Garantia Física e de Itaipu trarão benefícios para o nível de contratação esperado para o ano de 2018, que passou de 118% para 107,3%. Nesse cenário, o impacto financeiro negativo associado à sobrecontratação de 2018 é estimado em R\$ 21 milhões, considerando perspectivas de diferença entre o preço do mercado de curto prazo e o preço médio de contratação da distribuidora para o ano de 2018. A Companhia esclarece, ainda, que, como resultado de sua avaliação em relação à natureza da sobrecontratação, entende que toda a parcela acima do limite regulatório de 105% é involuntária e será, portanto, repassada às tarifas no reajuste tarifário de julho de 2017, devendo esse montante, portanto, ser reconhecido como um Ativo Financeiro Setorial, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Por fim, a Companhia esclarece que, desde agosto de 2015, atua junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e ao Ministério de Minas e Energia - MME, na busca por alternativas para redução de sua exposição a um nível de contratação inferior a 105%. Tais projeções serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia e estarão disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aeseletropaulo.com.br/>, dentro do prazo legal. Barueri, 5 de maio de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 05 DE MAIO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") (BM&FBOVESPA: ELPL4; ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº. 358, de 03.01.2002, e demais disposições aplicáveis, em complemento ao Fato Relevante divulgado em 23 de fevereiro de 2017, comunica aos seus acionistas que: A administração da AES Eletropaulo comprometida e focada em seu objetivo principal de criar valor da Companhia e, consequentemente, criar valor a todos seus acionistas, divulga, nesta data, detalhamento das projeções para o ano de 2017 do seu Programa de Produtividade, que prevê para referido ano a redução de R\$ 200 milhões, em relação ao verificado no ano de 2016, em termos reais, do seu custo operacional, excluindo custos com Fundo de Pensão, sendo R\$ 70 milhões no segundo trimestre de 2017 e o restante no segundo semestre de 2017. A Companhia esclarece que as principais alavancas de seu Programa de Produtividade estão centradas na (i) recuperação dos indicadores de qualidade, com desenvolvimento de novas tecnologias e inovação de sua rede e eficácia no atendimento; (ii) gestão da receita da Companhia, com adoção de novas práticas para redução de indicadores de inadimplência e perdas; e (iii) aumento da satisfação do cliente por meio da excelência dos serviços prestados. Em complemento, a Companhia ainda esclarece que mantém seus compromissos com a recuperação dos indicadores de qualidade e satisfação de seus clientes. A redução prevista em seu Programa de Produtividade é fruto da maior eficiência em processos e dos resultados positivos dos investimentos em sua rede. Tais projeções serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia e estarão disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aeseletropaulo.com.br/>, dentro do prazo legal. Barueri, 05 de maio de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 18 DE MAIO DE 2017

FATO RELEVANTE Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (B3: ELPL3, ELPL4) ("Companhia"), em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 23 de fevereiro e 19 de abril de 2017 e ao Aviso aos Acionistas divulgado em 04 de abril de 2017, no contexto da proposta de migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado, informa que recebeu resposta da área técnica da CVM à consulta previamente formulada sobre o valor do direito de retirada ("Decisão"). Segundo a Decisão, o cálculo do valor do patrimônio líquido que servirá de base para determinar o valor a ser pago aos acionistas

preferenciais que votarem contra a conversão, abstiverem-se de votar ou não comparecerem à assembleia especial deve incluir, na base de cálculo, a reserva especial de ágio registrada em 31 de dezembro de 2016 no seu balanço patrimonial. A Companhia pretende apresentar recurso ao Colegiado em face da decisão da CVM pleiteando o reconhecimento de que a citada reserva especial de ágio deve ser excluída da base de cálculo do valor do reembolso. Barueri, 18 de maio de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 25 DE MAIO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") (B3: ELPL4; ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº. 358, de 03 de janeiro de 2002, e demais disposições aplicáveis, comunica aos seus acionistas que revisou suas projeções para o nível de sobrecontratação divulgadas em Fato Relevante na data de 05 de maio de 2017, o qual passou de 105,9% para 105,8%, referente ao ano 2017, e de 107,5% para 104,8% para o ano de 2018, portanto, dentro do limite regulatório. A redução é reflexo das ações empreendidas pela Companhia, tais como a participação nos leilões do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit ("MCSO") e as negociações bilaterais com geradores de energia. As premissas de mercado adotadas permanecem as mesmas consideradas na divulgação de resultados do primeiro trimestre de 2017. A Companhia reforça, ainda, que, como resultado de sua avaliação em relação à natureza da sobrecontratação, entende que toda a parcela acima do limite regulatório de 105% é involuntária e será, portanto, repassada às tarifas nos processos de reajuste tarifário, devendo esse montante, portanto, ser reconhecido como um Ativo Financeiro Setorial, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Por fim, a Companhia esclarece que, desde agosto de 2015, atua junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e ao Ministério de Minas e Energia - MME, na busca por alternativas para redução de sua exposição a um nível de contratação inferior a 105%. Tais projeções serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia, e disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aesetropaulo.com.br/>. Barueri, 25 de maio de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 28 DE JUNHO DE 2017

FATO RELEVANTE A administração da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") (B3: ELPL3; ELPL4), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº. 358, de 03.01.2002, e demais disposições aplicáveis, comunica aos seus acionistas e ao mercado que: A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu nesta data, deliberou sobre o Reajuste Tarifário Anual de 2017 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2017, aprovando um índice final de reajuste da Companhia positivo de 5,57% composto por reajuste econômico de +4,60% e componente financeiro de +0,97%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,48%. O índice é composto pelos seguintes itens: Reajuste Tarifário Parcela A Encargos Setoriais -3,79% Energia Comprada 1,07% Encargos de Transmissão 7,11% Parcela A 4,39% Parcela B 0,21% Reajuste Econômico 4,60% CVA Total -5,59% Outros Itens Financeiros da Parcela A 6,56% Reajuste Financeiro 0,97% Reajuste Total 5,57% Componentes Financeiros do Processo Anterior -1,09% Efeito para o consumidor 4,48% O reajuste tarifário médio de +4,48% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir: Níveis de Tensão Efeito Médio Alta Tensão 2,37% Baixa Tensão 5,37% Efeito Médio 4,48% A Companhia aguarda a publicação pela ANEEL da resolução homologatória e manterá o mercado informado tão logo sejam divulgados os detalhes do reajuste tarifário. Barueri, 28 de junho de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 03 DE JULHO DE 2017

FATO RELEVANTE A administração da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") (B3: ELPL4; ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº. 358, de 03.01.2002, e demais disposições aplicáveis, comunica aos seus acionistas e ao mercado que: A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 27 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2017 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2017. A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de 5,57% composto por reajuste econômico de +4,60% e componente financeiro de +0,97%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,48%. O índice é composto pelos seguintes itens: Reajuste Tarifário Parcela A Encargos Setoriais -3,79% Energia Comprada 1,07% Encargos de Transmissão 7,11% Parcela A 4,39% Parcela B 0,21% Reajuste Econômico 4,60% CVA Total -5,59% Outros Itens Financeiros da Parcela A 6,56% Reajuste Financeiro 0,97% Reajuste Total 5,57% Componentes Financeiros do Processo Anterior -1,09% Efeito para o consumidor 4,48% Parcela A Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 5,62%, representando 4,39% no reajuste econômico com os seguintes componentes: • Encargos Setoriais – R\$ 3.285 milhões. Uma redução de 13,35%, representando -3,79% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução de 20,82% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"); • Energia Comprada – R\$ 6.121 milhões. O aumento de 2,38%, inferior ao IPCA de 3,25% decorre principalmente do aumento do volume de cotas de garantia física de 18%, cujo preço é mais barato do que a tarifa média de compra de energia da AES Eletropaulo. Aumento do custo de compra de energia representa 1,07% no reajuste econômico; e • Encargos de Transmissão – R\$ 1.615

milhões. O aumento de 142,74% decorre principalmente a indenização das transmissoras que renovaram a concessão em 2013, representando 7,11% no reajuste econômico. Parcela B Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 0,98%, representando uma participação de 0,21% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes: • IGP-M de -0,30%, no período de 12 meses findos em junho de 2017; e • Fator X de -1,28 %, composto por: – Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,13%, previamente definido na 4ª Revisão Tarifária Periódica (“4RTP”) para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da AES Eletropaulo; – Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,04%; e – Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,37%, previamente definido na 4RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da AES Eletropaulo. Componentes Financeiros Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 129,5 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 880,7 milhões negativos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais de R\$ 188,8 milhões, Sobrecontratação de R\$ 245,2 milhões, Devolução do Ajuste Tarifário de Angra III de R\$ 133,8 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 473,1 milhões. O reajuste tarifário médio de +4,48% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir: Níveis de Tensão Efeito Médio Alta Tensão 2,37% Baixa Tensão 5,37% Efeito Médio 4,48% Barueri, 03 de Julho de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 07 DE AGOSTO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (“AES ELETROPAULO” ou “Companhia”) (B3: ELPL4; ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e demais disposições aplicáveis, comunica aos seus acionistas que: (i) Em relação ao Programa de Produtividade: a administração da AES Eletropaulo segue comprometida e focada em seu objetivo principal de criar valor da Companhia e, consequentemente, criar valor a todos seus acionistas, divulga o detalhamento das projeções¹ para o seu Programa de Produtividade para o ano de 2017, prevendo a seguinte redução dos custos operacionais: a. Redução de R\$ 200 milhões em 2017 detalhados em: – R\$ 77 milhões realizados no segundo trimestre de 2017; – R\$ 80 milhões no terceiro trimestre de 2017; e – o restante no quarto trimestre de 2017. A Companhia ratifica que as principais alavancas de seu Programa de Produtividade estão centradas na (i) recuperação dos indicadores de qualidade, com desenvolvimento de novas tecnologias e inovação de sua rede e eficácia no atendimento; (ii) gestão da receita da Companhia, com adoção de novas práticas para redução de indicadores de inadimplência e perdas; e (iii) aumento da satisfação do cliente por meio da excelência dos serviços prestados. A AES Eletropaulo reitera que mantém seus compromissos com a recuperação dos indicadores de qualidade e satisfação de seus clientes. A redução prevista em seu Programa de Produtividade é fruto da maior eficiência em processos e dos resultados positivos dos investimentos em sua rede. (ii) Em relação à sobrecontratação: a Companhia revisou suas projeções para o nível de 1 Os valores são em termos reais ponderados pela alíquota efetiva mensal (IPCA em relação aos custos de pessoal e IGP-M para demais custos), excluindo fundo de pensão e em comparação com as despesas operacionais de 2016. sobrecontratação divulgadas em Fato Relevante na data de 25 de maio de 2017, o qual passou de 105,8% para 104,2%, referente ao ano 2017, e de 104,8% para 105,1% para o ano de 2018. A revisão apresentada é reflexo: a. das ações empreendidas pela Companhia, tais como a participação nos leilões do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (“MCSD”), as negociações bilaterais com geradores de energia e revisão na projeção do crescimento do mercado total da AES Eletropaulo; b. da revisão das projeções de crescimento para 2017, em relação ao ano de 2016, de 0,8% a 1,2%, para 0,6% a 1,0%. Não obstante a Companhia ter realizado seus maiores esforços para a redução de seu nível de contratação, a Companhia reforça, ainda, que, como resultado de sua avaliação em relação à natureza da sobrecontratação, entende que toda a parcela acima do limite regulatório de 105% é involuntária e será, portanto, repassada às tarifas nos processos de reajuste tarifário, devendo esse montante, portanto, ser reconhecido como um Ativo Financeiro Setorial, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Por fim, a Companhia esclarece que, desde agosto de 2015, atua junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e ao Ministério de Minas e Energia – MME, na busca por alternativas para redução de sua exposição a um nível de contratação inferior a 105%. Tais projeções serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia, e disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aeseletropaulo.com.br/>. Barueri, 7 de agosto de 2017.

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (“AES ELETROPAULO” ou “Companhia”) (B3: ELPL4; ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e demais disposições aplicáveis, comunica aos seus acionistas que revisou suas projeções para o nível de sobrecontratação divulgadas em Fato Relevante na data de 07 de agosto de 2017, o qual passou de 104,2% para 103,6%, referente ao ano 2017, e de 105,1% para 103,7% para o ano de 2018. A revisão apresentada é reflexo do Decreto 9.143 de 22 de agosto de 2017 que determinou redução do lastro de contratação de quotas de garantia física e potência de 95% para 90%, resultando na redução do nível de contratação das distribuidoras. Tais projeções serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia, e disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aeseletropaulo.com.br/>. Barueri, 28 de agosto de 2017.

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 06 DE SETEMBRO DE 2017

FATO RELEVANTE Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (ELPL3, ELPL4) ("Companhia"), em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 23 de fevereiro de 2017, 19 de abril de 2017 e 18 de maio de 2017, e ao Aviso aos Acionistas divulgado em 04 de abril de 2017, no contexto da proposta de migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado, informa o que segue. O Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários – CVM confirmou, nesta data, a opinião da área técnica da Autarquia no sentido de que o valor do reembolso a ser pago aos acionistas titulares de ações preferenciais dissidentes da deliberação objeto da assembleia especial convocada para o próximo dia 12 de setembro de 2017 deve levar em consideração a reserva especial de ágio registrada no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$670,9 milhões. Portanto, uma vez confirmada a operação, e não havendo o pedido de levantamento de balanço especial, pagar-se-ão, aos referidos acionistas, R\$16,10 por ação. A Administração da Companhia esclarece que tal decisão não muda sua estratégia e proposta de Migração para o Novo Mercado, com assembleia geral extraordinária de acionistas e a assembleia especial de acionistas preferencialistas que ocorrerão no dia 12 de setembro de 2017, às 10:00h e às 14:00h, respectivamente. A Companhia ainda ressalta que conforme já referenciado no Manual dos Acionistas de ambas assembleias o valor patrimonial contábil por ação da Companhia, com base no patrimônio líquido constante das Demonstrações Financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2016, submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 20 de abril de 2017, é de R\$ 16,10, valor este que, como dito, servirá como preço por ação a ser pago pelo direito de recesso aos acionistas preferenciais eventualmente dissidentes da deliberação para a conversão das ações preferenciais em ordinárias, sem prejuízo do levantamento de balanço especial, se requerido. Barueri, 06 de setembro de 2017

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 12 DE SETEMBRO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("AES ELETROPAULO" ou "Companhia") (B3: ELPL4; ELPL3), em complemento ao Fato Relevante divulgado em 23 de fevereiro de 2017 ("Fato Relevante"), ao Aviso aos Acionistas divulgado em 04 de abril de 2017 e ao Comunicado ao Mercado divulgado em 09 de agosto de 2017, informa que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data a admissão da Companhia ao segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada ação ordinária ("Conversão das Ações"), e a reforma global do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e para incorporar os demais ajustes detalhados na proposta da administração, com a sua respectiva consolidação. A deliberação que aprovou a Conversão das Ações foi ratificada em Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais realizada também na presente data ("Assembleia Especial") por 60,36% dos acionistas preferencialistas da Companhia, estando a administração da Companhia instruída a ultimar as providências necessárias à efetivação da deliberação. Em cumprimento ao disposto no §1º do artigo 137 da Lei nº 6.404/76, os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia que não compareceram, se abstiveram de votar ou votaram contra a Conversão das Ações na Assembleia Especial poderão exercer o direito de retirada relativamente às ações preferenciais de emissão da Companhia desde que sejam, comprovada e ininterruptamente, titulares desde 23 de fevereiro de 2017 (inclusive). Imediatamente após o arquivamento da ata da Assembleia Especial na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, a administração da Companhia providenciará a sua publicação, quando, conforme o artigo 137, V da Lei nº 6.404/76, o prazo de 30 dias para reclamação do reembolso à Companhia iniciar-se-á. Um aviso aos acionistas será divulgado concomitantemente com a publicação da ata da assembleia especial, com informações detalhadas sobre os prazos e procedimentos para exercício do direito de retirada. A administração da Companhia reitera, por fim, que poderá fazer uso da faculdade prevista no §3º do Art. 137 da Lei nº 6.404/76 no sentido de propor a reconsideração da potencial migração ao Novo Mercado, a depender do eventual resultado do exercício do direito de retirada pelos acionistas titulares de ações preferenciais, sendo a operação viável apenas caso o custo decorrente do exercício do direito de retirada não seja substancial e, portanto, não afete a estabilidade financeira da Companhia. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados acerca da evolução das matérias objeto do presente fato relevante e, não havendo reconsideração, da data em que suas ações passarão a ser negociadas no novo segmento. Barueri, 12 de setembro de 2017.

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 04 DE OUTUBRO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("ELETROPAULO" ou "Companhia") (B3: ELPL4; ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e demais disposições aplicáveis, comunica que sua administração comprometida e focada em seu objetivo principal de criar valor da Companhia e, consequentemente, criar valor a todos seus acionistas, celebrou um Memorando de Entendimentos ("MoU") x ("ELETROBRÁS"). O MoU tem como objetivo estabelecer os critérios para a instauração de um procedimento de mediação para negociar as bases para um eventual acordo visando encerrar a disputa judicial (processo judicial nº 001002119.1989.8.19.0001) que envolve a ELETROBRÁS, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia quanto à responsabilidade pelo pagamento do saldo do empréstimo concedido em 1986 pela ELETROBRÁS à empresa que posteriormente foi cindida e criada a atual ELETROPAULO

e CTEEP ("Processo Judicial"). No âmbito do MoU celebrado, ELETROPAULO e ELETROBRÁS solicitarão a suspensão do Processo Judicial mencionado pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do despacho do juiz que assentir com o pedido, com o objetivo de concluir, durante este período, o processo de mediação. Não obstante os assessores legais da Companhia manterem inalteradas as chances de êxito do caso – classificadas como possível – a Companhia entende que ao encerrar a disputa judicial contra a ELETROBRÁS, estará contribuindo para sua estratégia de recuperação de valor. A Companhia reforça que a assinatura do MoU não produz qualquer impacto imediato nos resultados da ELETROPAULO, uma vez que a efetivação de eventual acordo estará ainda sujeita a determinadas condições precedentes, inclusive as aprovações societárias necessárias. Barueri, 04 de outubro de 2017.

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 01 DE NOVEMBRO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("AES ELETROPAULO" ou "Companhia") (B3: ELPL4; ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e demais disposições aplicáveis, comunica aos seus acionistas que revisou suas projeções para o nível de sobrecontratação em 2017 e 2018 e para o crescimento do mercado em 2017, divulgadas em Fato Relevante na data de 7 de agosto de 2017. Tais projeções foram incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia, disponível no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aeseletropaulo.com.br/>. Barueri, 1 de novembro de 2017.

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 06 DE NOVEMBRO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("AES ELETROPAULO" ou "Companhia") (B3: ELPL4; ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e demais disposições aplicáveis, comunica aos seus acionistas, que segue comprometida e focada em seu Programa de Produtividade, com o objetivo principal de criar valor a todos os seus acionistas. Desta forma, a Companhia informa que projeta uma redução das despesas operacionais em R\$ 100 milhões para 2019, seguindo a redução de R\$ 200 milhões em 2017 e R\$ 150 milhões em 2018, divulgadas anteriormente. A Companhia ratifica que as principais alavancas de seu Programa de Produtividade estão centradas na maior eficiência dos processos operacionais e dos resultados positivos dos investimentos em tecnologia e fortalecimento da rede. A AES Eletropaulo reitera que mantém seus compromissos com a recuperação dos indicadores de qualidade e satisfação de seus clientes. Tais projeções serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia, e disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aeseletropaulo.com.br/>. Barueri, 6 de novembro de 2017.

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("AES ELETROPAULO" ou "Companhia") (B3: ELPL4; ELPL3), dando seguimento ao quanto informado no Fato Relevante divulgado em 12 de setembro de 2017 e nos Avisos aos Acionistas divulgados em 28 de setembro de 2017, em 1º de novembro de 2017 e em 6 de novembro de 2017, comunica que a partir de 27 de novembro de 2017 as ações preferenciais deixarão de ser negociadas em virtude de sua conversão em ações ordinárias (na proporção de uma ação ordinária para cada preferencial), que passarão a ser negociadas no segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado. Alinhada à estratégia de criação de valor da Companhia, esta etapa conclui com sucesso o processo de migração da Companhia ao Novo Mercado iniciado em fevereiro deste ano e que tem por objetivos principais: (i) fortalecer a governança corporativa; (ii) aumentar a capacidade de investimento, facilitando acesso ao mercado de capitais, o que espera-se reduzir o custo de capital; e (iii) potencializar a liquidez das ações negociadas publicamente pela Companhia, por meio da consolidação da negociação dos valores mobiliários exclusivamente em ações ordinárias, aumentando também a atratividade para novos investidores. Por fim, a Companhia informa que, com a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias e a efetiva admissão à negociação das ações ordinárias no Novo Mercado, o Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 30 de dezembro de 2016, entre a The AES Corporation, AES Holdings Brasil Ltda. e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, será extinto em 27 de novembro de 2017. Barueri, 22 de novembro de 2017.

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("ELETROPAULO" ou "Companhia") (B3: ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, em face à notícia veiculada nesta data pelo jornal O Estado de São Paulo sob o título "Eletropaulo prepara oferta de ações após migração", que a Companhia, com a conclusão do processo de migração para o Novo Mercado, avalia a possibilidade de realização de uma oferta pública de distribuição de ações, dentre outras alternativas

disponíveis para o financiamento de suas atividades e compromissos no curso normal dos seus negócios. Não obstante, a Companhia esclarece que não há, nesta data, qualquer definição quanto à efetiva realização de uma oferta, tampouco sobre estrutura e volume. A Companhia manterá o mercado informado sobre quaisquer novos fatos ou deliberações a respeito do assunto nos termos da regulamentação aplicável. Barueri, 29 de novembro de 2017.

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 26 DE DEZEMBRO DE 2017

FATO RELEVANTE A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Eletropaulo" ou "Companhia") (B3: ELPL3), em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e demais disposições aplicáveis, comunica que em continuidade com Fato Relevante em 04 de outubro de 2017 e matéria veiculada na data de hoje pela agência Reuters, realizou no dia 19 de dezembro de 2017 reunião do seu Conselho de Administração que, dentre outros assuntos, levou a conhecimento o andamento das negociações com a Eletrobras visando encerrar o processo judicial nº 001002119.1989.8.19.0001. A Diretoria Executiva esclarece que Eletrobras e Eletropaulo ainda estão discutindo os termos de um eventual acordo e que nenhuma proposta foi submetida para deliberação e aprovação do Conselho de Administração da Eletropaulo. A Companhia ainda reforça que qualquer proposta a ser submetida para aprovação em seu Conselho de Administração será resultado do processo de mediação entre a Eletropaulo e Eletrobras. A Diretoria Executiva da Companhia ainda reitera que, com o propósito de geração de valor para a Companhia e para todos os seus acionistas, iniciou as conversas com a Eletrobras e que tais tratativas não representam qualquer alteração na chance de êxito do caso, a qual sempre foi classificada como possível. A Companhia manterá o mercado informado sobre quaisquer novos fatos ou deliberações a respeito dos assuntos acima. Barueri, 26 de dezembro de 2017.

Reuniões do Conselho de Administração

RCA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração: 5.1. Tendo sido apresentadas as condições gerais da transação proposta, após discutidas pelos membros do Conselho de Administração, e considerando que a documentação final da transação permanece materialmente inalterada em relação a minuta previamente distribuída a todos os conselheiros, aprovaram por unanimidade a realização da 3ª (terceira) emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, com as características descritas a seguir: (a) Número da Emissão: as Notas Promissórias representarão a 3ª (terceira) Emissão de Notas Promissórias da Companhia; (b) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de até R\$99.999.999,88 (noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos); (c) Séries: as Notas Promissórias serão emitidas em até 12 (doze) séries, sendo (1) até R\$4.545.454,54 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 1ª (primeira) série ("Notas Promissórias da Primeira Série"); (2) até R\$4.545.454,54 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 2ª (segunda) série ("Notas Promissórias da Segunda Série"); (3) até R\$4.545.454,54 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 3ª (terceira) série ("Notas Promissórias da Terceira Série"); (4) até R\$13.636.363,62 (treze milhões, seiscentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 4ª (quarta) série ("Notas Promissórias da Quarta Série"); (5) até R\$9.090.909,08 (nove milhões, noventa mil, novecentos e nove reais e oito centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 5ª (quinta) série ("Notas Promissórias da Quinta Série"); (6) até R\$9.090.909,08 (nove milhões, noventa mil, novecentos e nove reais e oito centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 6ª (sexta) série ("Notas Promissórias da Sexta Série"); (7) até R\$9.090.909,08 (nove milhões, noventa mil, novecentos e nove reais e oito centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 7ª (sétima) série ("Notas Promissórias da Sétima Série"); (8) até R\$9.090.909,08 (nove milhões, noventa mil, novecentos e nove reais e oito centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 8ª (oitava) série ("Notas Promissórias da Oitava Série"); (9) até R\$9.090.909,08 (nove milhões, noventa mil, novecentos e nove reais e oito centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 9ª (nona) série ("Notas Promissórias da Nona Série"); (10) até R\$9.090.909,08 (nove milhões, noventa mil, novecentos e nove reais e oito centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 10ª (décima) série ("Notas Promissórias da Décima Série"); (11) até R\$9.090.909,08 (nove milhões, noventa mil, novecentos e nove reais e oito centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 11ª (décima primeira) série ("Notas Promissórias da Décima Primeira Série"); (12) até R\$9.090.909,08 (nove milhões, noventa mil, novecentos e nove reais e oito centavos) o montante total para as Notas Promissórias da 12ª (décima segunda) série ("Notas Promissórias da Décima Segunda Série"); (d) Quantidade: serão emitidas 22 (vinte e duas) Notas Promissórias, sendo (1) 1 (uma) Nota Promissória da Primeira Série; (2) 1 (uma) Nota Promissória da Segunda Série; (3) 1 (uma) Nota Promissória da Terceira Série; (4) 3 (três) Notas Promissórias da Quarta Série; (5) 2 (duas) Notas Promissórias

da Quinta Série; (6) 2 (duas) Notas Promissórias da Sexta Série; (7) 2 (duas) Notas Promissórias da Sétima Série; (8) 2 (duas) Notas Promissórias da Oitava Série; (9) 2 (duas) Notas Promissórias da Nona Série; (10) 2 (duas) Notas Promissórias da Décima Série; (11) 2 (duas) Notas Promissórias da Décima Primeira Série; (12) 2 (duas) Notas Promissórias da Décima Segunda Série; (e) Valor Nominal Unitário: as Notas Promissórias terão o valor nominal unitário de R\$4.545.454,54 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) na Data de Emissão, conforme definido abaixo ("Valor Nominal Unitário"); (f) Forma e Comprovação de Titularidade: as Notas Promissórias serão emitidas sob a forma cartular, e ficarão custodiadas junto à instituição contratada para prestação dos serviços de custodiante da guarda física das Notas Promissórias ("Custodiante"), sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Promissórias será comprovada pela posse das cédulas. As Notas Promissórias emitidas circularão por endosso em preto, sem garantia, de mera transferência de titularidade, conforme previsto no artigo 15 do Anexo I da Convenção para Adoção de uma Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias, promulgada pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade extrato emitido pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP") em nome do respectivo titular das Notas Promissórias, para as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na CETIP; (g) Data de Emissão: a data de emissão das Notas Promissórias será a data de sua efetiva subscrição e integralização ("Data de Emissão"); (h) Data de Vencimento: (1) as Notas Promissórias da Primeira Série vencerão em até 182 (cento e oitenta e dois) dias contados da Data de Emissão; (2) as Notas Promissórias da Segunda Série vencerão em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da Data de Emissão; (3) as Notas Promissórias da Terceira Série vencerão em até 546 (quinhentos e quarenta e seis) dias contados da Data de Emissão; (4) as Notas Promissórias da Quarta Série vencerão em até 730 (setecentos e trinta) dias contados da Data de Emissão; (5) as Notas Promissórias da Quinta Série vencerão em até 820 (oitocentos e vinte) dias contados da Data de Emissão; (6) as Notas Promissórias da Sexta Série vencerão em até 911 (novecentos e onze) dias contados da Data de Emissão; (7) as Notas Promissórias da Sétima Série vencerão em até 1.003 (mil e três) dias contados da Data de Emissão; (8) as Notas Promissórias da Oitava Série vencerão em até 1.095 (mil e noventa e cinco) dias contados da Data de Emissão; (9) as Notas Promissórias da Nona Série vencerão em até 1.186 (mil cento e oitenta e seis) dias contados da Data de Emissão; (10) as Notas Promissórias da Décima Série vencerão em até 1.277 (mil duzentos e setenta e sete) dias contados da Data de Emissão; (11) as Notas Promissórias da Décima Primeira Série vencerão em até 1.369 (mil trezentos e sessenta e nove) dias contados da Data de Emissão; e (12) as Notas Promissórias da Décima Segunda Série vencerão em até 1.463 (mil quatrocentos e sessenta e três) dias contados da Data de Emissão, ficando, para todas as Notas Promissórias, ressalvada a hipótese de eventual resgate antecipado ou vencimento antecipado ("Datas de Vencimento"); (i) Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: as Notas Promissórias serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP. No ato de subscrição e integralização das Notas Promissórias, cada Investidor Profissional (conforme abaixo definido) assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Profissional (conforme abaixo definido) e que está ciente, especialmente, mas não limitadamente, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada na ANBIMA até o envio à CVM, da comunicação de encerramento da Oferta, exclusivamente para fins de envio de informações para base dados; (ii) as Notas Promissórias estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e na Cédula; (iii) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Notas Promissórias; (j) Distribuição e Negociação: as Notas Promissórias serão depositadas para distribuição no mercado primário, exclusivamente por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP, e as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na CETIP. As Notas Promissórias serão ofertadas exclusivamente a, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), podendo ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais (conforme abaixo definido). As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), desde que decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 ("Período de Restrição"), e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476. Para fins da Oferta Restrita, serão considerados (i) "Investidores Profissionais" aqueles investidores referidos no artigo 9-A da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"); e (ii) "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 9-B da Instrução da CVM 539, sendo certo que nos termos do artigo 9º-C da Instrução da CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal Página 5 de 8 ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais, conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social; (k) Plano de Distribuição: as Notas Promissórias serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Notas Promissórias, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários ("Coordenador Líder"); (l) Juros Remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100,00% (cem por cento) das

taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominadas "Taxas DI over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Juros Remuneratórios"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, desde a Data de Emissão das Notas Promissórias até a data de seu efetivo pagamento, considerando os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais e Obrigações - CETIP21" disponível para consulta no sítio eletrônico <http://www.cetip.com.br>, a serem reproduzidas nas cêntulas das Notas Promissórias; (m) Periodicidade de Pagamento da Remuneração: Os Juros Remuneratórios serão pagos em uma única parcela, juntamente com o Valor Nominal Unitário, na data do vencimento ordinário, do regate antecipado ou do vencimento antecipado das Notas Promissórias de cada série; (n) Atualização do Valor Nominal: não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias; (o) Resgate Antecipado Obrigatório Total: Caso a Companhia não obtenha, em até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão ("Data Limite para Obtenção da Aprovação ANEEL"), a aprovação prévia e expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para constituição da Cessão Fiduciária de Recebíveis, conforme definida abaixo, a Companhia deverá obrigatoriamente resgatar antecipadamente, de forma unilateral, no prazo de até 4 (quatro) dias úteis contados a partir da Data Limite para Obtenção da Aprovação ANEEL, a totalidade das Notas Promissórias, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate antecipado. Os Titulares das Notas Promissórias, o Agente Fiduciário, à CETIP e o Banco Mandatário deverão ser comunicados com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência da data do efetivo resgate antecipado, observados os demais termos e condições estabelecidos nas respectivas cêntulas das Notas Promissórias ("Resgate Antecipado Obrigatório Total"); (p) Resgate Antecipado Facultativo Total: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos titulares das Notas Promissórias, a partir de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias (inclusive) contados da Data de Emissão realizar o resgate Página 6 de 8 antecipado da totalidade das Notas Promissórias ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), mediante pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e de prêmio no valor de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) flat. Os titulares das Notas Promissórias, o Agente Fiduciário, a CETIP e o Banco Mandatário deverão ser comunicados com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência da data do efetivo resgate antecipado, observados os demais termos e condições estabelecidos nas respectivas cêntulas das Notas Promissórias; (q) Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Notas Promissórias, que será endereçada a todos os titulares das Notas Promissórias, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os titulares de Notas Promissórias para aceitar a oferta de resgate antecipado das Notas Promissórias de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos nas respectivas cêntulas ("Oferta de Resgate Antecipado"). Os titulares das Notas Promissórias, o Agente Fiduciário, a CETIP e o Banco Mandatário deverão ser comunicados com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência da data do efetivo resgate antecipado, ou em prazo maior, conforme definido nas cêntulas das Notas Promissórias; (r) Destinação dos Recursos: os recursos obtidos com a Emissão serão destinados a reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária; (s) Encargos Moratórios: sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Promissórias, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (1) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (2) juros de mora calculados pro rata temporis desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; (t) Local De Pagamento: os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, quando a Nota Promissória estiver depositada eletronicamente na CETIP, ou na sede da Companhia, ou, ainda, em conformidade com os procedimentos adotados pelo banco mandatário ("Banco Mandatário"), nos casos em que a Nota Promissória não estiver depositada eletronicamente na CETIP; (u) Vencimento Antecipado: as Notas Promissórias poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, sendo exigível da Companhia o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos, calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do resgate das Notas Promissórias declaradas vencidas, na ocorrência das hipóteses a serem previstas nas respectivas cêntulas, e observados os procedimentos nelas dispostos; e (v) Garantias: observada a implementação da condição suspensiva de obtenção da aprovação ANEEL, na forma do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Condição Suspensiva"), em garantia do pontual e integral adimplemento de Página 7 de 8 todas as obrigações, principais e acessórias da Companhia, a serem previstas nas cêntulas, as Notas Promissórias terão como garantia certos direitos creditórios oriundos da obrigação de pagamento, pelas respectivas pessoas físicas e jurídicas usuárias da área de cobertura do "Contrato de Concessão nº 162/98 para Distribuição de Energia Elétrica, que celebram a União e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.", celebrado em 15 de junho de 1998, conforme aditado ("Contrato de Concessão"), incluindo, mas não se limitando a tarifas decorrentes da utilização do serviço público de distribuição de energia elétrica, bem como seus respectivos acessórios, tais como direitos, garantias, privilégios, preferências e todas as multas, penalidades, indenizações e ressarcimentos a eles

relativos ou deles decorrentes, bem como os demais direitos emergentes de natureza pecuniária da concessão pública de titularidade da Companhia, nos termos do Contrato de Concessão, recebidos pelo banco arrecadador indicados no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) ou de outra forma recebidos, lançados a crédito ou creditados ao banco ("Recebíveis de Arrecadação" e "Cessão Fiduciária de Recebíveis", respectivamente), sendo que tal garantia deverá ser formalizada por meio da celebração de contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, a ser celebrado entre a Companhia, a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário") e o Banco Safra S.A., na qualidade de banco depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária"). 5.1.2. Aprovação da Cessão Fiduciária: Aprovaram a outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária, conforme previsto no subitem (v) do item 5.1 acima, sujeito à implementação da Condição Suspensiva. 5.1.3. Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia: fica a Diretoria da Companhia autorizada a: (a) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Notas Promissórias; (b) contratar os prestadores de serviços para a Emissão, tais como Agente Fiduciário, CETIP, Custodiante, Banco Mandatário, assessores legais, entre outros; (c) negociar e definir todos os termos e condições específicos da Emissão e da Oferta que não foram objeto de aprovação desta Reunião de Conselho de Administração, em especial as cláusulas e condições de vencimento antecipado, Resgate Antecipado Obrigatório Total, Resgate Antecipado Facultativo Total, Oferta de Resgate Antecipado; (d) celebrar todos os documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, as cédulas das Notas Promissórias, o contrato de colocação e distribuição das Notas Promissórias, o Contrato de Cessão Fiduciária e seus respectivos aditamentos; e (e) a praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, da Oferta e da Cessão Fiduciária de Recebíveis, incluindo, mas não se limitando, a entrega de todos os documentos e informações necessários, observadas as disposições constantes dos documentos da Emissão e os limites legais. Ratificam-se todos os atos relativos à Oferta que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Companhia. Página 8 de 8 5.1.4. Os conselheiros recomendaram à Diretoria análise de algumas alternativas diversificadas no curso do exercício de 2017, levando em conta a perspectiva dos negócios da Companhia.

RCA REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração: 5.1. Aprovaram, por unanimidade, o estudo técnico de viabilidade de realização do crédito tributário - ativo fiscal diferido - nos termos apresentados pelo Sr. Guilherme Viegas de Ricco, profissional indicado pela Companhia, o qual também foi examinado pelos conselheiros fiscais da Companhia, nos termos do CPC 32 (IAS 12 - Norma Internacional de Contabilidade). 5.2. Aprovaram, por unanimidade, nos termos apresentados pelo Sr. Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, Diretor Vice-Presidente da Companhia, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, prevista para ocorrer no dia 22 de fevereiro de 2017, com vistas a alterar seu estatuto social para inclusão da previsão de Comitê de Partes Relacionadas, exclusão do Comitê de Gestão e adaptações de redação no parágrafo segundo do artigo 10, parágrafo único do artigo 22 e artigo 38. 5.2.1. O conselheiro Marcelo Gasparino da Silva tomou a palavra e sugeriu que referido Comitê de Partes Relacionadas não seja remunerado no primeiro ano de atuação, uma vez que os membros do Conselho de Administração já fazem jus à remuneração mensal. Referida proposta será avaliada na reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre sua composição. 5.2.2. Tendo em vista a presença da totalidade dos membros conselheiros de administração, a pedido do conselheiro Marcelo Gasparino da Silva, será inserida na ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária de 22 de fevereiro de 2017 a proposta de eleição do membro suplente do conselheiro Wilfredo João Vicente Gomes para o Conselho de Administração da Companhia, a ser eleito conforme requisitos previstos no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. A proposta de eleição do suplente do conselheiro Marcelo Gasparino da Silva, eleito por acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia, nos termos do artigo 141, § 4.º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações e do § 2.º do art. 9 do estatuto social, será inserida na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, prevista para ser realizada em 20 de abril de 2017.

RCA REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho Fiscal: 5.1. Examinaram o estudo técnico de viabilidade de realização do crédito tributário - ativo fiscal diferido - nos termos apresentados pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia.

RCA REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração: 5.1. Debatidos todos os aspectos apresentados relativos ao item (i) da Ordem do Dia, aprovaram por unanimidade de votos, o plano de migração da Companhia para o Novo Mercado - segmento de listagem especial da BM&F Bovespa S.A., a partir do qual a estrutura acionária da Companhia deverá ser composta apenas por ações ordinárias, ressalvado que referida migração estará condicionada a um custo não material à Companhia decorrente do eventual exercício do direito de retirada pelos acionistas preferencialistas. 5.2. Tomaram conhecimento do panorama dos negócios da Companhia,

sendo abordados os seguintes assuntos: segurança, desempenho operacional e comercial, mercado, regulatório e jurídico.

RCA REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração: 5.1. Aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, as contas da diretoria, as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o parecer do auditor independente e o relatório anual da administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, bem como a submissão desses documentos à aprovação da assembleia geral da Companhia prevista para ocorrer no dia 20 de abril de 2017. 5.1.1. Aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, a proposta da Diretoria a ser submetida à Assembleia Geral, para destinação do resultado face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 no montante total de R\$ 20.923.392,41, que (i) acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$ 73.460.525,60; (ii) acrescido do montante relativo a dividendos e juros sobre capital próprio prescritos no valor de R\$282.169,11; e (iii) deduzida a parcela destinada à constituição da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("LSA"), no valor de R\$ 4.719.195,90; perfaz um lucro líquido ajustado de R\$ 89.946.891,22, que será destinado da seguinte forma: (i) o montante de R\$ 22.486.722,81, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 será distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas titulares de ações da Companhia na data base de 20 de abril de 2017, sendo R\$0,12597593504 por ação ordinária e R\$0,13857352854 por ação preferencial, totalizando R\$7.027.100,92 para os acionistas titulares de ações ordinárias e R\$15.459.621,89 para os acionistas titulares de ações preferenciais, conforme dispõe o artigo 24, §2º do Estatuto Social da Companhia; (ii) após a dedução do dividendo obrigatório, o montante de R\$ 1.603.099,64 será retido em reserva especial estatutária, nos termos do §3º do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, o qual se destina ao reforço do capital de giro da Companhia com base nas perspectivas futuras de geração de caixa, no nível de alavancagem da Companhia e nos investimentos previstos para os próximos anos; e (iii) o montante de R\$ 65.857.068,77 será destinado ao capital social da Companhia, nos termos do Art. 199 da LSA. 5.1.2. Consignar que os dividendos propostos nos termos do item (i) acima, serão pagos no dia 15 de dezembro de 2017, aos acionistas titulares de ações da Companhia na data-base de 20 de abril de 2017. As ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas "ex-dividendos" a partir do terceiro dia útil subsequente à realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, qual seja dia 26 de abril de 2017. O valor do dividendo proposto não estará sujeito à atualização monetária ou remuneração correspondente entre a data de declaração pela assembleia geral e a data de seu efetivo pagamento, bem como que está isento de IRRF, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, conforme alterada. 5.2. Aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, conforme referido no item 5.1.1 (iii) acima, a proposta de destinação de parte do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 65.857.068,77, para aumento do capital social da Companhia, nos termos do Art. 199 da LSA, elevando-o de R\$ 1.257.629.316,47 para R\$ 1.323.486.385,24. O aumento de capital se fará sem a emissão de novas ações, conforme previsto no § 1º do artigo 169 da LSA. 5.2.1. Consignar que o saldo da Reserva Especial prevista no artigo 24, § 3º, do Estatuto Social, somado ao saldo das demais reservas de lucros da Companhia, atingiu a cifra do capital social, de forma que a administração entende que a capitalização de parte dos lucros do exercício, conforme faculta o artigo 169 da LSA, constitui a alternativa mais adequada, no presente momento, para preservar o interesse social, pois aproveita igualmente a todos os acionistas da Companhia, sem afetar a sua situação financeira. 5.2.2. Em decorrência do aumento de capital social aprovado nesta oportunidade, será submetida à Assembleia Geral da Companhia a proposta de alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social a fim de refletir o aumento do capital social, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.323.486.385,24 (um bilhão, trezentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), dividido em 167.343.887 (cento e sessenta e sete milhões, trezentas e quarenta e três mil, oitocentas e oitenta e sete) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 66.604.817 (sessenta e seis milhões, seiscentas e quatro mil e oitocentas e dezessete) ações ordinárias e 100.739.070 (cem milhões, setecentas e trinta e nove mil e setenta) ações preferenciais". 5.3. Aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pelo Sr. Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, Diretor Vice-Presidente da Companhia, a convocação da assembleia geral ordinária e extraordinária, prevista para ocorrer no dia 20 de abril de 2017, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (A) em assembleia geral ordinária: (i) contas da diretoria, as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório dos auditores independentes e o relatório anual da administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; (ii) destinação dos resultados da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; (iii) eleição de membro suplente do conselheiro Marcelo Gasparino da Silva para o Conselho de Administração da Companhia, eleito em eleição em separado, excluído o acionista controlador, pelos acionistas minoritários, nos termos do Art. 141, §4º, I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (iv) substituição do membro suplente do conselheiro Britaldo Pedrosa Soares para o Conselho de Administração da Companhia, a ser indicado pela acionista controladora; (v) substituição do membro suplente do conselheiro Francisco Jose Morandi Lopez para o Conselho de Administração da Companhia, a ser indicado

pela acionista controladora; (vi) fixação do número de membros do Conselho Fiscal; (vii) eleição de membros do Conselho Fiscal; (B) em assembleia geral extraordinária: (viii) aumento do capital social da Companhia em R\$ 65.857.068,77, mediante a capitalização de parte dos lucros apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, sem a emissão de novas ações da Companhia; (ix) fixação da remuneração global anual dos Administradores; e (x) fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. 5.4. Aprovaram, por maioria de votos, consignado o voto contrário do conselheiro José Luiz Borges Andreoli, nos termos apresentados pelo Sr. José Gerardo Copello, profissional indicado pela Companhia, o Contrato de Prestação de Serviços de Construção e Manutenção de Rede de Distribuição Aérea a ser celebrado entre a Companhia e a DINAMO ENGENHARIA LTDA – EPP, dentro das áreas de concessão 2, 3, 4, 5, 6 e 7, no valor de R\$ 137.860.556,45, com reajuste anual sendo 45% com base no dissídio da categoria dos eletricitários e 55% com base no IGP-M acumulado no período. O prazo de vigência do contrato será de 42 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. O término antecipado do contrato não exige o pagamento de multa, bastando apenas o aviso prévio de 120 (cento e vinte) dias. Referido contrato ainda prevê garantias para riscos trabalhistas e de performance. 5.5. Aprovaram, por unanimidade de votos, o Contrato de Prestação de Serviços de Construção e Manutenção de Rede de Distribuição Aérea entre a Companhia e a START ENGENHARIA E ELETRICIDADE LTDA., dentro da área de concessão 4, no valor de R\$ 33.124.095,65, com reajuste anual, sendo 45% com base no dissídio categoria dos eletricitários e 55% com base no IGP-M acumulado no período. O prazo de vigência do contrato será de 42 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. O término antecipado do contrato não exige o pagamento de multa, bastando apenas o aviso prévio de 120 dias. Referido contrato ainda prevê garantias para riscos trabalhistas e de performance. 5.6. Aprovaram, por maioria de votos, consignado o voto contrário do conselheiro José Luiz Borges Andreoli, o Contrato de Prestação de Serviços de Construção e Manutenção de Rede de Distribuição Aérea entre a Companhia e a PIRAJÁ SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA., dentro das áreas de concessão 2, 3, 5 e 8, no valor de R\$ 85.161.179,59, com reajuste anual, sendo 45% com base no dissídio categoria dos eletricitários e 55% com base no IGP-M acumulado no período. O prazo de vigência do contrato será de 42 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. O término antecipado do contrato não exige o pagamento de multa, bastando apenas o aviso prévio de 120 dias. Referido contrato ainda prevê garantias para riscos trabalhistas e de performance. 5.7. Aprovaram, por unanimidade de votos, o Contrato de Prestação de Serviços de Construção e Manutenção de Rede de Distribuição Aérea entre a Companhia e a EZENTIS ENERGIA S.A., dentro das áreas de concessão 10 e 11, no valor de R\$ 54.163.944,02, com reajuste anual, sendo 45% com base no dissídio categoria dos eletricitários e 55% com base no IGP-M acumulado no período. O prazo de vigência do contrato será de 42 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. O término antecipado do contrato não exige o pagamento de multa, bastando apenas o aviso prévio de 120 (cento e vinte) dias. Referido contrato ainda prevê garantias para riscos trabalhistas e de performance; 5.8. Aprovaram, por unanimidade de votos, o Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Construção e Manutenção de Rede de Distribuição Aérea entre a Companhia e a START ENGENHARIA E ELETRICIDADE LTDA., para atuação dentro das áreas de concessão 9 e 11, no valor de R\$ 25.000.000,00, o que, somado ao valor do contrato original, totaliza o montante de R\$117.500.000,00. Ademais, todas as condições do contrato original condições contratuais permanecem inalteradas.

RCA REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento, conforme informado pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopes, Diretor Financeiro e Relações com Investidores da Companhia, dos termos e condições das Debêntures e da Oferta e: (i) aprovaram, por unanimidade, a realização da Emissão, a qual terá as seguintes características e condições: (a) Data de Emissão: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 12 de abril de 2017 (“Data de Emissão”); (b) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; (c) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão, observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 30, parágrafo 2º, da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada e do artigo 5-A da Instrução CVM 476, desde que haja colocação de um montante mínimo de 300.000.000 (trezentos milhões) de Debêntures, sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta Restrita serão canceladas pela Companhia (“Montante Mínimo”); (d) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1,00 (um real), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”); (e) Quantidade de Debêntures: serão emitidas até 700.000.000 (setecentos milhões) de Debêntures, observado o Montante Mínimo; (f) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: as Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (g) Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão serão utilizados para (i) o reperfilamento do passivo da Companhia e (ii) o reforço de capital de giro da Companhia, caso haja saldo remanescente; (h) Conversibilidade: as Debêntures serão simples, ou seja, não

serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (i) Espécie: as Debêntures serão da espécie com garantia real; (j) Prazo e Data de Vencimento: observado o que será disposto na escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"), as Debêntures terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de abril de 2021 ("Data de Vencimento"); (k) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: na data da primeira subscrição e integralização, as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ("Data de Integralização"), (i) em moeda corrente nacional ou (ii) mediante a dação em pagamento de debêntures integrantes da 9ª (nona) e/ou da 15ª (décima quinta) emissão de debêntures da Companhia, mediante utilização do seguinte fator de conversão: cada debênture integrante da 9ª (nona) ou da 15ª (décima quinta) emissão de debêntures da Companhia, equivalerá, máximo, até 10.000 (dez mil) Debêntures. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculados pro rata temporis desde a Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização; (l) Atualização Monetária das Debêntures: o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; (m) Remuneração: sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o procedimento de bookbuilding, e, em qualquer caso, limitado a 125% (cento e vinte e cinco por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"); (n) Data de Pagamento da Remuneração: a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de outubro de 2017, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 12 dos meses de abril e outubro de cada ano, até a Data de Vencimento; (o) Amortização do Valor Nominal Unitário: o Valor Nominal Unitário será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais consecutivas, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Resgate Antecipado Facultativo Total, Amortização Extraordinária Facultativa, devidas sempre nos dias 12 do mês de abril de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 12 de abril de 2018, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Amortização"): Parcela Data de Amortização Percentual Amortizado do Saldo do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão 1ª 12/04/2018 10,0000% 2ª 12/04/2019 10,0000% 3ª 12/04/2020 40,0000% 4ª 12/04/2021 Saldo (p) Encargos Moratórios: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao ano, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); (q) Repactuação Programada: as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (r) Resgate Antecipado Facultativo Total: a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, após 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, com seu consequente cancelamento ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (i) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Integralização, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, e (ii) de prêmio equivalente a 0,15% (quinze centésimos por cento) sobre o prazo médio remanescente das Debêntures (duration) considerando o Valor Nominal Unitário das Debêntures e a Remuneração. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total coincida com uma Data de Amortização, o prêmio previsto no item (ii) acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após a referida amortização; (s) Amortização Antecipada Facultativa: a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, após 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, amortização extraordinária facultativa de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa"), limitada ao máximo de 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário. Por ocasião da Amortização Antecipada Facultativa, o valor devido pela Companhia será equivalente a um percentual fixado pela Companhia do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures, acrescido (i) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Antecipada Facultativa, calculado pro rata temporis desde a Data de Integralização, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Antecipada Facultativa, e (ii) de prêmio equivalente a 0,15% (quinze centésimos por cento) sobre o prazo médio remanescente das Debêntures (duration) considerando o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e a Remuneração. Caso a data de realização da Amortização Antecipada Facultativa coincida com uma Data de Amortização, o prêmio previsto no item (ii) acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após a referida amortização; (t) Garantia: em garantia do integral, fiel e pontual adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias da Companhia, a serem previstas na Escritura de Emissão, as Debêntures terão como garantia, nos termos do artigo 66-B, §3º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, artigos 1.361 e seguintes do Código Civil e artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, cessão fiduciária de certos direitos creditórios oriundos da obrigação de pagamento, pelas respectivas pessoas físicas e jurídicas usuárias da área de cobertura do "Contrato de Concessão n.º 162/98 Para Distribuição de Energia Elétrica, que

celebram a União e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, celebrado em 15 de junho de 1998, conforme alterado (“Contrato de Concessão”), incluindo, mas não se limitando a tarifas decorrentes da utilização do serviço público de distribuição de energia elétrica, bem como seus respectivos acessórios, tais como direitos, garantias, privilégios, preferências e todas as multas, penalidades, indenizações e ressarcimentos a eles relativos ou deles decorrentes, bem como os demais direitos emergentes de natureza pecuniária da concessão pública de titularidade da Companhia, nos termos do Contrato de Concessão, recebido pelos bancos arrecadadores indicados no Contrato de Cessão Fiduciária, ou de outra forma recebidos, lançados a crédito ou creditados a tais bancos arrecadadores (“Cessão Fiduciária de Recebíveis”), sendo tal cessão formalizada por meio da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária; (u) Vencimento Antecipado: as Debêntures estarão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado definidas na Escritura de Emissão, que serão substancialmente equivalentes àquelas contidas nas debêntures das emissões anteriores da Companhia ainda em circulação, observado que hipóteses de vencimento antecipado que se referirem a alteração do controle acionário da Companhia, direta ou indiretamente, não incluirão (i) operações societárias envolvendo a Companhia que resultem na preservação da AES Corporation como acionista controlador (direto ou indireto) da Companhia; ou (ii) alteração do controle acionário decorrente da migração da Companhia para o segmento Novo Mercado de listagem da BM&FBovespa – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 23 de fevereiro de 2017; (ii) aprovaram a outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária de Recebíveis, conforme previsto no subitem (t) do item (i) acima; (iii) aprovaram a delegação de poderes à Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a tomar todas as providências e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão, da Oferta Restrita e da Cessão Fiduciária de Recebíveis, inclusive, mas não se limitando, à (a) contratação de uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures; (b) contratação dos prestadores de serviços para a Emissão, tais como agente fiduciário, o escriturador, banco liquidante, assessores legais, entre outros; (c) discussão, negociação, definição dos termos das Debêntures, da Emissão e da Cessão Fiduciária de Recebíveis e celebração, pela Companhia, no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita, da Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e demais documentos necessários à Emissão, à Oferta Restrita e à Cessão Fiduciária de Recebíveis; e (d) todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão, da Oferta Restrita e da Cessão Fiduciária de Recebíveis; e (iv) ratificaram todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão, da Oferta Restrita e da Cessão Fiduciária de Recebíveis.

RCA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração. 5.1. Aprovaram, por unanimidade de votos, a eleição dos membros do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia, após a análise dos currículos e em consonância com o artigo 12 no Estatuto Social da Companhia, com mandato até a data da realização da assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme indicado abaixo: (i) Wilfredo João Vicente Gomes, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Patrício Farias, n.º (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 15 de março de 2017.) 131, Itacorubi, CEP 22750-660, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.376.630-9, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 591.561.989-49; (ii) Marcelo Gasparino da Silva, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Esteves Júnior, 605, apto. 1411 - Centro, CEP 88015-130, portador da Cédula de Identidade RG nº 2302967, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 807.383.469-34; (iii) Fernando Quintana Merino, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG n.º 35.613.295-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 984.745.377-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Seraphico Assis de Carvalho, nº 103, apto. 32, bloco Lautrec, CEP 05614-050; e (iv) Francisco Jose Morandi Lopez, venezuelano, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador do RNE n.º V864350-K, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 235.561.198-03. 5.1.1. Para a presidência do Comitê de Partes Relacionadas foi eleito, por unanimidade de votos, o Sr. Marcelo Gasparino da Silva, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Esteves Júnior, 605, apto. 1411 - Centro, CEP 88015-130, portador da Cédula de Identidade RG nº 2302967, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 807.383.469-34, conforme qualificação acima. 5.1.2. Fica aprovado, por unanimidade de votos, a fixação da remuneração dos membros do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia em R\$10.000,00 (dez mil reais) por reunião realizada, para o período de mandato proposto, qual seja, até a data da realização da assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017. No caso de ausência do membro do Comitê de Partes Relacionadas à reunião convocada, o mesmo não receberá a remuneração daquela reunião. Os membros do Comitê de Partes Relacionadas serão reembolsados pelas despesas que comprovadamente incorrerem no desempenho de suas funções. (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 15 de março de 2017.) 5.2. Aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos informados

pela Sra. Isabela Klemes Taveira, Gerente de Relações com Investidores da Companhia, a proposta de aprimoramento e atualização da Política de Divulgação e Manutenção de Sigilo de Informações Relevantes da Companhia, alinhada com o texto da Instrução CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002 ("ICVM 358") e suas alterações posteriores. 5.3. Consignar a retificação parcial do item 5.1.2. da ata da Reunião do Conselho de Administração do dia 24 de fevereiro de 2017, especificamente no que se refere à data "ex-dividendos", para que seja considerado o dia útil subsequente à Assembleia Geral, qual seja, dia 24 de abril de 2017.

RCA REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião: 5.1. Validaram, por unanimidade, nos termos apresentados pelo Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade da Companhia, o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico Financeiro (Indicadores ANEEL) referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, elaborado pela Companhia para cumprimento da Resolução ANEEL n.º 605, de 11 de março de 2014, e de acordo com o Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro das Outorgadas do Setor de Energia Elétrica, publicado pela da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

RCA REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2017

5. **DELIBERAÇÕES:** Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração: 5.1. Tomaram conhecimento, nos termos informados pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, sobre fluxo de caixa e covenants financeiros, sendo apresentado o fluxo de caixa gerencial, aplicações financeiras, saldo final de caixa, impactos relevantes em covenants e dívida líquida em termos de EBITDA e caixa. Por fim, apresentou a demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios de 2016 e 2017. 5.2. Analisaram o relatório de informações trimestrais da Companhia referente ao 2º trimestre do exercício social de 2016 e panorama financeiro, tendo o Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, prestado os esclarecimentos necessários, sem que tenham sido registradas pelos conselheiros presentes quaisquer manifestações às informações constantes do referido relatório.

RCA REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração. 5.1. Validaram, nos termos apresentados pelo Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade da Companhia, os indicadores ANEEL do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico Financeiro referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, elaborado pela Companhia para cumprimento da Resolução ANEEL n.º 605, de 11 de março de 2014, conforme alterada e de acordo com o Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro das Outorgadas do Setor de Energia Elétrica, publicado pela da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. 5.2. Aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes, nos termos apresentados pelo Sr. José Gerardo Copello Santi, Diretor de Suporte Logístico da Companhia, a contratação dos serviços da operação da central de atendimento ativo e receptivo à clientes da Companhia junto à NeoBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A., no valor de R\$212.761.017,54 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e um mil, dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), com reajuste anual baseado no IPCA acumulado no período de janeiro de cada ano, mês da emissão da Proposta Comercial, que passará a ser considerada como data-base do Contrato, ou índice equivalente que legalmente o substitua, no caso de sua extinção. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, com início a partir de 01 de junho de 2017. No caso de término antecipado do contrato, mediante aviso prévio com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, a as Partes (Contratada e Contratante) estarão sujeitas ao pagamento de multa equivalente a 15% (quinze por cento) do valor total do último faturamento do contrato. No entanto, caso o prazo do aviso prévio acima não seja observado pelas partes, ambas estarão sujeitas ao pagamento de multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total contrato. 5.3. Os membros do conselho tomaram conhecimento, nos termos apresentados pelo Sr. José Gerardo Copello Santi, Diretor de Inovação, Serviços e Melhoria de Processos da Companhia, sobre os contratos de comodato entre a Companhia e as empresas AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., AESCom Sul Ltda. e AES Florestal Ltda., todos com início no 1º dia útil subsequente à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, término previsto para 19 de janeiro de 2027, conforme os endereços indicados abaixo: a) AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. ► Avenida Doutor Marcos Penteado de Uhlôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 7, Bairro Sitio Tamboré, Barueri – SP; b) AESCOM Sul Ltda. ► Avenida Doutor Marcos Penteado de Uhlôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 10, Bairro Sitio Tamboré, Barueri – SP; e c) AES Florestal Ltda. ► Avenida Doutor Marcos Penteado de Uhlôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 4, Bairro Sitio Tamboré, Barueri – SP. Tendo em vista que o assunto refere-se à contrato entre partes relacionadas, os membros do conselho pediram a apreciação do Comitê de Partes Relacionadas sobre o assunto, devendo o tema retornar para aprovação após o parecer do referido Comitê. (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.,

realizada em 04 de abril de 2017.). 5.4. Aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes, nos termos apresentados pelo Sr. Marcelo Antônio de Jesus, Diretor de Controladoria e Planejamento Tributário da Companhia, a escolha da Ernst & Young Auditores Independentes S/S para auditar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2017, no valor total de R\$437.410,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quatrocentos e dez reais). Outrossim, reconheceu a independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/S para a prestação dos serviços supramencionados. 5.5. Aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes, nos termos apresentados pela Sra. Paula Oliveira Moreira, Diretora de Auditoria Interna da Companhia, o plano de auditoria interna para o exercício de 2017. 5.6. Tomaram conhecimento, nos termos apresentados pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, acerca da gestão dos riscos da Companhia, com destaque para os novos riscos incluídos e removidos, e ainda, visão consolidada dos riscos prioritários do mapa de riscos da Companhia. 5.7. Tomaram conhecimento, nos termos apresentados pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, sobre a evolução do plano de migração da Companhia para o Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOvespa S.A.. 5.8. Tomaram conhecimento do panorama dos negócios da Companhia, sendo abordados os seguintes aspectos: segurança, desempenho operacional e comercial, plano de produtividade da Companhia, mercado, sobrecontratação de energia, financeiro, auditoria interna e jurídico.

RCA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração. 5.1. Aprovar, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pelo Sr. Sidney Simonaggio, Diretor Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios da Companhia, o acordo bilateral junto à AES Tietê Energia S.A. com a finalidade de rescindir, a partir de maio de 2017, o contrato de comercialização de energia elétrica celebrado no 15º Leilão de Energia Existente (A -1 de 2015) entre as duas companhias, sendo certo que, em decorrência do referido acordo, a AES Tietê Energia S.A. assume o valor referente ao ônus tarifário pleno da Companhia de R\$7,7 milhões. Esse ônus corresponde à (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 24 de abril de 2017.) diferença de preços entre o CCEAR firmado da AES Tietê Energia S.A., de R\$ 142,00 / MWh em julho de 2016, e o preço médio de compra de energia do Reajuste Tarifário vigente no instante da rescisão contratual, de R\$ 154,42 / MWh, aplicado à energia contratada de 623.059 MWh entre maio de 2017 e dezembro de 2018. O pagamento se dará em parcelas mensais corrigidas pela SELIC de maio de 2017 a dezembro de 2018. 5.2. Aprovar, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pelo Sr. Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, Diretor Vice-Presidente de Assuntos Legais da Companhia, a convocação de assembleia geral extraordinária da Companhia, prevista para ocorrer no dia 11 de maio de 2017, para deliberar sobre a eleição de 1 (um) membro independente para o Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

RCA REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração. 5.1. Aprovar, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, a contratação de Cédula de Crédito Bancário no valor de até R\$ 100 milhões junto ao Banco ABC, pelo prazo de até 3 anos, ao custo total de até CDI+3.29% a.a.. O conselheiro Marcelo Gasparino da Silva, apesar de seu voto favorável à matéria colocada em deliberação, pediu para registrar ressalva sobre o tema, nos termos de sua manifestação arquivada na sede da Companhia. Diante da manifestação do conselheiro Marcelo, o conselheiro Julian Jose Nebreda Marquez explicou aos conselheiros presentes que a operação reduz o custo financeiro da dívida da Companhia, e é compatível com o plano de negócios aprovado para a Companhia pelo Conselho de Administração, dando-lhes os devidos esclarecimentos pertinentes. 5.2. Inicialmente, constatada falha operacional na distribuição prévia da apresentação específica a este item, foi solicitado pelo conselheiro Marcelo Gasparino da Silva pedido de vistas à apresentação, ante a não disponibilidade do material com a antecedência usual. O presidente do Conselho Britaldo Pedrosa Soares em vista da simplicidade do tema, da reduzida dimensão do material e da disponibilidade do mesmo na própria reunião, colocou, então, em votação entre os conselheiros presentes a continuidade ou não da apreciação da proposta, esclarecendo que seria deliberada exclusivamente a criação do Comitê de Remuneração e Pessoas da Companhia ("Comitê"), sendo que no momento oportuno o tema voltará para deliberação do Conselho para definição da composição de seus membros e respectiva eleição, escopo de atuação e instituição do regimento interno. Diante disso, foi aprovada por maioria dos membros, com o voto contrário dos conselheiros Marcelo Gasparino da Silva e Wilfredo João Vicente Gomes, a continuidade da apresentação da matéria. Ato seguinte, o Sr. Marcelo Alves Pereira, Diretor de Recursos Humanos da Companhia, realizou a apresentação sobre a criação do Comitê de Remuneração e Pessoas da Companhia, explicando que se trata de um órgão de caráter consultivo e permanente, não estatutário, responsável pelo assessoramento ao Conselho de Administração acerca de matérias relacionadas exclusivamente à gestão de pessoas e remuneração, cujas deliberações serão opinativas e não vincularão as deliberações do Conselho de Administração. O Comitê terá mandato de 2 anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos. O Comitê será regulado por regimento interno a ser redigido pelo

próprio Comitê e aprovado pelo Conselho de Administração. Por fim, a criação do Comitê foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes, com abstenção dos conselheiros Marcelo Gasparino da Silva e Wilfredo João Vicente Gomes. 5.3. Aprovaram, por maioria de votos, com o voto contrário do conselheiro Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira e abstenção do conselheiro Marcelo Gasparino da Silva, nos termos informados pelo Sr. Marcelo Antonio De Jesus, Diretor de Controladoria da Companhia, a proposta da política de transações entre partes relacionadas da Companhia, ajustando os termos da política anteriormente aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia, e submetendo desta forma toda e qualquer transação entre partes relacionadas à aprovação do Conselho de Administração. Foi solicitado pelos membros do conselho, a revisão da referida política pelo Comitê de Partes Relacionadas visando eventuais melhorias em seu conteúdo, com vistas a sua melhor adequação à possível migração da Companhia para o segmento especial de governança da BM&F Bovespa S.A.. 5.4. Analisaram o relatório de informações trimestrais da Companhia referente ao 1º trimestre do exercício social de 2017 e panorama financeiro, tendo o Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, e o Sr. Sergio Noya, representante da Ernst Young Auditores Independentes S.S., prestado os esclarecimentos necessários, sem que tenham sido registradas pelos conselheiros presentes quaisquer manifestações às informações constantes do (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 05 de maio de 2017.) referido relatório. 5.5. Tomaram conhecimento, nos termos apresentados pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, sobre a evolução do plano de migração da Companhia para o Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A.. 5.6. Tomaram conhecimento do panorama dos negócios da Companhia, sendo abordados os seguintes aspectos: segurança, desempenho operacional e comercial, plano de produtividade da Companhia (inclusive sendo atualizados sobre o plano de recuperação de indicadores definidos pelo Regulador), mercado e sobrecontratação de energia. Em relação à apresentação sobre os indicadores de qualidade, o Presidente do Conselho, Sr. Britaldo Pedrosa Soares, solicitou à administração a análise do gradiente de melhoria dos indicadores de qualidade dos serviços prestados, em vista do volume de investimentos e recursos empenhados na operação, de forma a identificar e implementar medidas que venham a possibilitar uma evolução daqueles indicadores com maior consistência e celeridade.

RCA REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração. 5.1. Aprovar, por unanimidade de votos, a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas. 5.2. Aprovar, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pelo Sr. Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, Diretor Vice-Presidente da Companhia, a eleição do Sr. Jerson Kelman, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 225, apto. 401, Bairro Copacabana, CEP 22030-040, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.995.351-2, expedida pelo Instituto Ricardo Daunt/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 155.082.937-87, membro do conselho de administração independente para composição do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia. 5.2.1. Tendo em vista a eleição realizada nesta data, consignar que a composição do Comitê de Partes Relacionadas fica consolidada conforme abaixo, com mandato até a data da realização da assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017: (i) Wilfredo João Vicente Gomes, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Patrício Farias, nº 131, Itacorubi, CEP 22750-660, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.376.630-9, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 591.561.989-49; (ii) Marcelo Gasparino da Silva, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Esteves Júnior, 605, apto. 1411 - Centro, CEP 88015-130, portador da Cédula de Identidade RG nº 2302967, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 807.383.469-34 – Presidente do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia; (iii) Fernando Quintana Merino, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 35.613.295-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 984.745.377-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Seráfico de Assis Carvalho, nº 103, apto. 32, bloco Lautrec, CEP 05614-040; e (iv) Francisco Jose Morandi Lopez, venezuelano, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 07 de junho de 2017.) Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, portador do RNE nº V864350-K, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 235.561.198-03; e (v) Jerson Kelman, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 225, apto. 401, Bairro Copacabana, CEP 22030-040, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.995.351-2, expedida pelo Instituto Ricardo Daunt/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 155.082.937-87. 5.3. Aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos informados pelo Sr. Marcelo Alves Pereira, profissional indicado pela Companhia, o regimento, eleição dos membros e respectiva remuneração do Comitê de Remuneração e Pessoas, criado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 05 de maio de 2017, nos seguintes termos: (i) Regimento: aprovada a minuta proposta que fica arquivada na sede da Companhia ("Regimento Interno do Comitê de Remuneração e Pessoas"). Com relação à redação do regimento ora proposta, o conselheiro Fernando Quintana Merino propôs a

inserção de redação para acomodar a previsão de orçamento independente dedicado à contratação de consultorias independentes necessárias para auxílio do Comitê para avaliação de determinados assuntos específicos. Ainda, o conselheiro Wilfredo João Vicente Gomes, acompanhado do conselheiro Daniel Carlin Epstein, consignaram a ressalva de que consideram que o Presidente do Comitê deveria ser o conselheiro independente. O Conselheiro Britaldo Pedrosa Soares destacou as qualificações profissionais do Sr. Ricardo Bull Silvarinho para presidir o Comitê de Remuneração e Pessoas. (ii) Composição: preferencialmente por 3 membros do Conselho de Administração, sendo 1 representante do acionista controlador, 1 representante dos acionistas minoritários e 1 conselheiro independente, indicados e destituídos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, podendo ser substituídos a qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração, observadas as regras dispostas no Regimento Interno do Comitê de Remuneração e Pessoas. Foram eleitos, por unanimidade, os Srs.: (a) RICARDO BULL SILVARINHO, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.135.653-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 954.389.637-20, com domicílio profissional na Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Município de Barueri, Estado de São Paulo, na condição de especialista em recursos humanos e indicado pelo acionista controlador; (b) FERNANDO QUINTANA MERINO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 35.613.295-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 984.745.377-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 07 de junho de 2017.) Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Seráfico de Assis Carvalho, nº 103, apto. 32, bloco Lautrec, CEP 05614-040, indicado pelos acionistas minoritários; e (c) WILFREDO JOÃO VICENTE GOMES, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Patrício Farias, nº 131, Itacorubi, CEP 22750-660, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.376.630-9, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 591.561.989-49, na posição de conselheiro de administração independente. Para a posição de Presidente foi eleito, por unanimidade de votos, o Sr. RICARDO BULL SILVARINHO, acima qualificado. (iii) Remuneração: os membros farão jus a remuneração no montante de R\$10.000,00 por reunião realizada a que se fizerem presentes, além do reembolso das despesas no desempenho de sua função. 5.4. Aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos informados pelo Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho, profissional indicado pela Companhia, o regimento, eleição dos membros e respectiva remuneração do Comitê de Sustentabilidade, nos seguintes termos: (i) Regimento: aprovada a revisão do texto conforme versão final que fica arquivada na sede da Companhia ("Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade"). Com relação à redação do regimento ora proposta, o conselheiro Wilfredo João Vicente Gomes, acompanhado do conselheiro Daniel Carlin Epstein, consignaram a ressalva de que consideram que o membro do conselho para compor o Comitê de Sustentabilidade deveria ser, necessariamente, conselheiro independente. Adicionalmente, solicitaram consignar a ressalva de que consideram que o Presidente do Comitê deveria ser conselheiro independente, tal como como a sugestão reraçlizada ao regimento do Comitê de Remuneração. O Sr. Marcos explicou aos conselheiros que não colocaram tal previsão como obrigatória para não restringir o número de candidatos à esta vaga, uma vez que no passado essa vaga era destinada à conselheiros independentes e a mesma não fora preenchida. (ii) Constituição: presidido pelo Diretor Presidente da Companhia, o Comitê de Sustentabilidade será composto por 5 a 10 membros, incluindo um membro do Conselho de Administração preferencialmente independente e executivos da Companhia. Foram eleitos os senhores: (a) CHARLES LENZI, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade RG nº 1005915838, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 276.937.750-72, como presidente do Comitê de Sustentabilidade, (b) MARCELO ALVES PEREIRA, brasileiro, casado, publicitário, portador da Carteira de Identidade RG n.º 18.591.085-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 195.298.208-10; (c) MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG n.º 6. 438 409-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 921.505.788-91; (d) JOSÉ GERARDO COPELLO, norte-americano, casado, contador, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiro RNE n.º V1111535/CGPI-SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 168.253.758-73; (e) SAULO DOS PASSOS RAMOS, brasileiro, casado, (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 07 de junho de 2017.) engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.940.147, inscrito no CPF/MF sob o n.º 013.179.858-85; (f) JULIAN JOSE NEBREDA MARQUEZ, venezuelano, casado, advogado, portador do Registro Nacional de Estrangeiros - RNE nº G270141-K, expedido pelo DPF/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.866.548-50; (g) ARTUR MANUEL TAVARES RESENDE, venezuelano, casado, engenheiro em tecnologia da informação, portador da Carteira de Identidade RNE n.º V506856-Z, inscrito no CPF/MF sob o n.º 232.779.308-40; (h) ANDRE LUIZ GOMES DA SILVA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG n.º 25.975.346-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 246.744.258-67; e (i) GIANPAOLA CINIGLIO, brasileira, solteira, engenheira florestal, portadora da Carteira de Identidade RG nº 15.946.748, expedida pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 105.346.308-12; todos com domicílio profissional na Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Município de Barueri, Estado de São Paulo. A posição de membro do conselho ficará vaga até a próxima reunião, momento no qual poderão proceder novamente a votação para eleição de membro com a finalidade de preenchimento da vaga. (iii) Remuneração: os membros do Comitê de sustentabilidade não serão remunerados pelo exercício desta função. 5.5. Aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pelo Sr. José Gerardo Copello Santi, Diretor de Suporte Logístico da Companhia, os contratos de comodato entre a Companhia e as empresas AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., AESCom Sul Ltda. e AES Florestal Ltda., todos com início no 1º dia útil

subsequente à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, término previsto para 19 de janeiro de 2027, conforme os endereços indicados abaixo: a) AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. ► Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 7, Bairro Sítio Tamboré, Barueri – SP; b) AESCOM Sul Ltda. ► Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 10, Bairro Sítio Tamboré, Barueri – SP; e c) AES Florestal Ltda. ► Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 4, Bairro Sítio Tamboré, Barueri – SP. 5.6. Aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pelo Sr. José Gerardo Copello Santi, Diretor de Suporte Logístico da Companhia, o contrato de fornecimento de transformadores de potência para o plano de ampliação das ETD's Cambuci, São Bernardo, Morumbi, Gomes Cardim, Thomas Edison II e plano de construção das novas ETD's Alphaville e Vila Mariana com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., no valor total de R\$31.090.540,00, por um prazo de 24 meses, a contar da assinatura do instrumento contratual previsto para 15 de junho de (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 07 de junho de 2017.) 2017. 5.7. Tomaram conhecimento, nos termos informados pelo Sr. Carlos Renato Xavier Pompermaier, profissional indicado pela Companhia, do Programa de Compliance da Companhia, sua estrutura organizacional, evolução desde sua criação em 2004, pilares do programa, Código de Conduta, comunicação, treinamentos, canal de denúncias e dados estatísticos relativos ao período 2016 - 2017, Comitê de Ética, processos da área de Compliance Contratual e classificação das operações conforme o respectivo risco. 5.8. Tomaram conhecimento, nos termos informados pelo Sr. Carlos Renato Xavier Pompermaier, profissional indicado pela Companhia, do Novo Regulamento do Nível II e do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo informados acerca do cronograma da Audiência Restrita, temas mais debatidos durante a segunda fase da audiência pública, principais pontos para avaliação na audiência restrita, processo de votação e posicionamentos de determinados acionistas recebidos pela Companhia. Ato contínuo, foram informados sobre as recomendações da Diretoria da Companhia no sentido de votar favoravelmente ao Regulamento Base, com a posterior implementação de um plano de ação para garantia do atendimento das novas regras pela Companhia. Ato contínuo, tomaram conhecimento do prazo de 2 anos para adaptação pelas companhias listadas no segmento e foram informados que a diretoria envidará melhores esforços para que os planos de ação sejam implementados em prazo inferior aos 2 anos regulamentares disponíveis. Por fim, o conselheiro Britaldo Pedrosa Soares destacou a recomendação da Diretoria da Companhia de pleno apoio à integralidade das alterações propostas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no regulamento do Nível II e do Novo Mercado, por estar também totalmente alinhado ao objetivo de migração da Companhia ao Novo Mercado. 5.9. Tomaram conhecimento dos itens referentes ao tópico sobre a "Estratégia da companhia e atualização de projetos relevantes", composto pelos seguintes assuntos: (a) Atualização sobre o plano de migração para o novo mercado de governança corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); (b) Atualização sobre o aditivo ao contrato de concessão da companhia; (c) Atualização sobre o plano de produtividade da companhia; e (d) Atualização sobre o plano de recuperação de indicadores definidos pelo regulador. 5.9.1. Sobre o item "Visão geral das dívidas da Companhia", os conselheiros foram informados que o assunto será trazido na próxima reunião ordinária do Conselho, prevista para ser realizada em julho. 5.9.2. Tomaram conhecimento, nos termos apresentados pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, da atualização sobre o plano de migração para o Novo Mercado de Governança Corporativa da B3. O conselheiro Britaldo Pedrosa Soares ressaltou a importância de se buscar a consideração de (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 07 de junho de 2017.) certos aspectos econômico-financeiros relativos ao Fundo de Pensão mantido junto a Fundação CESP nas negociações com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica relativas a possível Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, bem como solicitou à Diretoria da Companhia que analise medidas necessárias ao enquadramento mais célere dos indicadores de qualidade dos serviços, em face de benefícios também econômico-financeiros à Companhia. 5.9.3. Tomaram conhecimento, nos termos apresentados pelo Sr. Sidney Simonaggio, Diretor Vice-Presidente da Companhia, da atualização acerca do aditivo ao contrato de concessão da Companhia. 5.9.4. Tomaram conhecimento, nos termos apresentados pela Sra. Clarissa Della Nina Sadock Accorsi, profissional indicada pela Companhia, do plano de produtividade da Companhia. 5.9.5. Tomaram conhecimento, nos termos apresentados pelo Sr. Charles Lenzi, Diretor Presidente da Companhia, da atualização sobre o plano de recuperação de indicadores definidos pelo regulador. 5.10. Tomaram conhecimento do panorama dos negócios da Companhia, sendo abordados os seguintes aspectos: segurança, desempenho operacional e comercial, mercado de energia, sobrecontratação de energia, financeiro e jurídico.

RCA REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento, conforme informado pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopes, Diretor Financeiro e Relações com Investidores da Companhia, dos termos e condições das Debêntures e da Oferta Restrita e: (i) aprovaram, por unanimidade, a realização da Emissão, a qual terá as seguintes características e condições: SP - 20313506v1 (a) Data de Emissão: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de julho de 2017 ("Data de Emissão"); (b) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; (c) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R\$271.000.000,00 (duzentos e setenta e um milhões de reais), na Data de Emissão; (d) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1,00 (um real), na Data de Emissão ("Valor

Nominal Unitário”); (e) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 271.000.000 (duzentos e setenta e um milhões) de Debêntures; (f) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: as Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de distribuição para a totalidade das Debêntures, com intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento Cetip UTMV (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (g) Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão serão utilizados para (i) o refinanciamento do passivo da Companhia e (ii) o reforço de capital de giro da Companhia, caso haja saldo remanescente; (h) Conversibilidade: as Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (i) Espécie: as Debêntures serão da espécie quirografária; (j) Prazo e Data de Vencimento: observado o que será disposto na escritura de emissão das Debêntures (“Escritura de Emissão”), as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de julho de 2022 (“Data de Vencimento”); SP - 20313506v1 (k) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário; (l) Atualização Monetária das Debêntures: o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; (m) Remuneração: a partir da Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 2,95% (dois inteiros e noventa e cinco centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”); (n) Data de Pagamento da Remuneração: a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de janeiro de 2018, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 20 dos meses de julho e janeiro de cada ano, até a Data de Vencimento; (o) Amortização do Valor Nominal Unitário: o Valor Nominal Unitário será amortizado em 6 (seis) parcelas semestrais consecutivas, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), devidas sempre no dia 20 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 20 de janeiro de 2020, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a tabela abaixo (cada uma, uma “Data de Amortização”): Parcela Data de Amortização Percentual Amortizado do Saldo do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão 1ª 20/01/2020 16,6667% 2ª 20/07/2020 16,6667% 3ª 20/01/2021 16,6667% 4ª 20/07/2021 16,6667% 5ª 20/01/2022 16,6667% 6ª 20/07/2022 16,6665% (p) Encargos Moratórios: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos SP - 20313506v1 titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao ano, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago; (q) Repactuação Programada: as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (r) Resgate Antecipado Facultativo: a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Debenturista, a partir da Data de Emissão, o resgate antecipado facultativo das Debêntures, total ou parcialmente, com seu consequente cancelamento (“Resgate Antecipado Facultativo”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização, ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e (ii) de prêmio equivalente a (ii.a) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre a Data de Emissão e 20 de julho de 2018 (inclusive); (ii.b) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre 20 de julho de 2018 (exclusive) e 20 de julho de 2019 (inclusive); (ii.c) 1,00% (um por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre 20 de julho de 2019 (exclusive) e 20 de julho de 2020 (inclusive); (ii.d) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre 20 de julho de 2020 (exclusive) e 20 de julho de 2021 (inclusive); (ii.e) 0,50% (cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre 20 de julho de 2021 (exclusive) e 20 de julho de 2022 (inclusive), em qualquer caso, o prêmio incidirá sobre a soma do Valor Nominal Unitário e a Remuneração. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo coincida com uma Data de Amortização, o prêmio previsto no item (ii) acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após a referida amortização; e (s) Vencimento Antecipado: as Debêntures estarão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado definidas na Escritura de Emissão, que serão substancialmente equivalentes àquelas contidas nas debêntures das emissões anteriores da Companhia ainda em circulação, observado que, na hipótese de migração da Companhia para o segmento Novo Mercado de listagem da B3 S.A. SP - 20313506v1 – Brasil, Bolsa, Balcão, conforme fato relevante publicado pela Companhia em 23 de fevereiro

de 2017, será considerada hipótese de vencimento antecipado (i) se qualquer pessoa, acionista ou não, adquirir, por meio de uma ou sucessivas operações, ou se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade que obrigue tal pessoa a efetivar uma oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, nos termos do estatuto social da Companhia ou da regulamentação aplicável, exceto se previamente autorizado por debenturistas nos termos da Escritura de Emissão; (ii) alteração do percentual de aquisição de ações previsto no estatuto social da Companhia, que resulte na obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, exceto se previamente autorizado por debenturistas nos termos da Escritura de Emissão; e (iii) caso a Companhia realize uma oferta pública de aquisição de ações para saída do segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, exceto se previamente autorizado por debenturistas nos termos da Escritura de Emissão; (ii) aprovaram a delegação de poderes à Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a tomar todas as providências e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão e da Oferta Restrita, inclusive, mas não se limitando, à (a) contratação de uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures; (b) contratação dos prestadores de serviços para a Emissão, tais como agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, assessores legais, entre outros; (c) discussão, negociação, definição dos termos das Debêntures e da Emissão e celebração, pela Companhia, no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita, da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, e demais documentos necessários à Emissão e à Oferta Restrita; e (d) todos os demais documentos, incluindo, mas não se limitando a eventuais aditamentos à Escritura de Emissão e aos demais documentos no âmbito da Emissão, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita; e (iii) ratificaram todos os atos praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita.

RCA REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração: 5.1. Aprovaram, por unanimidade, conforme informado pela Sra. Camila Abel, profissional indicada pela Companhia, dos termos e condições do Primeiro Aditamento, ratificando a totalidade dos atos praticados pela Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, necessários à formalização da Emissão, inclusive, mas não se limitando, à assinatura e registro do Primeiro Aditamento, a fim de formalizar, dentre outras alterações, o resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento da Emissão, no qual foram definidos (i) o valor total da Emissão, em montante equivalente a R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na respectiva data de emissão; (ii) a SP - 20312053v1 quantidade final de Debêntures emitidas, equivalente a 700.000.000 (setecentas milhões) de Debêntures; (iii) a remuneração das Debêntures, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) da variação acumulada da Taxa DI; e (iv) o preço de subscrição das Debêntures, sendo certo que cada debênture integrante da 9ª (nona) emissão de debêntures da Companhia equivaleu a 4.079 (quatro mil e setenta e nove) Debêntures, e cada debênture integrante da 15ª (décima quinta) emissão de debêntures da Companhia equivaleu a 6.702 (seis mil e setecentas e duas) Debêntures.

RCA REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração. 5.1. Aprovaram, por maioria de votos, com abstenção do Conselheiro Marcelo Gasparino da Silva, nos termos apresentados pela Sra. Camila Abel, profissional indicada pela Companhia, a cisão do plano da previdência da Companhia para a transferência de funcionários. O conselheiro Marcelo Gasparino da Silva justificou sua abstenção no sentido de não ter recebido as informações e explicações que entendia necessárias à tomada de decisão neste momento e recomendou que as matérias que são submetidas ao Conselho de Administração devam ser acompanhadas de uma nota de encaminhamento pela área responsável acompanhada da deliberação da Diretoria Executiva que aprovou a submissão da matéria ao conselho. 5.2. Em relação ao item previsto na ordem do dia sobre o fechamento dos atuais planos de previdência da Companhia com características de "Benefício Definido" e abertura de um novo plano de previdência com característica de "Contribuição Definida", ficou consignado que o tema será novamente apresentado em reunião de Conselho de Administração, prevista para ocorrer ainda no mês de julho de 2017, abordando aspectos mais amplos conforme solicitação dos conselheiros. 5.3. Aprovaram, por unanimidade de votos, a Criação do Comitê de Auditoria da Companhia. 5.4. Aprovaram, por maioria de votos com abstenção do Conselheiro Marcelo Gasparino da Silva, nos termos apresentado pelo Sr. Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, Diretor Vice-Presidente de Assuntos Legais da Companhia, a eleição de membro do conselho de administração independente para composição do Comitê de Sustentabilidade da Companhia, o Sr. Marcelo Gasparino da Silva, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Esteves Júnior, 605, apto. 1411 - Centro, CEP 88015-130, portador da Cédula de Identidade RG nº 2302967, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 807.383.469-34. 5.4.1. Tendo em vista a eleição realizada nesta data, consignar que a composição do Comitê de Sustentabilidade fica consolidada conforme abaixo: (a) CHARLES LENZI, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da cédula de identidade RG nº 1005915838, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 276.937.750-72, como presidente do Comitê de Sustentabilidade, (b) MARCELO ALVES PEREIRA, brasileiro, casado, publicitário, portador da Carteira de Identidade RG n.º 18.591.085-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º

195.298.208-10; (c) MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG n.º 6. 438 409-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 921.505.788-91; (d) JOSÉ GERARDO COPELLO, norte-americano, casado, contador, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiro RNE n.º V1111535/CGPI-SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 168.253.758-73; (e) SAULO DOS PASSOS RAMOS, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.940.147, inscrito no CPF/MF sob o n.º 013.179.858-85; (f) JULIAN JOSE NEBREDIA MARQUEZ, venezuelano, casado, advogado, portador do Registro Nacional de Estrangeiros - RNE n.º G270141-K, expedido pelo DPF/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 238.866.548-50; (g) ARTUR MANUEL TAVARES RESENDE, venezuelano, casado, engenheiro em tecnologia da informação, portador da Carteira de Identidade RNE n.º V506856-Z, inscrito no CPF/MF sob o n.º 232.779.308-40; (h) ANDRE LUIZ GOMES DA SILVA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG n.º 25.975.346-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 05 de julho de 2017.) CPF/MF sob o n.º 246.744.258-67; (i) GIANPAOLA CINIGLIO, brasileira, solteira, engenheira florestal, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 15.946.748, expedida pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 105.346.308-12; todos com domicílio profissional na Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, n.º 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Município de Barueri, Estado de São Paulo, e (j) MARCELO GASPARINO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Esteves Júnior, 605, apto. 1411 - Centro, CEP 88015-130, portador da Cédula de Identidade RG n.º 2302967, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 807.383.469-34.

RCA REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração: 5.1. Aprovaram, por unanimidade, a admissão da Companhia ao Novo Mercado, nos termos apresentados pelo Sr. José Ricardo Elbel Simão, profissional indicado pela Companhia. 5.2. Aprovaram, por unanimidade, como requisito à migração para o novo segmento de governança, a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada uma ação ordinária. 5.3. Aprovaram, por unanimidade, sujeito à aprovação das deliberações constantes dos itens anteriores, a reforma do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e para incorporar os demais ajustes propostos pela Administração, com a sua respectiva consolidação. 5.4. Aprovaram, por unanimidade, a convocação de: (a) Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, para o dia 12 de setembro de 2017, às 10h00, com vistas à: (i) admissão da Companhia ao segmento especial da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), denominado Novo Mercado; (ii) como requisito à migração, conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada uma ação ordinária; (iii) sujeito à aprovação das deliberações constantes dos itens anteriores, reforma global do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e para incorporar os demais ajustes detalhados na proposta da administração, com sua respectiva consolidação; e (iv) em sendo aprovada a reforma global do Estatuto Social da Companhia, com a redução do número máximo de membros do Conselho de Administração de 11 para 09 e a extinção dos cargos de suplentes, manutenção dos atuais 11 membros do conselho de administração da Companhia, efetivos e suplentes, em seus respectivos cargos, até o término do mandato para o qual foram eleitos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017; e (b) Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais, para o dia 12 de setembro de 2017, às 14h00, em atendimento ao disposto ao Parágrafo 1º do Art. 136 da Lei nº 6.404/76, ratificar a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada uma ação ordinária, com vistas à migração da Companhia para o segmento especial de governança da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, com a consequente adaptação do seu estatuto social.

RCA REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração: 5.1. Consignaram a renúncia do Sr. Francisco Jose Morandi Lopez da posição de Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2017. Os conselheiros de administração consignaram os agradecimentos ao Sr. Francisco Jose Morandi Lopez pelos relevantes serviços prestados à Companhia no exercício de suas funções. 5.1.1. Ratificaram as renúncias da Sra. Teresa Cristina Querino Vernaglia, brasileira, casada, engenheira, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 16.383.270, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 039.977.338-05, com domicílio profissional na Av. das Nações Unidas, 14261 - 13º andar, Bairro Morumbi, CEP 04533-085, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, ao cargo de Diretora Vice-Presidente da Companhia para qual foi eleita em 01 de abril de 2016, ficando consignado que apresentou a respectiva carta de renúncia em 12 de maio de 2017, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 0.535.810/17-9, em 05 de junho de 2017; e Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, brasileiro, casado, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, portador da Carteira de Identidade RG n.º MG - 922.046, expedida pela SJS/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 251.217.666-53, com domicílio profissional na R. da Assembleia, 10 - sala 4001, sala 4001, Centro, CEP 20011-901, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ao cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia para qual foi eleito em 01 de abril de 2016, ficando consignado que apresentou a respectiva carta

de renúncia em 15 de outubro de 2016, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 2.196.306/16-2 em 29 de novembro de 2016. 5.2. Após a análise do currículo e demais informações pertinentes, elegeram, por unanimidade de votos, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2017, para o cargo de Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, e com mandato até 31 de março de 2019, o Sr. Marcelo Antonio de Jesus, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.105.907-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.355.128-69, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-04. Consignaram a presença do Sr. Ricardo Silvarinho Bull, presidente do Comitê de Remuneração e Pessoas da Companhia, que informou que em 13 de setembro de 2017 o Comitê se posicionou favoravelmente à eleição do Diretor ora eleito. 5.2.1. Consignaram as atribuições do Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores conforme segue: (i) Estabelecer e assegurar a adequada satisfação e execução das necessidades de captação de recursos financeiros, através da implementação de estruturas de captação e de negociações no mercado local e internacional, incluindo operações com bancos privados e investidores institucionais; (ii) assegurar o relacionamento com bancos e análises de oportunidades de mercado, através do acompanhamento do fluxo de informações obtidas com as agências de ratings local e internacional; (iii) definir e acompanhar as informações enviadas aos credores da empresa, tais como: projeções, indicadores financeiros usualmente (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 15 de setembro de 2017.) estabelecidos em contrato e/ou praticados no mercado, certificados, entre outros; (iv) estabelecer e assegurar o acompanhamento, análise e negociações dos contratos de dívida junto as instituições financeiras, ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e quaisquer outros agentes de financiamento, (v) contribuir com análise e interação com advogados externos referente à documentação dos contratos de dívida e similares; (vi) determinar a gestão do fluxo de caixa, previsão e planejado, análise de risco, estratégia e política de hedge; (vii) revisão e aprovação das conciliações bancárias e Contas a Receber e a Pagar; (viii) garantir a qualidade, transparência e robustez dos controles, processos e consistência das demonstrações financeiras da companhia; (ix) assegurar o pleno atendimento regulatório na condução dos negócios da Companhia e das demonstrações financeiras; (x) zelar pela estratégia de administração e acompanhamento de todos os processos referentes ao Fundo de Previdência Privada da organização; (xi) liderar a gestão de riscos e a implementação das estratégias relacionadas; (xii) assegurar o pleno compliance tributário da Companhia. 5.2.2. Consignaram que, com base nas informações recebidas pela Administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos Conselheiros de Administração que o Diretor ora eleito está em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei nº 6.404/76, bem como que a posse fica condicionada: (i) à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e (ii) à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. 5.3. Tendo em vista a eleição realizada nesta data, consignar que a composição da Diretoria Executiva da Companhia, fica consolidada conforme abaixo: (i) Charles Lenzi - Diretor Presidente, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade RG nº 1005915838, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 276.937.750-72, com domicílio profissional na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040; (ii) Marcelo Antonio de Jesus - Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.105.907-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.355.128-69, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040; (iii) Sidney Simonaggio - Diretor Vice-Presidente, brasileiro, casado, engenheiro eletricista e advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.971.816, expedida pela SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Torre II, Tamboré, CEP 06460-040; e (iv) Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira - Diretor Vice-Presidente, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 061.768.818, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 890.310.677-68, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com escritório no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Torre II, Tamboré, CEP 06460-040. 5.4. Tomaram conhecimento, nos termos apresentados pelo Sr. José Ricardo Elbel Simão, profissional indicado pela Companhia, acerca da atualização da migração da Companhia para o Novo Mercado.

RCA REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração: 5.1. Após a análise do currículo e demais informações pertinentes, elegeram, por unanimidade de votos, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2017, para o cargo de Diretor Vice-Presidente, e com mandato até 31 de março de 2019, o Sr. Artur Manuel Tavares Resende, venezuelano, casado, bacharel em tecnologia da informação, portador do Registro Nacional de

Estrangeiros - RNE n.º V506856-Z, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 232.779.308-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040. Consignaram a presença do Sr. Andriei José Beber, membro do Comitê de Remuneração e Pessoas da Companhia ("Comitê"), que informou que em 28 de setembro de 2017 o Comitê se reuniu para analisar a proposta e recomendou a eleição do Diretor ora eleito. 5.1.1. Consignaram as atribuições do Sr. Artur Manuel Tavares Resende conforme segue: (i) definir estratégias para a área de distribuição, assegurando a sustentabilidade dos negócios da Companhia, através da obtenção de resultados operacionais, comerciais e financeiros; (ii) definir as estratégias para a manutenção e ampliação dos serviços de distribuição de energia; (iii) assegurar resultados operacionais, financeiros e comerciais em conformidade com o estabelecido e aprovado no planejamento estratégico da Companhia; (iv) determinar a gestão e cumprimento do orçamento de investimento da empresa, através das diretrizes determinadas e aprovadas; (v) assegurar o atendimento ao crescimento de mercado e a qualidade geral dos serviços prestados em conformidade com o contrato de concessão e regulações aplicáveis; (vi) definir ações para o combate de fraudes e recuperação de receitas aplicando ações direcionadas; (vii) garantir a aplicação das políticas de segurança, meio-ambiente e responsabilidade social. 5.1.2. Consignaram que, com base nas informações recebidas pela Administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos Conselheiros de Administração que o Diretor ora eleito está em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei nº 6.404/76, bem como que a posse fica condicionada: (i) à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e (ii) à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. 5.1.3. Tendo em vista a eleição realizada nesta data, consignar que a composição da Diretoria Executiva da Companhia, fica consolidada conforme abaixo: (i) Charles Lenzi - Diretor Presidente, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade RG nº 1005915838, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 276.937.750-72, com domicílio profissional na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040; (ii) Marcelo Antonio de Jesus - Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.105.907-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 140.355.128-69, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 04 de outubro de 2017.) Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 6.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040; (iii) Sidney Simonaggio - Diretor Vice-Presidente, brasileiro, casado, engenheiro eletricista e advogado, portador da Carteira de Identidade RG n.º 5.971.816, expedida pela SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Torre II, Tamboré, CEP 06460-040; (iv) Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira - Diretor Vice-Presidente, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG n.º 061.768.818, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 890.310.677-68, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com escritório no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Torre II, Tamboré, CEP 06460-040; e (v) Artur Manuel Tavares Resende - Diretor Vice-Presidente, venezuelano, casado, bacharel em tecnologia da informação, portador do Registro Nacional de Estrangeiros - RNE n.º V506856-Z, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 232.779.308-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7.º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040.

RCA REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração: 5.1. Tendo em vista a totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia presentes à reunião e a concordância dos mesmos em incluir o assunto na pauta, os conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos, a contratação de empréstimos via operação de BNDES/FINEM para financiar o Capex 2017 da Companhia no valor de até R\$ 310 milhões, pelo prazo de até 6 anos, ao custo total de até 9,5% ao ano, cálculo baseado nos valores enviados pelo BNDES de cerca de 50% em TJLP e 50% em Custo Mercado mais spread básico de até 1,7%, além de outros custos atrelados a emissão da dívida, como a remuneração do agente financeiro, nos termos apresentados pela Sra. Ana Carolina Damazio Negrão, profissional indicada pela Companhia. 5.2. Tendo em vista a totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia presentes à reunião e a concordância dos mesmos em incluir o assunto na pauta, os conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos, a contratação de empréstimo-ponte no valor de até R\$ 200 milhões, ao custo total de até 11,5% a.a. (incluindo IOF de ~1,13%) pelo prazo de até 6 meses, nos termos apresentados pela Sra. Ana Carolina Damazio Negrão, profissional indicada pela Companhia acerca da Esclareceu que a motivação da contratação de empréstimo ponte é a recomposição de caixa devido possível atraso no cronograma do BNDES. 5.3. Aprovaram, por unanimidade de votos, nos termos apresentados pela Sra. Isabela Klemes Bacco Franco Taveira, profissional indicado pela Companhia, cancelamento do Programa da American Depositary Receipts - ADRs e autorização para que a

Diretoria pratique todos e quaisquer atos necessários para a realização de tal cancelamento. A recomendação do Conselheiro Francisco Jose Morandi foi esclarecer ao Conselho que após a migração da Companhia para o segmento de listagem Novo Mercado, a Companhia a avaliará a contratação de um novo programa de ADR.

RCA REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração deliberaram sobre os seguintes assuntos: O Presidente do Conselho, Sr. Britaldo Pedrosa Soares, manifestou-se sobre o voto por escrito recebido em separado do conselheiro Wilfredo João Vicente Gomes, o qual ficará anexo à presente ata e arquivado na sede da Companhia. 5.1. O Sr. José Ricardo Elbel Simão, profissional indicado pela Companhia, apresentou o item 4.1 da ordem do dia, sobre a adequação imediata da composição do Conselho de Administração ao disposto no artigo 9º do Estatuto Social. Após a análise e discussões por parte dos conselheiros presentes, este tema foi aprovado por maioria de votos, com exceção dos votos contrários proferidos pelos conselheiros Wilfredo João Vicente Gomes, Marcelo Gasparino da Silva e José Luiz Borges Andreoli. Tendo sido esclarecido pela Companhia que, embora tenha sido proposta pelo Conselho de Administração e aprovada em Assembleia Geral a manutenção dos 11 (onze) atuais conselheiros efetivos até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, não há nenhuma norma jurídica que impeça ou restrinja a reconsideração desta decisão por uma nova Assembleia Geral da Eletropaulo. 5.1.1. Com relação ao item 4.1. (ii) da ordem do dia, o Sr. José Ricardo Elbel Simão, esclareceu o intuito do referido item é o de assegurar estabilidade à administração da Companhia, neste período de migração para o Novo Mercado e funcionamento como Companhia sem controle definido, mantendo em seus respectivos cargos, até o término do mandato em vigor, os atuais Conselheiros efetivos Britaldo Pedrosa Soares, Julian Jose Nebreda Marquez, Fernando Quintana Merino e Jerson Kelman, bem como os Conselheiros Alexandre Medunecas e Marcelo Gasparino da Silva, os quais foram eleitos em separado pelos empregados da Companhia, até então titulares de ações preferenciais. O conselheiro Julian Nebreda, representante da AHB, registrou que a proposta de adequação imediata do Conselho de Administração não foi fundamentada com base em avaliações de desempenho dos conselheiros, e que a Companhia reconhece os trabalhos que o Conselho de Administração vem realizando ao longo do ano, esclareceu, ainda, que a referida solicitação de adequação do Conselho foi fruto de conversas com acionistas, potenciais investidores e para atendimento dos anseios do mercado em geral pela definição da composição da Administração, garantindo-se uma estabilidade maior até o final de abril de 2018, período de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Por fim, por solicitação do conselheiro Marcelo Gasparino, o Conselho de Administração autorizou a retirado item 4.1 (ii) da ordem do dia da convocação da Assembleia Geral Extraordinária, prevista para ocorrer no dia 02 de janeiro de 2018. Esta informação será realocada no manual da respectiva Assembleia Geral Extraordinária, apenas como item de esclarecimento. Ato contínuo, os Srs. Wilfredo Gomes e Marcelo Gasparino questionaram a legalidade da (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 28 de novembro de 2017.) convocação da assembleia geral pela acionista AHB e consequente destituição do Sr. Wilfredo Gomes, frente a nova adequação do Conselho de Administração. Instada pelo Presidente do Conselho Britaldo Pedrosa Soares, afim de dar subsídios a todos os conselheiros relativamente ao alegado pelos conselheiros Wilfredo Gomes e Marcelo Gasparino, a Sra. Andrea Leandro Valenzuela, Gerente Jurídico Societário da Companhia, esclareceu que: (i) a convocação da referida Assembleia Geral constitui um direito da AHB, assegurado pelo artigo 123, parágrafo único alínea "c" da Lei das S.A., de modo que o Conselho de Administração da Companhia não poderia se negar a promover dita convocação, pois em tal hipótese, a AHB teria o direito de fazê-lo diretamente; e (ii) os membros do conselho de administração podem ser detituídos pela Assembleia Geral a qualquer tempo, em qualquer conclave: assembleia ordinária ou extraordinária, com exceção dos conselheiros eleitos pelo mecanismo de votação em separado. 5.2. Em seguida, a Sra. Lina Paolone Gallo Miessi, Diretora de Contratos, Societário e Compliance da Companhia, apresentou o item 4.2. da ordem do dia, sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia. Após a apresentação realizada e discussões havidas, este tema foi aprovado, por maioria de votos dos Conselheiros presentes, sendo registrados os votos contrários dos conselheiros Wilfredo Gomes, Marcelo Gasparino e José Andreoli. 5.3. Tendo em vista que as aprovações ocorridas nos itens anteriores, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por maioria de votos dos Conselheiros presentes, sendo registrados os votos contrários dos conselheiros Wilfredo Gomes, Marcelo Gasparino e José Andreoli, que a Companhia realize a convocação da Assembleia Geral Extraordinária para o dia 02 de janeiro de 2017 para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) adequação imediata da composição do Conselho de Administração ao disposto no artigo 9º do Estatuto Social, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2017, com a redução do número de conselheiros efetivos para 9 (nove) e o término do mandato de todos os membros suplentes; (ii) eleição de 3 (três) membros do Conselho de Administração, em substituição a 5 (cinco) Conselheiros efetivos atualmente em exercício (Srs. Berned Raymond da Santos Ávila, Francisco José Morandi Lopez, Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira, Vincent Winslow Mathis e Wilfredo João Vicente Gomes), para completar o mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária convocada para deliberar sobre as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; (iii) alteração do Estatuto Social da Companhia, a fim de (a) prever a possibilidade de emissão ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição sem direito de preferência, ou com redução do prazo para seu exercício, nas hipóteses previstas no artigo 172, incisos I e II da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (Esta página é parte da ata da reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., realizada em 28 de novembro de

2017.) conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (b) dispensar a necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração para a celebração de determinados contratos de compra de energia; e (c) permitir a outorga de instrumentos de mandato pela Companhia com prazo superior a 1 (um) ano, nos casos de contratos de constituição de garantia celebrados com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou com agentes geradores, transmissores ou distribuidores de energia elétrica; e (iv) consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Preços Unitários - PU's

Os valores calculados refletem nossa interpretação da escritura de emissão não implicando em aceitação de compromisso legal ou financeiro. Os PU's apresentados foram calculados "ao par", isto é, na curva de atualização e remuneração estabelecida na escritura de emissão. Outros agentes do mercado financeiro poderão apresentar valores diferentes dependendo da metodologia de cálculo aplicada. Em caso de dúvida de como os valores aqui apresentados foram apurados solicitamos entrar em contato para maiores esclarecimentos.

EMSP14	EMSP14	EMSP14	EMSP14	EMSP14	EMSP14	EMSP14	EMSP14	EMSP14
DATA	PU	VALOR	TAXA DI	TAXA DI	SPREAD	FATOR DI	JUROS	AMORTIZAÇÃO
	PAR	NOMINAL	%aa	FATOR	FATOR	+SPREAD		
	EMSP14			ACUMULADO	ACUMULADO	ACUMULADO		
		VN	DIK	FatorDI	FatorSpread	FatorJuros	J	
	R\$	R\$					R\$	R\$
31/12/2016	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000

26/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
29/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
31/01/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/02/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000

10/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
29/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
31/03/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000

22/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
29/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/04/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
29/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
31/05/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000

04/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
29/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/06/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000

17/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
29/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
31/07/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000

29/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
31/08/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
29/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/09/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000

11/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
29/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
31/10/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000

23/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
29/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/11/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
01/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
02/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
03/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
04/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
05/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
06/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
07/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
08/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
09/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
10/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
11/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
12/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
13/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
14/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
15/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
16/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
17/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
18/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
19/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
20/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
21/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
22/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
23/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
24/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
25/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
26/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
27/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
28/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
29/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
30/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000
31/12/2017	1.000.992,094999	1.000.000,00	0,00%	1,00081469	1,000177261	1,000992095	992,094999	0,000000

Desempenho da Emissora

(Fonte: Relatório da Administração-CVM-DFP 31/12/17-R\$ mil)

Prezados Acionistas,

A administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2017 foi um ano de grandes conquistas e importantes transformações para a Eletropaulo. Realizamos avanços significativos em nosso Plano Estratégico de Criação de Valor, que apresentamos ao mercado no início do ano, que possui como pilares: (i) Programa de Produtividade, (ii) Estrutura de Capital e Gerenciamento de Riscos e (iii) Governança Corporativa. Fortalecemos a nossa governança corporativa, com a migração para o Novo Mercado, segmento da B3 que reúne as empresas com os mais elevados padrões de governança.

A efetivação da migração, concluída em novembro, aumenta a capacidade de investimento necessária para o nosso crescimento à medida que facilita novas captações e a redução do custo de capital. Adicionalmente, potencializa a liquidez das ações, por meio da negociação de apenas ações ordinárias, aumentando também a atratividade para novos investidores e garantindo tratamento igualitário a todos os acionistas.

...

O Relatório da Administração na íntegra pode ser acessado e impresso através do link:

www.simplificpavarini.com.br/RAF2017/RA2017/ELETROPAULORA2017.pdf

Demonstrações Financeiras Resumidas

(Fonte: CVM-DFP 31/12/17-R\$ mil)

	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A R\$ - MIL						
Controladora	ATIVO	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV
1	Ativo Total	14.270.404	100,00%	13.565.197	100,00%	13.274.827	100,00%
1,01	Ativo Circulante	3.410.186	23,90%	3.719.023	27,42%	4.594.108	34,61%
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	309.283	2,17%	198.773	1,47%	146.621	1,10%
1.01.02	Aplicações Financeiras	291.994	2,05%	868.858	6,41%	384.557	2,90%
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	291.994	2,05%	868.858	6,41%	384.557	2,90%
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	291.994	2,05%	868.858	6,41%	384.557	2,90%
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.01.03	Contas a Receber	2.255.307	15,80%	2.155.212	15,89%	2.619.926	19,74%
1.01.03.01	Clientes	2.255.307	15,80%	2.155.212	15,89%	2.619.926	19,74%
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	2.114.094	14,81%	2.065.198	15,22%	2.530.174	19,06%
1.01.03.01.03	Contas a Receber - Acordos	141.213	0,99%	90.014	0,66%	89.752	0,68%
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.01.04	Estoques	30.182	0,21%	23.962	0,18%	63.957	0,48%
1.01.04.01	Almoxarifado	30.182	0,21%	23.962	0,18%	63.957	0,48%

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar | Rio de Janeiro | RJ | CEP 20050-005 | Tel. 21 2507-1949

www.simplificpavarini.com.br | fiduciario@simplificpavarini.com.br

1.01.05	Ativos Biológicos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.01.06	Tributos a Recuperar	121.638	0,85%	103.095	0,76%	119.423	0,90%
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	121.638	0,85%	103.095	0,76%	119.423	0,90%
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	32.126	0,23%	34.552	0,25%	25.973	0,20%
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	89.512	0,63%	68.543	0,51%	93.450	0,70%
1.01.07	Despesas Antecipadas	37.067	0,26%	33.041	0,24%	36.609	0,28%
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	364.715	2,56%	336.082	2,48%	1.223.015	9,21%
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.01.08.03	Outros	364.715	2,56%	336.082	2,48%	1.223.015	9,21%
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.01.08.03.03	Outros Créditos	346.427	2,43%	291.839	2,15%	331.543	2,50%
1.01.08.03.04	Ativo Financeiro Setorial, Líquido	18.288	0,13%	44.243	0,33%	891.472	6,72%
1.02	Ativo Não Circulante	10.860.218	76,10%	9.846.174	72,58%	8.680.719	65,39%
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.660.948	39,67%	4.574.114	33,72%	3.468.523	26,13%
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.03	Contas a Receber	38.336	0,27%	32.377	0,24%	35.666	0,27%
1.02.01.03.01	Clientes	26.679	0,19%	25.534	0,19%	26.451	0,20%
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.657	0,08%	6.843	0,05%	9.215	0,07%
1.02.01.04	Estoques	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.05	Ativos Biológicos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.969.278	13,80%	1.552.540	11,45%	438.191	3,30%
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.969.278	13,80%	1.552.540	11,45%	438.191	3,30%
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.653.334	25,60%	2.989.197	22,04%	2.994.666	22,56%
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	532.495	3,73%	491.806	3,63%	443.126	3,34%
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	62.244	0,44%	44.003	0,32%	33.916	0,26%
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro da Concessão	3.011.833	21,11%	2.386.192	17,59%	2.004.798	15,10%
1.02.01.09.09	Outros Créditos	46.762	0,33%	67.196	0,50%	63.398	0,48%
1.02.01.09.10	Ativo Financeiro Setorial, Líquido	0	0,00%	0	0,00%	449.428	3,39%

1.02.02	Investimentos	44.049	0,31%	13.082	0,10%	13.130	0,10%
1.02.02.01	Participações Societárias	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	44.049	0,31%	13.082	0,10%	13.130	0,10%
1.02.03	Imobilizado	72.762	0,51%	69.645	0,51%	40.688	0,31%
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	72.762	0,51%	69.645	0,51%	40.688	0,31%
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.02.04	Intangível	5.082.459	35,62%	5.189.333	38,25%	5.158.378	38,86%
1.02.04.01	Intangíveis	5.082.459	35,62%	5.189.333	38,25%	5.158.378	38,86%
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.082.459	35,62%	5.189.333	38,25%	5.158.378	38,86%
1.02.05	Diferido	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Controladora	PASSIVO	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV
2	Passivo Total	14.270.404	100,00%	13.565.197	100,00%	13.274.827	100,00%
2.01	Passivo Circulante	4.433.087	31,06%	3.888.707	28,67%	4.520.867	34,06%
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	119.379	0,84%	115.734	0,85%	103.623	0,78%
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	119.379	0,84%	115.734	0,85%	103.623	0,78%
2.01.02	Fornecedores	1.789.718	12,54%	1.468.254	10,82%	1.926.785	14,51%
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.789.718	12,54%	1.468.254	10,82%	1.926.785	14,51%
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.03	Obrigações Fiscais	452.952	3,17%	527.478	3,89%	530.850	4,00%
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	93.939	0,66%	190.322	1,40%	121.859	0,92%
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0,00%	2.627	0,02%	2.531	0,02%
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	93.939	0,66%	187.695	1,38%	119.328	0,90%
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	357.199	2,50%	335.825	2,48%	407.853	3,07%
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.814	0,01%	1.331	0,01%	1.138	0,01%
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.026.443	7,19%	881.879	6,50%	727.910	5,48%
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	461.099	3,23%	278.215	2,05%	38.286	0,29%
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	461.099	3,23%	278.215	2,05%	38.286	0,29%
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.04.02	Debêntures	534.728	3,75%	575.065	4,24%	678.273	5,11%
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	30.616	0,21%	28.599	0,21%	11.351	0,09%
2.01.05	Outras Obrigações	562.702	3,94%	731.760	5,39%	1.064.770	8,02%
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

2.01.05.02	Outros	562.702	3,94%	731.760	5,39%	1.064.770	8,02%
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.046	0,01%	23.083	0,17%	42.730	0,32%
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	4.916	0,03%	3.971	0,03%	2.427	0,02%
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	296.933	2,08%	454.481	3,35%	749.342	5,64%
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	258.807	1,81%	250.225	1,84%	270.271	2,04%
2.01.06	Provisões	481.893	3,38%	163.602	1,21%	166.929	1,26%
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	477.705	3,35%	156.840	1,16%	156.943	1,18%
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	477.705	3,35%	156.840	1,16%	156.943	1,18%
2.01.06.01.06	Outras	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.06.02	Outras Provisões	4.188	0,03%	6.762	0,05%	9.986	0,08%
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	4.188	0,03%	6.762	0,05%	9.986	0,08%
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02	Passivo Não Circulante	8.028.885	56,26%	6.981.678	51,47%	5.914.815	44,56%
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.542.569	17,82%	2.389.516	17,62%	2.874.632	21,65%
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	473.056	3,31%	510.611	3,76%	474.952	3,58%
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	473.056	3,31%	510.611	3,76%	474.952	3,58%
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.01.02	Debêntures	2.016.646	14,13%	1.830.782	13,50%	2.367.850	17,84%
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	52.867	0,37%	48.123	0,35%	31.830	0,24%
2.02.02	Outras Obrigações	3.939.392	27,61%	4.232.582	31,20%	2.720.743	20,50%
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.02.02	Outros	3.939.392	27,61%	4.232.582	31,20%	2.720.743	20,50%
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

2.02.02.02.04	Contas a Pagar por Compra de Energia - CCEE	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	12.570	0,09%	11.950	0,09%	8.108	0,06%
2.02.02.02.06	Outros Tributos a Pagar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	3.707.100	25,98%	3.777.347	27,85%	2.604.967	19,62%
2.02.02.02.08	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	30.868	0,22%	56.508	0,42%	32.295	0,24%
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	937	0,01%	743	0,01%	969	0,01%
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	66.085	0,46%	66.085	0,49%	66.085	0,50%
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	8.453	0,06%	7.047	0,05%	8.319	0,06%
2.02.02.02.13	Passivo Financeiro Setorial, Líquido	113.379	0,79%	312.902	2,31%	0	0,00%
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.04	Provisões	1.546.924	10,84%	359.580	2,65%	319.440	2,41%
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.544.476	10,82%	356.178	2,63%	318.000	2,40%
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.04.01.05	Provisão para Processos Judiciais e Outros	1.544.476	10,82%	356.178	2,63%	318.000	2,40%
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	0,02%	3.402	0,03%	1.440	0,01%
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	0,02%	3.402	0,03%	1.440	0,01%
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03	Patrimônio Líquido	1.808.432	12,67%	2.694.812	19,87%	2.839.145	21,39%
2.03.01	Capital Social Realizado	1.323.486	9,27%	1.257.629	9,27%	1.257.629	9,47%
2.03.02	Reservas de Capital	693.338	4,86%	692.452	5,10%	20.428	0,15%
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	670.897	4,70%	670.897	4,95%	0	0,00%
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.441	0,16%	21.555	0,16%	20.428	0,15%
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.04	Reservas de Lucros	438.293	3,07%	1.323.487	9,76%	1.251.308	9,43%

2.03.04.01	Reserva Legal	248.984	1,74%	248.984	1,84%	244.265	1,84%
2.03.04.02	Reserva Estatutária	238.545	1,67%	1.008.646	7,44%	1.007.043	7,59%
2.03.04.03	Reserva para Contingências	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-49.236	-0,35%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.04.10	Aumento de Capital Proposto	0	0,00%	65.857	0,49%	0	0,00%
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	976.170	6,84%	1.050.136	7,74%	1.123.597	8,46%
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.622.855	-11,37%	-1.628.892	-12,01%	-813.817	-6,13%
Controladora	DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV
3,01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.168.492	100,00%	11.659.899	100,00%	13.667.413	100,00%
3,02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.630.346	-95,91%	-11.416.028	-97,91%	-13.194.535	-96,54%
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-7.558.033	-57,39%	-6.432.673	-55,17%	-8.524.148	-62,37%
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-241.326	-1,83%	-305.213	-2,62%	-236.801	-1,73%
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-944.280	-7,17%	-943.159	-8,09%	-1.123.511	-8,22%
3.02.07	Pessoal e Administradores	-821.900	-6,24%	-783.512	-6,72%	-693.188	-5,07%
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-392.715	-2,98%	-355.665	-3,05%	-315.254	-2,31%
3.02.09	Serviços de Terceiros	-563.412	-4,28%	-567.075	-4,86%	-524.290	-3,84%
3.02.10	Material	-61.455	-0,47%	-77.130	-0,66%	-42.038	-0,31%
3.02.11	Custo de Construção	-1.035.001	-7,86%	-802.512	-6,88%	-610.731	-4,47%
3.02.12	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	-170.683	-1,30%	-309.011	-2,65%	-197.019	-1,44%
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-45.829	-0,35%	-24.839	-0,21%	-92.222	-0,67%
3.02.16	Depreciação e Amortização	-524.054	-3,98%	-490.417	-4,21%	-490.676	-3,59%
3.02.17	Outras Despesas Operacionais	-271.658	-2,06%	-324.822	-2,79%	-344.657	-2,52%
3,03	Resultado Bruto	538.146	4,09%	243.871	2,09%	472.878	3,46%
3,04	Despesas/Receitas Operacionais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.04.01	Despesas com Vendas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3,05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	538.146	4,09%	243.871	2,09%	472.878	3,46%
3,06	Resultado Financeiro	-1.802.416	-13,69%	-228.460	-1,96%	-313.905	-2,30%
3.06.01	Receitas Financeiras	340.065	2,58%	434.908	3,73%	469.543	3,44%
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.142.481	-16,27%	-663.368	-5,69%	-783.448	-5,73%
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.138.661	-16,24%	-698.687	-5,99%	-663.047	-4,85%

3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-3.820	-0,03%	35.319	0,30%	-120.401	-0,88%
3,07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.264.270	-9,60%	15.411	0,13%	158.973	1,16%
3,08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	419.846	3,19%	5.512	0,05%	-57.837	-0,42%
3.08.01	Corrente	-2	0,00%	-18.053	-0,15%	-103.262	-0,76%
3.08.02	Diferido	419.848	3,19%	23.565	0,20%	45.425	0,33%
3,09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-844.424	-6,41%	20.923	0,18%	101.136	0,74%
3,1	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3,11	Lucro/Prejuízo do Período	-844.424	-6,41%	20.923	0,18%	101.136	0,74%
3,99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.99.01.01	ON	-505.947	-3,84%	0,12503	0,00%	0,60436	0,00%
3.99.01.02	PN	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3.99.02.01	ON	-406.103	-3,08%	0,12503	0,00%	0,60436	0,00%
3.99.02.02	PN	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Controladora	FLUXO DE CAIXA	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV
6,01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	439.997		1.701.541		-316.180	
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.766.413		1.625.373		1.554.910	
6.01.01.01	(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	-844.424		20.923		101.136	
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	524.054		490.417		490.676	
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	11.991		14.859		19.795	
6.01.01.06	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-51.912		-141.875		-194.343	
6.01.01.07	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	211.921		343.060		231.409	
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	82.462		84.278		136.639	
6.01.01.09	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas)	409.094		540.138		495.364	
6.01.01.10	Fundo de Pensão	389.312		353.763		312.891	
6.01.01.11	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-52.783		-93.529		-63.592	
6.01.01.12	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível de Concessão e Imobilizado	6.522		35.777		71.748	
6.01.01.13	Provisão Acordo Eletrobrás	1.499.138		0		0	
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-419.848		-23.565		-45.425	
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outogadas	886		1.127		1.225	
6.01.01.17	Ganho de Capital na Alienação de Ativos	0		0		-2.613	
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-443.112		988.980		-1.030.086	
6.01.02.01	Consumidores, Revendedores e Outros	-217.811		182.767		-1.019.102	
6.01.02.02	Contas a Receber - Acordos	-94.924		-49.327		-24.562	
6.01.02.03	Almoxarifado	-6.220		39.995		-820	
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-6.072		14.334		7.492	
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	-51.687		2.307		23.934	
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-4.026		3.568		-8.025	
6.01.02.07	Devedores Diversos	0		0		0	

6.01.02.08	Outros Créditos	14.472		-37.421		-69.708	
6.01.02.09	Ativo e Passivo Financeiro Setorial Líquido	-173.568		1.609.559		-1.070.394	
6.01.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.839		11.885		13.682	
6.01.02.11	Fornecedores	321.464		-458.531		365.351	
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12		96		79.798	
6.01.02.13	Outros Tributos a Pagar	-49.666		-3.468		-23.230	
6.01.02.15	Obrigações Estimadas	0		0		0	
6.01.02.16	Encargos Setoriais	-194.792		-283.388		657.632	
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	0		0		0	
6.01.02.19	Outras Obrigações	15.867		-43.396		37.866	
6.01.03	Outros	-883.304		-912.812		-841.004	
6.01.03.01	Pagamento de Juros (encargos de dívidas), deduzido dos Juros Capitalizados	-377.539		-479.630		-438.980	
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-15.656		-23.173		-115.897	
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-450.413		-416.345		-211.762	
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-102.495		-89.211		-164.042	
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	62.799		95.547		89.677	
6,02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-487.094		-1.198.815		-156.549	
6.02.01	Adições para Ativos Financeiros e Intangíveis da Concessão	-1.106.051		-844.801		-618.373	
6.02.02	Consumidores Participação Financeira	107.313		76.268		101.507	
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-7.050.396		-9.467.109		-9.510.605	
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	7.620.457		8.981.050		9.833.454	
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-59.452		-14.374		24.925	
6.02.06	Alienação de Investimentos	0		0		0	
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	1.035		70.151		12.543	
6,03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	157.607		-450.574		438.090	
6.03.01	Ingresso de Novos Empréstimos e Debêntures	839.343		273.869		1.181.144	
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-20.679		-41.852		-22	
6.03.03	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio	0		0		0	
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-522.727		-651.947		-725.568	
6.03.05	Custo de Empréstimos (Custos de Transação e Prêmios)	-57.310		-4.907		-9.585	
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-31.784		-25.737		-7.879	
6.03.07	Recomposição de ações - direito de retirada (migração novo mercado)	-49.236		0		0	
6,04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0		0		0	
6,05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	110.510		52.152		-34.639	
Controladora	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS		31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015
	Liquidez Geral		72,79%		76,29%		77,26%
	Liquidez Corrente		76,93%		95,64%		101,62%
	Endividamento Total		689,10%		403,38%		367,56%
	Endividamento Oneroso		197,35%		121,40%		126,89%
	Margem Bruta		4,09%		2,09%		3,46%
	Margem Líquida		-6,41%		0,18%		0,74%
	Rentabilidade do Capital Próprio		-31,83%		0,78%		3,69%

(*)

Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Liquidez Corrente = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

Endividamento Total = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Patrimônio Líquido

Endividamento Oneroso = (Empréstimos e Financiamentos CP + LP) / Patrimônio Líquido

Margem Bruta = (Resultado Bruto) / (Receita de Venda de Bens e Serviços ou Resultado de Equivalência Patrimonial)

Margem Líquida = (Lucro do Período) / (Receita de Venda de Bens e/ou Serviços)

Rentabilidade do Capital Próprio = (Lucro do Período) / (Patrimônio Líquido - Lucro do Período)

Parecer dos Auditores Independentes – Sem Ressalva

(Fonte: CVM-DFP 31/12/17-R\$ mil)

Relatório do Auditor Independente %R% - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Discussões judiciais sobre temas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

A Companhia é parte em diversos processos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios, sendo que para aqueles cuja probabilidade de perda é considerada provável pela Administração, registra provisão, cujo valor monta a R\$ 2.028.817 mil em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, a Companhia é parte em outros diversos processos cujo valor agregado totaliza R\$ 3.591.842 mil, dos quais R\$ 1.836.171 mil se refere a ações de natureza tributária, e que foram classificados como perda possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2017. Este assunto está divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos nos processos em andamento, às modificações no andamento de vários processos durante o exercício de 2017, ao julgamento necessário para a determinação de reconhecimento ou não de um passivo contingente pela Administração com base na avaliação dos consultores jurídicos externos responsáveis pelo acompanhamento das causas, e pela complexidade dos assuntos e do ambiente jurídico no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, obtenção de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, bem como a realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, a fim de comparar suas avaliações em relação às causas em aberto com as posições informadas pelos consultores jurídicos externos. Também, envolvemos nossos especialistas em tributos para analisar a razoabilidade das expectativas de perdas das causas mais significativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação probabilidade de perda, assim como determinação da necessidade ou não do registro de da provisão para os mencionados processos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. sobre contrato de financiamento ECF 1.046/1986

A Companhia celebrou um acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") no valor total de R\$ 1.500.000 mil visando encerrar uma disputa judicial, cujo objeto era a discussão sobre a responsabilidade pelo pagamento dos encargos financeiros referentes ao contrato de financiamento ECF 1.046, concedido em 1986 pela Eletrobras à Companhia, ainda estatal naquela data. Este assunto está divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria tendo em vista a complexidade das discussões para o atingimento do Acordo entre as partes, das diversas aprovações societárias requeridas para a confirmação do Acordo, assim como pelos efeitos relevantes no balanço patrimonial e resultado do exercício da Companhia com o provisionamento do montante a ser pago à Eletrobrás, e dos termos negociados entre as partes para quitação da dívida.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, discussões com a Administração, leitura e análise do acordo assinado entre as partes, inspeção das aprovações societárias pertinentes, avaliação da alteração do prognóstico de perda e consequente registro da provisão em 31 de dezembro de 2017, assim como a avaliação da divulgação deste tema nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que o tratamento contábil adotado pela Administração, assim como determinação da necessidade do registro da provisão em 31 de dezembro de 2017, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Monitoramento dos índices de covenants

A Companhia mantém contratos de dívida com cláusulas restritivas ("covenants") com diversas instituições financeiras. Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas de seus contratos, tais operações poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação do saldo não circulante desses passivos para o grupo de passivos circulantes. O monitoramento da situação financeira da Companhia é também parte integrante do processo de avaliação de continuidade das operações realizada pela Administração da Companhia. Os contratos preveem covenants financeiros e qualitativos. Este assunto está divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que apesar de não haver qualquer descumprimento das cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2017, a conjuntura financeira dos últimos anos tem impactado os níveis de rentabilidade da Companhia e, consequentemente, aproximando os índices efetivamente auferidos daqueles estabelecidos nos contratos, o que requereu nossa maior atenção quanto a apuração dos índices e na necessidade de confirmar o cumprimento das cláusulas contratuais e seus impactos na avaliação de continuidade operacional da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram discussões com a Administração acerca da metodologia de apuração dos covenants financeiros e avaliação da sua aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida, análise dos cálculos elaborados pela Administração e avaliação do cumprimento dos covenants qualitativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das projeções preparadas pela Administração dos itens considerados na apuração de covenants financeiros e avaliação da divulgação deste tema nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a metodologia utilizada pela Administração da Companhia para apuração dos covenants financeiros, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Infraestrutura da concessão

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contabiliza saldos de ativo financeiro e intangível da concessão nos montantes de R\$ 3.011.833 mil e R\$ 5.082.459 mil, respectivamente que, em conjunto, representam a

infraestrutura da concessão.

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar à classificação como infraestrutura de gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários. Durante o ano de 2017, a Companhia capitalizou gastos em infraestrutura no montante de R\$ 997.926 mil, líquido das obrigações especiais. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 11 às demonstrações contábeis.

Adicionalmente, a avaliação do ativo financeiro, no montante de R\$ 3.011.833 mil em 31 de dezembro de 2017, leva em consideração revisões tarifárias periódicas realizadas pelo Poder Concedente que ocorrem apenas a cada 4 anos, assim como premissas definidas pela Administração para os anos que não ocorre tal revisão.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à valorização do ativo financeiro, assim como a relevância dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das políticas da Companhia para a definição dos investimentos em infraestrutura, do desenho e a eficácia dos controles internos sobre a contabilização dos gastos com infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para a tal contabilização, o volume de custos com pessoal e componentes menores, quando comparado com os dados históricos, os padrões da indústria e o exame, em base de testes, da documentação suporte para os gastos incorridos durante o exercício de 2017 com base nessas políticas.

Realizamos também recálculo da determinação e atualização do ativo financeiro realizado pela Companhia, discutimos as premissas utilizadas pela Administração, confrontando com informações externas do mercado e estabelecidas pelo Poder Concedente, assim como observamos as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias anuais e periódicas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios determinados pela Administração da Companhia para definição dos gastos elegíveis a capitalização como custo da infraestrutura, as premissas utilizadas na determinação e avaliação do ativo financeiro, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ativos e passivos financeiros setoriais

A Companhia possui saldos de ativos e passivos setoriais de R\$ 18.288 mil e R\$ 113.379 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017, decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, os quais serão liquidados por ocasião do próximo período tarifário. Os saldos a serem recebidos ou devolvidos via tarifa quando do reajuste tarifário anual são determinados com base em um volume significativo de critérios definidos pelo Poder Concedente, e sujeitos à revisão e homologação por parte do mesmo. Este assunto está divulgado na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade dos controles necessários para acompanhamento dos saldos e, em alguns casos, na determinação do valor desses ativos e passivos, assim como quanto ao processo de revisão e homologação dos mesmos por parte do Poder Concedente e sua consideração na base tarifária da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos cálculos para a determinação e atualização dos ativos e passivos setoriais contabilizados pela Companhia, a discussão sobre as premissas utilizadas pela Administração para seu reconhecimento e mensuração, o confronto com informações externas do mercado e estabelecidas pelo Poder Concedente, assim como a análise das variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias anuais.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os controles mantidos e a metodologia utilizada pela Administração da Companhia para determinação dos saldos dos ativos e passivos financeiros setoriais estão de acordo com os critérios definidos pelo Poder Concedente, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em

conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício

corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC – 1SP132776/O-3

Notas Explicativas

(Fonte: CVM-DFP 31/12/17-R\$ mil)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto. As ações da Companhia estão registradas desde 27 de novembro de 2017 no mais elevado segmento de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), denominado Novo Mercado. A Companhia não tem acionista controlador e seu capital compreende apenas ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

...

As Notas Explicativas na íntegra podem ser acessadas e impressas através do link:

www.simplificpavarini.com.br/RAF2017/NOTEX2017/ELETROPAULONOTEX2017.pdf

Declaração

A **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** declara que (i) se encontra plenamente apta a continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da emissão a que se refere este relatório e que inexistiu situação de conflito de interesses que impeça a continuidade do exercício da função; (ii) a emissora manteve atualizadas as informações periódicas junto ao agente fiduciário durante o período a que se refere este relatório e não tem conhecimento de eventual omissão ou inconsistência contida nas informações divulgadas pela companhia ou, ainda, de inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela companhia, dentro dos parâmetros estabelecidos na documentação da emissão; (iii) não foram entregues bens e valores à sua administração; (iv) não foram identificadas alterações estatutárias ocorridas no exercício social com efeitos relevantes para os titulares dos valores mobiliários objeto deste relatório;

As informações contidas no presente relatório estão baseadas exclusivamente na documentação recebida pelo Agente Fiduciário nos termos da escritura de emissão, incluindo documentação fornecida pela Emissora, não havendo o Agente Fiduciário efetuado nenhuma diligência ou verificação quanto à autenticidade das informações apresentadas. O Agente Fiduciário não realizou nenhuma investigação independente para verificação da autenticidade ou completude das informações por ele recebidas nos termos da escritura de emissão.

As informações contidas neste relatório não representam uma recomendação de investimento, uma análise de crédito ou da situação econômica ou financeira da Emissora, nem tampouco garantia, explícita ou implícita, acerca do pontual pagamento das obrigações relativas aos títulos emitidos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018

Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Agente Fiduciário